

Leinilda de Jesus Dias Pereira

**AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (AT) - INSPEÇÃO
TRIBUTÁRIA E AS AÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES**



Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Porto, 2012

Leinilda de Jesus Dias Pereira

**AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (AT) - INSPEÇÃO
TRIBUTÁRIA E AS AÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES**



Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Porto, 2012

Relatório de Estágio apresentado na Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Mestre em Finanças, sob a orientação do Professor Doutor Luís Pacheco.

*Dedico este trabalho ao meu pai Jorge Pereira Rocha, pelo
apoio, ajuda incansável, por todos os conselhos, carinho e amor;*

DECLARAÇÃO

Nome: Leinilda de Jesus Dias Pereira, N.º. do B. I: 193265

Telemóvel: 927783943, **correio eletrónico:** leijesus21@hotmail.com.

Mestrado

Designação do mestrado: Finanças

Ano de conclusão: ____/____/____

Título do relatório de estágio

Autoridade Tributária e Aduaneiro (AT) – Inspeção tributária e as ações conjuntas com outras entidades

Orientador:

Prof. Dr. Luís Pacheco

Declaro, para os devidos efeitos, que concedo, gratuitamente, à Universidade Portucalense Infante D. Henrique, para além da livre utilização do título e do resumo por mim disponibilizados, autorização, para esta arquivar nos despectivos ficheiros e tornar acessível aos interessados, nomeadamente através do seu repositório institucional, o trabalho supra-identificado, nas condições abaixo indicadas:

[Assinalar as opções aplicáveis em 1 e 2]

1. Tipo de Divulgação:

☐ Total.

☐ Parcial.

2. Âmbito de Divulgação:

☐ Mundial (Internet aberta)

☐ Intranet da Universidade Portucalense.

☐ Internet, apenas a partir de ☐ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos – até lá, apenas Intranet da UPT

Advertência: O direito de autor da obra pertence ao criador intelectual, pelo que a subscrição desta declaração não implica a renúncia de propriedade dos respetivos direitos de autor ou o direito de a usar em trabalhos futuros, os quais são pertença do subscritor desta declaração.

Assinatura: -----

Porto, ____/____/____

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento será, logicamente, direcionado para os meus pais, pelo apoio, esforço e investimento que fizeram ao longo da minha formação académica, nunca deixando de acreditar nas minhas capacidades. Aos restantes agregados familiares, especialmente à minha avó e meus irmãos pelo apoio, compreensão e por toda a paciência que tiveram ao longo destes anos;

A realização deste trabalho, não teria sido possível sem o apoio de várias pessoas. Assim, é com muito prazer que manifesto o meu agrado e a minha gratidão, para com todos aqueles que me ajudaram na realização deste trabalho, aos quais presto o meu sincero reconhecimento aos colaboradores da Universidade Portucalense, cada um com as suas funções, desde secretárias académicas aos funcionários da biblioteca. Um agradecimento especial à equipa de inspeção tributária operacional responsável pela análise interna e o meu supervisor do estágio;

Ao Professor Doutor Luís Pacheco, coordenador do Mestrado em Finanças e Diretor do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais pelas suas competências e por ter aceite ser meu orientador nesta dissertação, pela disponibilidade demonstrada ao longo de todo o trabalho realizado, nos superiores conhecimentos que me transmitiu, através das suas valiosas críticas e sugestões e em toda a confiança que depositou em mim;

Um obrigado a todos os colaboradores da Direção de Finanças do Porto, por toda a ajuda disponibilizada ao longo do período em que estive a estagiar na instituição, aos superiores por me terem dado oportunidade de estagiar numas das maiores instituições públicas de Portugal.

Palavras – chave

AT, DGCI, Fusão, Recursos humanos, Fraude e Evasão Fiscal, Impostos, Contribuinte, Inspeção tributária, Estado, Económica, Ações conjunta.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo efetuar um estudo da orgânica da direção-geral dos impostos, missão, competências e meios territoriais instalados para conseguir atingir a missão que lhe está atribuída, e pretende igualmente conhecer e dar a conhecer uma das mais importantes instituições públicas do país.

A escolha do tema “AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (AT) – INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E AS AÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES” para este relatório deve-se aos seguintes fatores: o facto de estar a realizar um estágio de seis meses nas direções de finanças do porto, pelo que, existe uma maior identificação na abordagem dos temas, e por ser o sector da administração pública do estado que mais gera receitas públicas e também aquela que mais sofreu transformações ao longo do tempo e modificações estruturais significativas de curto e médio prazo.

Summary

This report aims to make an analysis of the "Direção de Finanças" (Tax Authority) organic, and its mission, skills and used instruments to fulfill its mission, since it is one of the most important public institutions in the country.

The theme choosen for this report - TAX AUTHORITY AND CUSTOMS (AT) - INSPECTION TAX AND JOINT ACTION WITH OTHER ENTITIES - is due to the following factors: the fact that the author had a six month internship at the "Direção de Finanças", so that there is a greater identification in addressing the issues, and since it is the service from public administration that generates more revenues and is undergoing significant structural changes.

Siglas e abreviaturas

AF – Administração Fiscal

ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

ATI – Acordo de Troca de Informações

BF-GNR - Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana

CAF – Conselho de Administração Fiscal

CAT – Centro de Atendimento Telefónico

CBC - Controlo de Bens em Circulação

CDT – Convenção para eliminar a dupla tributação internacional

CEE - Comunidade Económica Europeia

CEF – Centro de Estudos Fiscais

CF – Centro de Formação

CIAT – Centro Interamericano de Administrações Tributárias

CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

CIMT – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CPPT – Código de Procedimento e de Processo Tributário

CRM – Customer Relationship Management

DF - Direção de Finanças

DGCI – Direção-Geral dos Impostos

DGITA – Direção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

DSA – Direção de Serviços de Avaliações

DSAI – Direção de Serviços de Auditoria Interna

DSC – Direção de Serviços de Cobrança

DSCC – Direção de Serviços de Contabilidade e Controlo

DSCJC – Direção de Serviços de Consultadoria Jurídica

DSGCT – Direção de Serviços de Gestão de Créditos Tributários

DSGRF – Direção de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros

DSGRH – Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

DSIE – Direção de Serviços de Instalações e Equipamentos

DSIFAE – Direção de Investigação da Fraude e de Ações Especiais

DSIMI – Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis

DSIMT – Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis

DSIRC – Direção de Serviços do Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Coletivas

DSIRS – Direção de Serviços do Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Singulares

DSIT – Direção de Serviços de Inspeção Tributária

DSITARP – Direção de Serviços da Informação Tributária, Apoio ao Contribuinte e Relações Públicas

DSIVA – Direção de Serviços do Imposto sobre o Valor Acrescentado

DSJT – Direção de Serviços de Justiça Tributária

DSPCIT – Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação da Inspeção Tributária

DSPSI – Direção de Serviços de Planeamento e Sistemas de Informação

DSR – Direção de Serviços de Reembolsos

DSRC – Direção de Serviços de Registo de Contribuintes

DSRI – Direção de Serviços das Relações Internacionais

F - Feminino

GAT – Grupo de Pessoal de Administração Tributária

IES – Informação Empresarial Simplificada

IGT - Inspeção Geral do Trabalho

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

IOTA – Intra-European Organisation of Tax Administrations

IR – Imposto sobre o Rendimento

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

ISS - Centros regionais de Segurança Social

IT - Inspeção Tributária

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LGT – Lei Geral Tributária

M - Masculino

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OE – Orçamento de Estado

PALOP – Países de Língua Oficial Portuguesa

PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento

PNAIT – Plano Nacional de Atividades da Inspeção Tributária

PSP - Policia de Segurança Publica

RITI – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF – Sistema de Execuções Fiscais

SF – Serviço de Finanças

SII IT – Sistema Integrado de Informação da Inspeção Tributária

SIPA – Sistema Informático de Penhoras Automáticos

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

TIC – Tecnologias da Informação e de Comunicação

TOC – Técnico Oficial de Contas

Lista da legislação consultada

Decreto de 10 de Novembro de 1849

Decreto de 3 de Novembro de 1860

Decreto de 30 de Dezembro de 1869

Decreto n.º 1 de 24 de Dezembro de 1901

Decreto de 14 de Janeiro de 1911

Decreto n.º 5859, de 6 de Junho de 1919

Decreto n.º 45065, de 29 de Junho de 1963

Decreto n.º 408/93 de 14 de Dezembro

Decreto-lei n.º 158/96, de 9 de Setembro

Decreto-lei n.º 18/2005, de 18 de Janeiro

Decreto-lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro

Decreto-lei n.º 237/2004, de 18 de Dezembro

Decreto-lei n.º 363/78, de 28 de Novembro

Decreto-lei n.º 47/2005, de 24 de Fevereiro

Decreto-lei n.º 81/2007, de 29 de Março

Decreto-lei n.º 259/98, de 18/08

Decreto-lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro

Decreto-lei n.º 147/03, de 11 de julho

Decreto-lei.290/92, de 28 de dezembro

Decreto-lei 143/03, de 11 de julho.

Decreto-lei 81/2007, de 29 de Março

Decreto Regulamentar n.º 1/90, de 10 de Janeiro

Decreto Regulamentar n.º 16/85, de 28 de Fevereiro

Decreto Regulamentar n.º 40/88, de 18 de Novembro

Decreto -lei 28/88, de 06 de dezembro

Portaria n.º 348/2007, de 30 de Março

Portaria n.º. 363/2010 De 23 de Junho

Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro

Índice geral

| | |
|--|----|
| Agradecimentos..... | 6 |
| Palavras – chave | 7 |
| Resumo..... | 8 |
| Siglas e abreviaturas..... | 9 |
| Lista da legislação consultada | 13 |
| Índice geral | 15 |
| Índice de ilustrações | 18 |
| Índice de tabelas | 18 |
| Índice de gráficos | 19 |
| Introdução..... | 20 |
| Metodologia..... | 21 |
| Capítulo I..... | 23 |
| 1. Criação da Autoridade Tributária Aduaneira (AT) | 24 |
| 1.1 Missão e atribuições | 25 |
| 1.2 Organograma da AT | 26 |
| Capítulo II..... | 27 |
| 1. Evolução histórica da Direção Geral das Finanças | 28 |
| 2. Direção Geral dos Impostos (DGCI)..... | 30 |
| 2.1 Missão, objetivos, valores, competências e princípios..... | 30 |
| 2.2 Estrutura orgânica..... | 33 |
| 2.3 Recursos humanos | 35 |

| | |
|---|----|
| 2.3.1 Evolução do número de trabalhadores | 36 |
| 2.3.2 Trabalhadores segundo género e escalão | 38 |
| 2.3.3 Trabalhadores por nível de escolaridade | 39 |
| 2.3.4 Modalidades de horários | 41 |
| 2.4 Cooperação internacional | 42 |
| 2.5 Qualidade do serviço prestado | 43 |
| Capítulo III | 45 |
| 1. Caracterização do local do estágio “ Direção de Finanças do Porto” | 46 |
| 1.1 Organograma | 47 |
| 1.1.1 Serviços operativos..... | 47 |
| 1.1.1.1 Área de gestão tributária e cobranças..... | 47 |
| 1.1.1.2 Área de justiça tributária | 48 |
| 1.1.1.3 Área de inspeção tributária..... | 49 |
| 1.1.2 Serviços de apoio..... | 49 |
| 2. Estrutura física..... | 49 |
| 3. Regulamento do horário | 51 |
| 4. Suporte da comunicação..... | 53 |
| Capítulo IV | 54 |
| 1. Inspeção tributária | 55 |
| 1.2 Objetivos e estratégia da IT | 56 |
| 1.3 Medidas operacionais da IT | 58 |
| 2. Ações conjuntas da DGCI com outras entidades | 60 |
| 2.1 Ações conjunta dirigidas a CBC | 62 |

| | |
|--|----|
| 2.2 Ações conjunta ao setor de construção civil – obras em curso e grandes empreendimentos..... | 63 |
| 2.3 Ações conjunta dirigidas a estabelecimentos noturnos de diversão e lazer “discotecas e night clubs” | 65 |
| 3. Dados importantes da DGCI | 67 |
| Capítulo V | 71 |
| 1.Descrição das atividades executadas | 72 |
| 1.2 Participação na ação conjunta da DGCI (atual Autoridade Tributaria e aduaneira) com outras entidades | 73 |
| 1.3 Inspeção Tributária Operacional (equipa de análise interna) | 76 |
| Conclusão | 82 |
| Bibliografia..... | 84 |
| Bibliografia eletrónica | 86 |
| Anexos..... | 87 |

Índice de ilustrações

| | |
|---|----|
| Ilustração 1 – Organograma AT | 26 |
| Ilustração 2 – Fatores condicionantes do desempenho da DGCI | 33 |
| Ilustração 3- Estrutura orgânica | 34 |
| Ilustração 4 – Serviços Centrais..... | 34 |
| Ilustração 5 – Organograma geral..... | 36 |
| Ilustração 6 – Organograma da DF do Porto | 47 |
| Ilustração 7 – Os postos da Direção de Finanças do Porto | 51 |
| Ilustração 8 – Objetivos estratégicos | 57 |
| Ilustração 9 – Visão estratégica | 57 |
| Ilustração 10 – N° chave de 2010 | 67 |
| Ilustração 11 – Fonte de informações | 77 |

Índice de tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Distribuição por nível de escolaridade..... | 39 |
| Tabela 2 – Programa novas oportunidades | 41 |
| Tabela 3 – Admissões e Saídas | 41 |
| Tabela 4 – Modalidades de horários | 42 |
| Tabela 5 – Competência da IT | 55 |
| Tabela 6 – Valores e princípios da IT | 56 |
| Tabela 7 – Análise swot IT | 56 |
| Tabela 8 – Medidas Operacionais Proactivas | 59 |
| Tabela 9 – Medidas Operacionais Reativas | 59 |
| Tabela 10 – Medidas não operacionais | 60 |
| Tabela 11 – Passos relevantes (aspectos operacionais) | 64 |
| Tabela 12 – Passos relevantes..... | 66 |
| Tabela 13 – Totais por distrito das ações conjuntas 2010 | 67 |

| | |
|---|----|
| Tabela 14 – Valor monetário das correções Janeiro/dezembro 2010 | 67 |
| Tabela 15 – Comparação com o período de 2009 | 68 |
| Tabela 16 – Distribuição de correções (valor em 10 ³ €)..... | 68 |

Índice de gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Evolução do total de trabalhadores..... | 37 |
| Gráfico 2 – Distribuição por diferentes serviços (n.º) | 37 |
| Gráfico 3 – Distribuição por género | 38 |
| Gráfico 4 – Estrutura etária..... | 39 |
| Gráfico 5 – Evolução do nível habilitacional | 40 |
| Gráfico 6 – Evolução das entradas e saídas | 41 |
| Gráfico 7 – Grau de serviços prestados pelo portal das finanças | 43 |
| Gráfico 8 – Evolução do valor agregado da dívida instaurada | 69 |
| Gráfico 9 – Evolução da instauração de dívidas fiscais..... | 69 |
| Gráfico 10 – Taxa de atos reclamados – evolução | 70 |

Introdução

O estágio curricular constitui uma importante ferramenta de ligação ao mercado de trabalho promovendo a realização profissional e pessoal e contribuindo assim para aplicar os conceitos teóricos aprendidos ao longo da licenciatura e do mestrado à realidade prática das empresas.

O presente estágio foi realizado na Direção de Fianças do Porto. Teve a duração de 6 meses, com início em 14 de novembro de 2011 e fim no dia 18 de Junho de 2012.

Neste relatório apresento todo o trabalho desenvolvido ao longo do período do estágio. Durante este período tive a oportunidade de conhecer toda a instituição e o trabalho desenvolvido em cada área, também tive a oportunidade de desenvolver várias atividades no âmbito da fiscalidade, sempre com a colaboração e a ajuda de um grupo de trabalho específico, que me possibilitou adquirir conhecimentos práticos que complementaram os adquiridos na teoria.

Ao longo deste período de tempo tive a possibilidade de interagir com diversos conhecimentos, obviamente, que de uma forma breve mas adequada e de modo sistematizado. Os principais impostos retratados no estágio foram o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado); IRC (Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) e IRS (Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares).

De todas as atividades desenvolvidas, aquelas que mais se destacaram foram a participação nas ações conjuntas da DGCI com outras entidades e o trabalho desenvolvido junto das equipas de inspeção tributária operacional, quer a nível interno ou externo.

Assim, para além desta introdução, este trabalho compreende uma abordagem e apresentação da entidade onde o estágio teve lugar, tal como, a descrição de forma pormenorizada das atividades nele desenvolvidas. Em anexo, acrescentam-se minutas de alguns trabalhos realizados.

Metodologia

A metodologia desempenha um papel essencial no desenvolvimento de qualquer Projeto. Como indica Espinoza (1986, p. 89), “o método é o caminho que se escolhe para a obtenção do fim”.

A necessidade de recolha de informação com vista à caracterização do projeto levou-me a fazer uma análise documental, nomeadamente registos biográficos, conversas informais, pedido de manuais e Estatutos Internos da Instituição.

Segundo Quivy (1992), a recolha bibliográfica, é “uma técnica complementar às anteriormente referidas. Consiste em recolher informação sobre variados assuntos, a fim de fundamentar o mais possível a parte empírica do estudo”.

Para elaborar este relatório utilizam-se as seguintes metodologias:

Observação direta:

Segundo o mesmo autor, “*é baseada na observação visual (...) os métodos de observação direta constituem os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si (...) Nos outros métodos, pelo contrário os acontecimentos são reconstruídos a partir de questionário, inquérito (...)*”. A participação tem um papel essencial no sucesso de qualquer projeto. Neste sentido, Brandão (1986, p. 65) indica: “*aprender é, antes de mais, estar incluído e participar na criação*”.

Observação participante e não participante:

A observação participante é uma variante da observação direta, em que o investigador/observador recolhe todos os dados através da observação visual e participação nas atividades. O observador faz uma recolha dos comportamentos e atitudes no momento em que se produzem, sem realizar ou provocar qualquer tipo de alterações nos indivíduos ou grupos.

A observação participante, como aliás qualquer método em ciências, apresenta limitações metodológicas:

Em primeiro lugar, o observador constitui um novo elemento dentro do grupo e pode haver dificuldades de aceitação, adaptação e integração no grupo.

Em segundo lugar, os dados devem ser registados durante e imediatamente após a observação, de forma a reter o máximo de informação possível.

Em terceiro lugar, é necessário justificar as inferências e interpretações acerca dos comportamentos observados.

Assim como apresenta limitações, este método apresenta também algumas vantagens:

Podemos considerar como vantagem a observação direta dos comportamentos e atitudes no momento em que se produzem. A recolha de material espontâneo e a autenticidade (relativa) dos acontecimentos, uma vez que o ambiente natural do grupo não é alterado com a presença do investigador, embora constitua sempre um elemento externo ao grupo (Quivy, 1992).

Avaliação qualitativa:

Segundo Pérez Gómez (1983 p.426), “o propósito da avaliação qualitativa é compreender a situação de estudo mediante a consideração das interpretações, interesses e aspirações de aqueles que nela interagem (...) a fim de entender, intervir do modo mais adequado”.

Capítulo I

1. Criação da Autoridade Tributária Aduaneira (AT)

Durante o meu período de estágio na Direção de Finanças do Porto ocorreu uma mudança na DGCI, verificando-se o processo de fusão entre três grandes instituições públicas portuguesas dando origem à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) que iniciou as suas atividades no dia 1 de janeiro de 2012. A AT resulta da fusão da Direção-Geral dos impostos (DGCI), da Direção-Geral das alfândegas e dos impostos especiais sobre o consumo (DGAIEC) e da Direção- Geral de informática e de apoio aos serviços tributários e aduaneiros (DGITA), sucedendo em todas as atribuições e competências destas Direções-gerais.

A Autoridade Tributária e Aduaneira passa a administrar os impostos, os direitos aduaneiros e os demais tributos em Portugal, bem como a exercer o controlo da fronteira externa da União Europeia e do território aduaneiro nacional. Através dessa reforma estrutural renovou-se a missão e os objetivos da administração tributária e aduaneira, assegurando-se uma maior coordenação na execução das políticas fiscais definidas pelo Governo, o reforço no combate à fraude e evasão fiscais e garante-se uma mais eficiência na utilização de recursos existentes, num quadro de preservação das competências especializadas das Direções-gerais integradas.

É algo absolutamente estruturante, que dará início a uma nova fase da reforma da administração pública, no sentido de a tornar eficiente e racional na utilização dos recursos públicos e no cumprimento dos objetivos de redução da despesa pública a que o país está vinculado. A concretização simultânea dos objetivos de racionalização das estruturas do estado e de melhor utilização dos seus recursos humanos é crucial no processo de modernização e de otimização do funcionamento da administração pública.

A fusão surgiu da necessidade de repensar e reorganizar a estrutura do estado português, no sentido de lhe dar uma maior coerência e capacidade de resposta no desempenho das funções que deverá assegurar, eliminando redundâncias e reduzindo substancialmente os seus custos de funcionamento.

1.1 Missão e atribuições

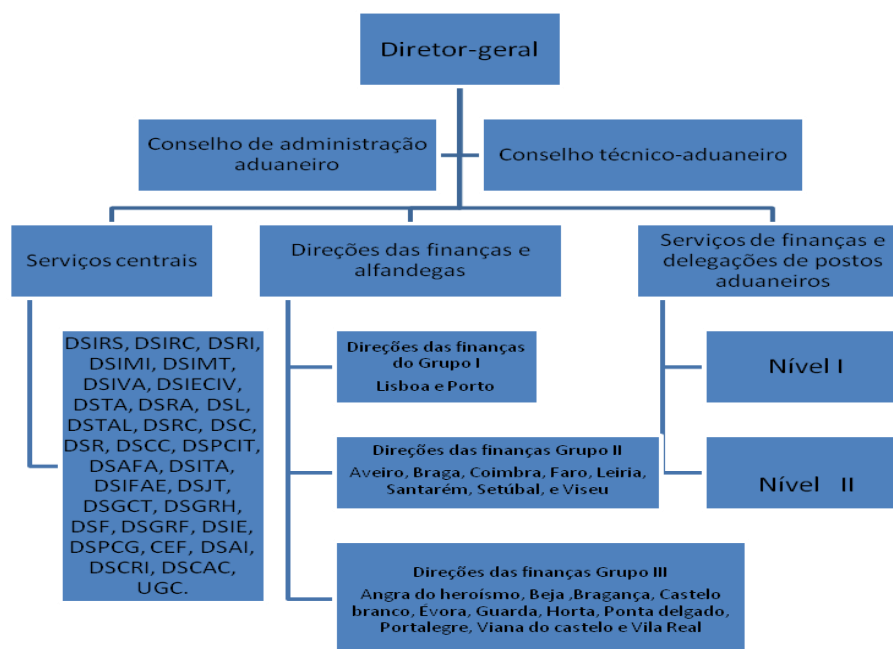
De acordo com as políticas definidas pelo Governo e o Direito da União Europeia, a AT prossegue as seguintes atribuições:

- Assegurar a liquidação e cobrança dos impostos sobre o rendimento, sobre o património e sobre consumo, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe incumbe administrar, bem como arrecadar e cobrar outras receitas do Estado ou pessoas coletivas de direito público;
- Exercer a ação de inspeção tributária, garantir a aplicação das normas a que se encontram sujeitas as mercadorias introduzidas no território da União Europeia e efetuar os controlos relativos à entrada, saída e circulação das mercadorias no território nacional, prevenindo e combatendo a fraude e evasão fiscais e aduaneiras e os tráficos ilícitos;
- Assegurar a negociação técnica e executar os acordos e convenções internacionais em matéria tributária, cooperar com organismos europeus e outras administrações tributárias, e participar nos trabalhos de organismos europeus e internacionais especializados no seu domínio de atividade;
- Desenvolver e gerir as infraestruturas, equipamentos e tecnologias de informação necessários à prossecução das suas atribuições, à prestação de apoio, esclarecimento e serviços de qualidade aos contribuintes;
- Realizar e promover a investigação técnica e científica no domínio tributário, tendo em vista o aperfeiçoamento das medidas legais e administrativas em matéria tributária, a qualificação permanente dos recursos humanos, bem como o necessário apoio ao Governo na definição da política fiscal e aduaneira;

- Assegurar o licenciamento do comércio externo dos produtos tipificados em legislação especial e gerir os regimes restritivos do respetivo comércio externo;
- Exercer a ação de justiça tributária e assegurar a representação da Fazenda Pública junto dos órgãos judiciais.

1.2 Organograma da AT

Ilustração 1 – Organograma AT



Fonte: Elaboração própria

No período em que estive no estágio a AT encontrava-se numa fase de adaptação da nova estrutura, um momento de mudanças em todos os setores de atividade. Os principais motivos para estabelecer uma fusão são: crescimento por alianças económicas, expansão do capital para realização de novos projetos, melhor acesso a novas tecnologias. "As mudanças nunca ocorrem sem inconvenientes, até mesmo do pior para o melhor" (Richard Hooker), no entanto, fica sempre uma pergunta no ar, é desta vez que Portugal consegue enfrentar esta crise financeira?

Capítulo II

1. Evolução histórica da Direção Geral das Finanças

A designação “Direção Geral dos Impostos” remonta aos finais da primeira metade do século XIX (decreto de 10 de Novembro de 1849), em resultado da organização e administração da Fazenda Pública, que deu origem à Direção Geral das Contribuições Diretas.

Em 1860, foram criadas as repartições de fazenda dos distritos e concelhos e em 1869 a Direção Geral das Contribuições Diretas ficou sob a tutela direta do Ministro da Fazenda, deixando de estar integrada no Tribunal do Tesouro Público.

Nos inícios do século XX, com base no decreto n.º 1 de 24 de Dezembro de 1901, foram hierarquizados os serviços distritais e locais em classes, de acordo com a sua importância.

Após a instauração da República, por decreto de 14 de Janeiro de 1911, esta Direção Geral passou a designar-se por Direção Geral das Contribuições e Impostos, agora integrada no Ministério das Finanças. Porém, foi objeto de reorganização, efetuada pelo decreto n.º 5859, de 6 de Junho de 1919.

O início da segunda metade do século XX assistiu a uma reforma fiscal que introduziu reajustamentos na orgânica da Direção Geral das Contribuições e Impostos pelo decreto n.º 45065, de 29 de Junho de 1963.

Após o 25 de Abril de 1974, importa realçar as reestruturações operadas pelos decretos-leis n.º 363/78 e 408/93, de 28 de Novembro e 14 de Dezembro, respetivamente. O primeiro denotou marcadas preocupações de natureza retributiva, além do redimensionamento dos serviços; o segundo, sobrelevou aspetos de “aligeiramento do peso da máquina fiscal”, com o intuito de lhe conferir maior funcionalidade.

No período que mediou entre aqueles dois diplomas, a reforma da tributação do consumo, com a tributação do IVA em resultado da entrada de Portugal na Comunidade

Económica Europeia (CEE), e a reforma da tributação do rendimento, provocaram a necessidade de reajustar os serviços centrais o que se efetivou mediante a publicação dos decretos regulamentares n.º 16/85, de 28 de Fevereiro, n.º 40/88, de 18 de Novembro e n.º 1/90, de 10 de Janeiro.

Em 1996, a Lei Orgânica do Ministério das Finanças (decreto-lei n.º 158/96, de 9 de Setembro) retirou a componente informática do seio da Direção Geral das Contribuições e Impostos, tendo criado uma nova direção geral para tratamento exclusivo dos assuntos ligados às tecnologias de informação, a DGITA – Direção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros.

Com a publicação de duas Leis Orgânicas do Ministério das Finanças, a primeira das quais operada pelo decreto-lei n.º 47/2005 de 24 de Fevereiro, passou a designar a DGCI por Direção Geral dos Impostos, e a segunda através do decreto-lei n.º 205/2006 de 27 de Outubro, em consequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado que, de forma direta, obrigou a DGCI a introduzir na sua lei orgânica alterações que visam dar resposta aos desafios que se colocam na prossecução da sua missão e decorrem da necessidade de introduzir maior flexibilidade, transparência, eficácia e eficiência ao seu funcionamento. Ao longo do tempo, a Direção Geral foi evoluindo e sofrendo alterações.

Em data recente, janeiro de 2012, passou a ser designada “Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)”, através de um processo de fusão de três direções: Direção Geral dos Impostos (DGCI) com a Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) e a Direção Geral de Informática e de apoio aos serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA).

A Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro, aprovou a estrutura nuclear dos serviços e as atribuições das respetivas unidades orgânicas da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), bem como o limite máximo das unidades orgânicas flexíveis. O decreto-lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Autoridade Tributária e Aduaneira.

A criação da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) representa um processo verdadeiramente histórico de integração de três instituições, duas das quais centenárias: as Alfândegas, com uma história de mais de 600 anos e a DGCI que completou recentemente 162 anos de existência. É um marco na história das Finanças Públicas de Portugal.

2. Direção Geral dos Impostos (DGCI)

2.1 Missão, objetivos, valores, competências e princípios

A DGCI é o serviço do Ministério das Finanças que tem por objetivo a execução da política fiscal definida pelo Governo. Tem por missão assegurar a administração dos impostos diretos e indiretos, impondo-lhes níveis acrescidos de eficácia na obtenção, com justiça, dos recursos fiscais essenciais à preservação e desenvolvimento do País.

Quanto à sua visão, é que futuramente seja uma instituição de referência no seio da administração pública portuguesa, ombreando com as melhores administrações fiscais da União Europeia, graças ao desenvolvimento do seu capital humano e das suas capacidades tecnológicas, o que lhe vai permitir atingir novos patamares de eficácia, eficiência e qualidade no serviço prestado aos contribuintes.

Os principais valores da instituição são os seguintes: integridade, imparcialidade, competência, responsabilidade, transparência, colaboração com os cidadãos, lealdade e a confidencialidade.

De acordo com o decreto-lei 81/2007, de 29 de Março, n.º2 do artigo 2.º são-lhe concedidas as seguintes competências:

- Assegurar a liquidação e cobrança dos impostos e outros tributos que lhe incumbe administrar;

- Exercer a ação de inspeção tributária, prevenindo e combatendo a fraude e evasão fiscais;
- Exercer a ação de justiça tributária e assegurar a representação da Fazenda Pública junto dos órgãos judiciais;
- Executar acordos e convenções internacionais em matéria tributária, nomeadamente os destinados a evitar a dupla tributação, bem como cooperar com as administrações tributárias de outros Estados e participar nos trabalhos de organismos internacionais especializados no domínio da fiscalidade;
- Informar os particulares sobre as respetivas obrigações fiscais e apoiá-los no cumprimento das mesmas;
- Promover a correta aplicação da legislação e das decisões administrativas relacionadas com as atribuições que prossegue e contribuir para a melhoria da eficácia do sistema fiscal, propondo as medidas de carácter normativo, técnico e organizacional que se revelem adequadas;
- Arrecadar e cobrar outras receitas do Estado ou de outras pessoas coletivas de direito público que lhe sejam atribuídas por lei.

Para atingir a sua missão tem em consideração alguns princípios de atuação:

Legalidade - rigorosa observância das disposições legais e no respeito pelas garantias dos contribuintes.

Flexibilização administrativa - otimizar permanentemente a adequação das unidades de trabalho aos objetivos a prosseguir em cada momento, através de normativos regulamentares e de decisões administrativas.

Desburocratização - racionalizar os procedimentos administrativos relativos ao cumprimento das obrigações tributárias, através, designadamente, da redução e simplificação dos suportes da informação a fornecer pelos contribuintes e da maior comodidade destes contactos com os serviços, quer pela difusão de unidades de atendimento e apoio quer pela intensificação da utilização de meios eletrónicos de comunicação.

Desconcentração administrativa - realizar tendencialmente, aos serviços periféricos as tarefas operativas e aos serviços centrais as tarefas de conceção, planeamento, regulamentação, avaliação e controlo e, bem assim, as tarefas operativas que não possam ser desenvolvidas a outro nível sem diminuição de qualidade ou não o devam ser em razão de ganhos de eficiência significativos alcançados através de meios tecnológicos.

Valorização de recursos humanos - aumentar a motivação e a participação ativa dos trabalhadores, através, designadamente, da sua formação permanente, de formas de organização do trabalho que lhes permitam pôr à prova a sua capacidade e criatividade, de mobilidade e de adequados planos de carreira baseados no mérito.

Coordenação tributária inter-administrativa - coordenação institucional com outros serviços públicos que intervenham na área tributária fiscal, designadamente com a Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, com a Direção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, com a Brigada Fiscal da GNR, com a Polícia Judiciária e com as administrações tributárias de outros Estados.

A seguinte matriz SWOT tem como objetivo identificar os fatores críticos que condicionam o desempenho da DGCI. Destaca-se a qualidade técnica dos colaboradores e o desenvolvimento dos serviços eletrónicos (pontos fortes), a maior consciência cívica da fiscalidade por parte dos contribuintes (oportunidade), a complexidade dos sistemas informáticos (ponto fraco) e a sofisticação da fraude e evasão fiscal (ameaça).

Ilustração 2 – Fatores condicionantes do desempenho da DGCI

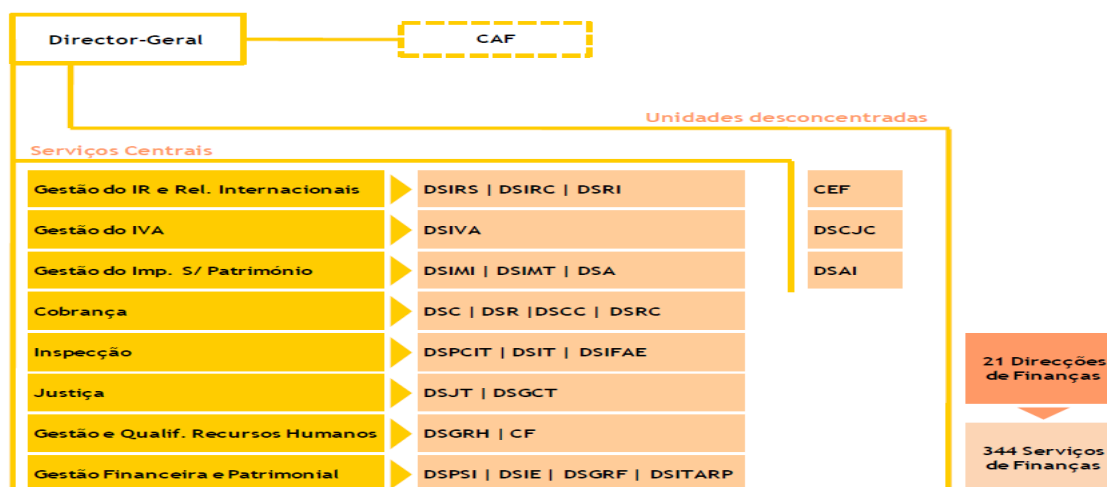
| <i>Pontos fortes</i> | <i>Portos fracos</i> |
|--|---|
| Submissão da generalidade das declarações fiscais por internet; Crescente disponibilização de informação em serviços on-line; Ampla rede de pontos de atendimento presencial; Qualidade técnica dos colaboradores; Credibilidade técnica e institucional. | Instabilidade dos sistemas de informação; Compatibilidade dos sistemas informáticos; Insuficiente formação dos quadros de gestão; Envelhecimento dos recursos humanos Insuficiente automatização e centralização da atividade / áreas de suporte. |
| <i>Ameaças</i> | <i>Oportunidades</i> |
| Morosidade da justiça tributaria judicial; Maior propensão para fraude e evasão em altura de reduzido crescimento económico; Sofisticação da fraude organização; Globalização da economia; Planeamento fiscal agressivo; Aumento da litigância. | Maior consciência cívica dos contribuintes; Perceção por parte dos contribuintes do aumento da fiscalização e do custo do incumprimento; Sinergias com outras entidades fiscalizadoras; Informação automática e centralizadas; Apetência para a utilização das TIC Rede crescente de convenções para evitar a dupla tributação e acordos de troca de informação em matéria fiscal; |

Fonte: Elaboração própria

2.2 Estrutura orgânica

A DGCI é uma organização pública multissecular, com uma cultura profissional e tradição organizativa próprias dentro da administração pública. O decreto-lei n.º81/2007, de 27 de Março, define a sua orgânica, estando a estrutura atual adequada à missão e objetivos da direção geral, bem como ao universo dos contribuintes portugueses, sendo as suas unidades orgânicas de tipo predominantemente funcional.

Ilustração 3- Estrutura orgânica



Fonte: Relatório de atividade 2010, DGCI

Os serviços centrais funcionam junto do diretor geral, competindo-lhes, a preparação das decisões relacionadas com a aplicação da política e das leis tributárias no âmbito da missão atrás definida, a orientação, coordenação e controlo, de âmbito nacional, da administração tributária e dos respectivos serviços, a execução das atividades conexas ao seu funcionamento.

Ilustração 4 – Serviços Centrais



Fonte: Plano de Atividades 2010, DGCI

Os serviços regionais são constituídos por serviços de âmbito regional e local, aos quais, como unidades orgânicas desconcentradas, compete-lhes assegurar a prossecução das suas missões na respetiva área de jurisdição.

As direções de finanças são no plano regional os representantes da DGCI, competindo-lhes na respetiva área territorial, assegurar, orientar, coordenar e controlar a administração tributária e os respetivos serviços locais. Além disso, exercer as atividades propostas por lei ou decisão superior no âmbito regional, bem como assegurar a prática de atos de gestão corrente que não sejam próprios dos serviços centrais ou locais.

Os serviços de finanças ficam encarregues das atividades operativas e de gestão corrente de âmbito local, relacionadas com a tributação, cobrança, justiça tributária, informação e, em especial, assegurar o apoio direto aos contribuintes.

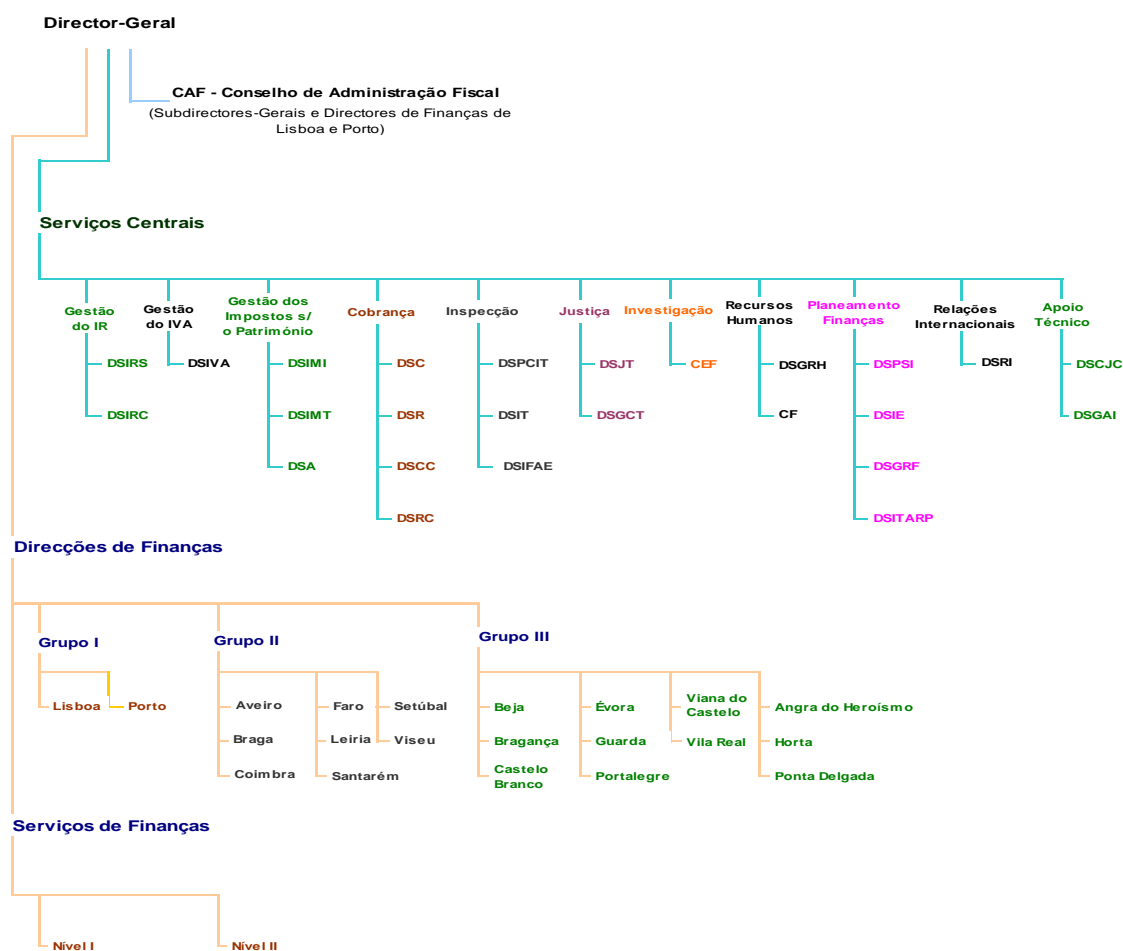
2.3 Recursos humanos

A DGCI elabora anualmente o balanço social, documento que contém informações sobre os recursos humanos. Esse documento foi-me facultado e de acordo com os dados anuais pude realizar uma análise comparativa e a evolução durante alguns anos que a seguir se apresenta.

É de salientar os bons resultados que têm vindo a ser sistematicamente obtidos na instituição, consequência do elevado empenho dos trabalhadores da administração fiscal, evidenciando elevados padrões de qualificação técnica e excelente aproveitamento das novas tecnologias de informação.

Os resultados obtidos comprovam que a administração fiscal continua a incrementar e a consolidar os níveis de eficácia e de eficiência, bem como tem ampliado e aprofundado a qualidade dos serviços prestados à generalidade dos contribuintes, sendo isso resultado da grande qualidade dos recursos humanos.

Ilustração 5 – Organograma geral

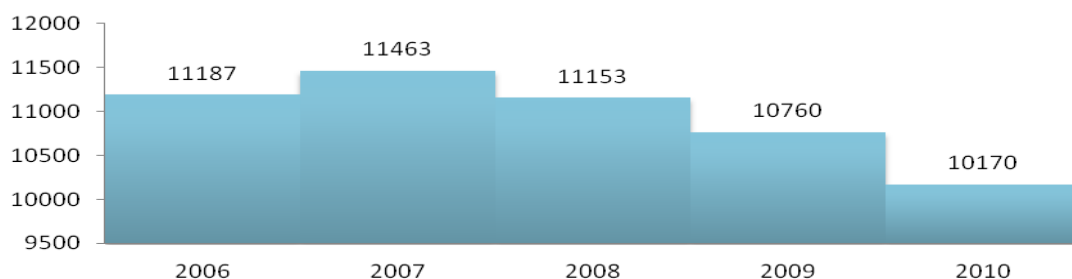


Fonte: Relatório de atividades 2010, DGCI

2.3.1 Evolução do número de trabalhadores

O número total de trabalhadores em 31 de Dezembro de 2010 era de 10 170, um valor que se vem alterando ao longo dos anos. Em comparação com o ano anterior, há uma diferença de menos 590 trabalhadores, significando um decréscimo de 5,5%. Este valor é também o mínimo registado desde meados da década de oitenta do século passado, aquando do início da reforma fiscal.

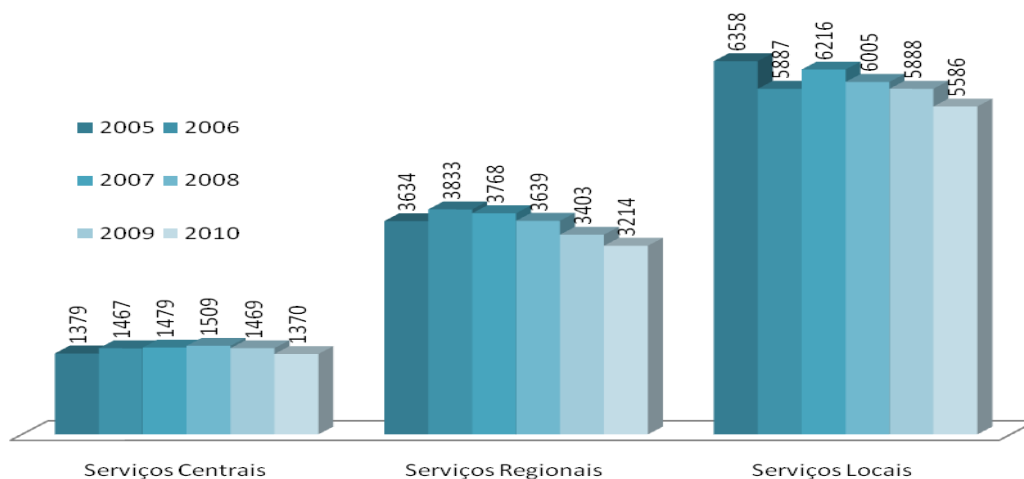
Gráfico 1 – Evolução do total de trabalhadores



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGCI

Como se pode observar no gráfico 1, o número de trabalhadores dentro da instituição foi diminuindo ao longo dos anos, o que se deve ao facto da diminuição do número de novas contratações.

Gráfico 2 – Distribuição por diferentes serviços (n.º)



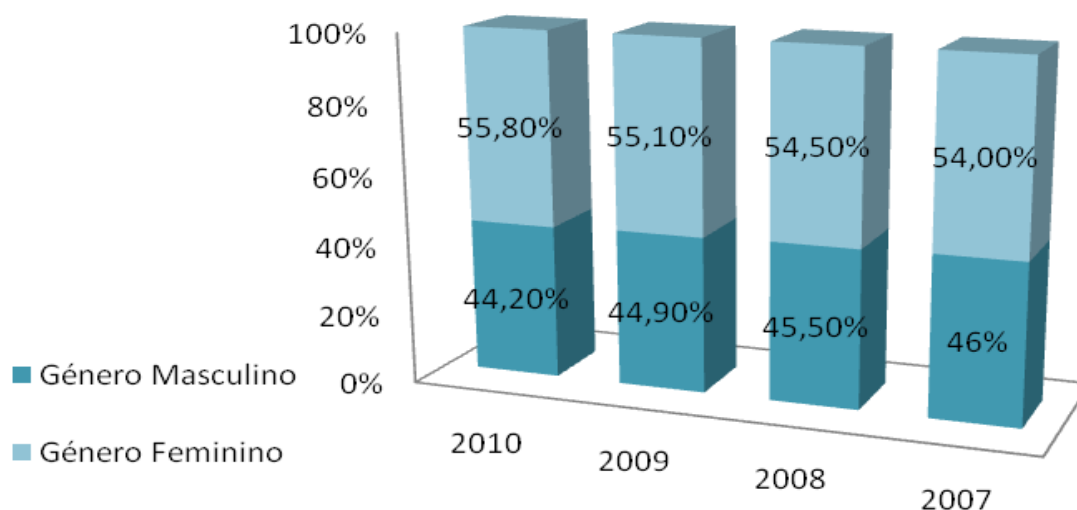
Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGCI

Em relação a distribuição por diferentes serviços, esta foi decrescendo ao longo dos anos.

2.3.2 Trabalhadores segundo género e escalão

A quota do género feminino excedeu sempre a quota masculina. Em 2010, aumentou mais 0,7%, elevando a percentagem das mulheres de 55,1% para 55,8%.

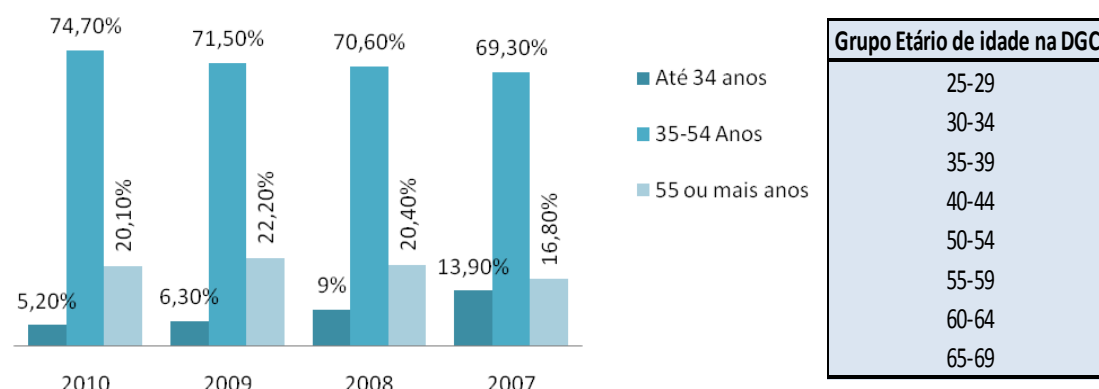
Gráfico 3 – Distribuição por género



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGCI

A idade mínima dos trabalhadores é entre 25-29 anos de idade e idade máxima situa-se entre os 65-69. Destaca-se que todos os grupos etários, à exceção do grupo 55-59 anos, são predominantemente femininos. No grupo dos 45-49 anos, os trabalhadores masculinos representam apenas 31,5% do escalão etário, registando a maior diferenciação por género (2,2 F/ 1 M). O grupo etário com menor número de trabalhadores é compreendido entre os 25-29 anos de idade. Em contrapartida, o que tem maior número de trabalhadores situa-se entre 50-54 anos de idade. 95% dos trabalhadores tem entre 35 anos e 70 anos (mais 1,1% que no ano anterior). Contudo, mesmo no grupo etário dos 35-54 anos, cujo crescimento foi maior (mais 3,2%), regista-se que no escalão dos 45-49 anos houve uma redução do número de trabalhadores. Representamos a seguir a distribuição em três grupos etários:

Gráfico 4 – Estrutura etária



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGCI

A idade média dos trabalhadores em 2010 situou-se nos 47,5 anos tendo diminuído (-0,1) face ao ano anterior. Verifica-se a existência de menos jovens e menos idosos, e uma paragem no envelhecimento registado nos últimos anos.

Assim, pese embora a falta de renovação por novas admissões e o progressivo aumento anual da idade de aposentação, o elevado número de aposentações antecipadas estará a contribuir para a desaceleração do envelhecimento.

2.3.3 Trabalhadores por nível de escolaridade

A distribuição dos trabalhadores por níveis de escolaridade encontra-se escalonada da seguinte forma, e esses valores foram-se alterando ao longo dos anos:

Tabela 1 – Distribuição por nível de escolaridade

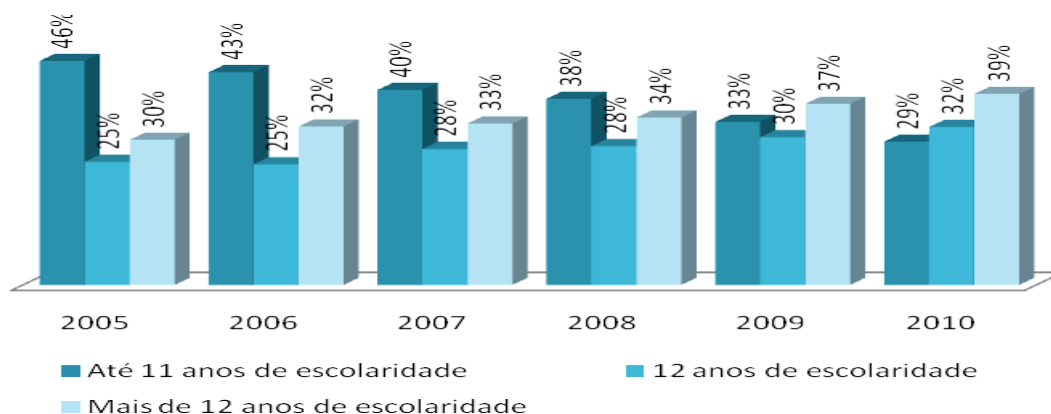
| Descriminação | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--------------------------|------|------|------|------|
| < 4 anos de escolaridade | 9 | 8 | 5 | 4 |
| 4 anos de escolaridade | 323 | 260 | 211 | 183 |
| 6 anos de escolaridade | 338 | 272 | 231 | 134 |
| 9 anos de escolaridade | 1286 | 1155 | 975 | 705 |
| 11 anos de escolaridade | 2586 | 2522 | 2159 | 1938 |
| 12 anos de escolaridade | 3163 | 3145 | 3233 | 3265 |
| Curso médio ou Superior | 38 | 31 | - | - |
| Bacharelatos | 947 | 885 | 701 | 605 |
| Licenciatura | 2749 | 2877 | 3205 | 3263 |
| Mestrado | 23 | 27 | 55 | 70 |
| Doutoramento | 1 | 1 | 3 | 3 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGCI

É significativo, o facto de em 2010, 37% dos efetivos possuírem habilitações de nível superior, o que representa uma evolução positiva em comparação com anos anteriores. Em 2009, registou-se um aumento significativo a nível da licenciatura e de mestrado relativamente ao ano anterior, enquanto em 2008 havia 2 877 trabalhadores com licenciatura (25,8%) e 27 com mestrado (0,2%), verifica que, no ano de 2009, esses números aumentaram para 3 205 (29,79%) e 55 (0,51%), respetivamente. Em 2010 continuou o crescimento, quer em número, quer em peso, das habilitações de nível superior.

Essa situação deve-se ao permanente aumento das qualificações dos trabalhadores, em especial daqueles com habilitações iguais ou superiores ao 12.º ano, mas também ao facto da redução do número de trabalhadores ser mais acentuada nos níveis habilitacionais menos qualificados. Em 2010, o número de graus universitários equivalentes ou superiores à licenciatura cresceu 2,2% comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 5 – Evolução do nível habilitacional



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGC

Importa assinalar o incremento da adesão dos trabalhadores ao programa “Novas Oportunidades”, traduzido quer no aumento do número global de adesões, quer no número de certificações atribuídas ao nível do 9º ano e 12º ano, num total de 288 em 2010 e 162 em 2009.

Tabela 2 – Programa “Novas Oportunidades”

| | 2009 | % | 2010 | % |
|-------------------|------|-------|------|--------|
| Adesão ao Projeto | 749 | | 749 | |
| Concluídos | 162 | 21,6% | 288 | 39,00% |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGCI

2.3.4 Modalidades de horários

A Direção Geral dos Impostos perdeu 590 trabalhadores durante 2010, resultantes de 48 admissões ou regressos e 638 saídas definitivas ou temporárias. Do lado das admissões, sobressaem os regressos de trabalhadores colocados noutros organismos, ou por termo das licenças de longa duração, assim discriminado em comparação com o ano anterior:

Tabela 3 – Admissões e Saídas

| Admissões | 2009 | 2010 |
|---|------|------|
| Admissões (mobilidade interna) | 15 | 3 |
| Procedimento concursal | - | 1 |
| Regressos de licença de longa duração | 10 | 14 |
| Regressos de outros organismos | 21 | 30 |
| Saídas | 2009 | 2010 |
| Definitivas (aposentações, falecimentos) | 432 | 595 |
| Hipótese de regresso (licenças, mobilidade) | 7 | 43 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGCI

Gráfico 6 – Evolução das entradas e saídas



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGCI

As modalidades de horário de trabalho em vigor e os trabalhadores abrangidos por cada uma foram:

Tabela 4 – Modalidades de horários

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--|-------|-------|-------|-------|
| horário rígido | 7.462 | 5.030 | 5.228 | 5.263 |
| horário flexível | 1.828 | 3.975 | 3.484 | 3.245 |
| jornada contínua | 429 | 420 | 386 | 189 |
| Reg. Trab. Est. e Assistência a descendentes | 258 | 251 | 179 | 21 |
| isenção de horário | 1.481 | 1.473 | 1.483 | 1.452 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGCI

2.4 Cooperação internacional

De acordo com as competências que a lei lhe atribui neste domínio a DGCI assegurou a representação de Portugal nas reuniões dos organismos internacionais em matéria de fiscalidade, nomeadamente nos grupos de trabalho do conselho e da comissão na união europeia, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), bem como em seminários e conferências organizados pelo Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT) e pela Organização Intraeuropeia de Administrações Tributárias (IOTA). Além disso, assegurou a negociação e execução das convenções internacionais para evitar a dupla tributação internacional (CDT) e dos Acordos de Troca de Informações (ATI), em matéria fiscal.

Alguns funcionários participaram em atividades do Programa FISCALIS 2013, da Comissão Europeia, quer no domínio da formação, quer no da cooperação administrativa, realizadas noutros estados membros, nomeadamente, em visitas de trabalho, grupos de projetos, controlos multilaterais e *workshops*.

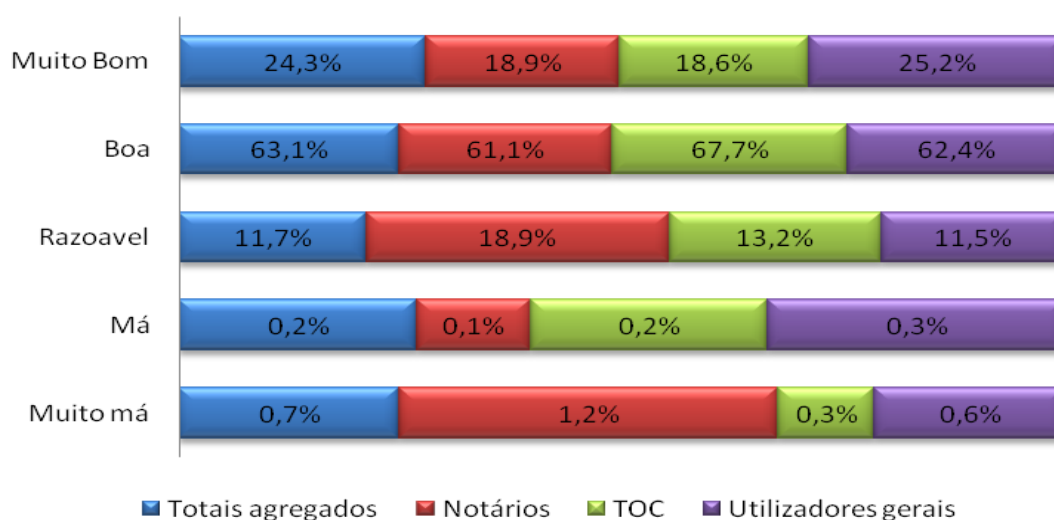
A DGCI desenvolveu ações no domínio da troca de informações com as administrações fiscais dos estados membros da união europeia e de países terceiros, tendo em vista a prevenção e o combate à fraude e evasão fiscal.

Por último, merece destaque a atividade desenvolvida nos planos da cooperação, assistência técnica e formação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em matérias fiscais, bem como a realização de conferências de Diretores-gerais dos Impostos dos países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

2.5 Qualidade do serviço prestado

Anualmente, a administração fiscal efetua inquéritos com o objetivo de avaliar o grau de satisfação dos seus principais grupos de utilizadores – utentes *internet*, técnicos oficiais de contas (TOC) e notários, com a qualidade dos serviços prestados através dos diversos canais de contacto utilizados nas suas interações com a administração fiscal.

Gráfico 7 – Grau de serviços prestados pelo portal das finanças



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da DGCI

No que respeita aos canais de comunicação alternativos ao Portal das Finanças, o atendimento presencial é o canal que regista melhor apreciação. No entanto, importa destacar a evolução muito favorável relativamente ao ano anterior, em todos os canais,

facto que vem confirmar a aposta que a DGCI tem vindo a fazer no sentido de melhorar a qualidade do serviço que presta em todos os canais e a todos os seus *stakeholders*.

A DGCI tem recebido vários prémios consagrados: venceu o prémio internacional para a inovação na administração tributária na área de eficácia fiscal, com a candidatura do projeto assente no sistema informático de penhoras automáticas (SIPA). O prémio foi atribuído pelo centro interamericano de administrações tributárias (CIAT), tendo o galardão sido entregue na 44.^a Assembleia-Geral que decorreu em Abril, em Montevideu, no Uruguai.

O CIAT é a uma das maiores e mais importantes organizações mundiais de administrações tributárias, integrando 38 países membros. Entre as administrações representadas, encontram-se algumas das mais avançadas do mundo, como são os casos dos Estados Unidos, do Canadá, da França, da Itália, da Holanda, da República Checa e da Espanha.

O prémio atribuído reconhece o SIPA como uma referência internacional em matéria de “boas práticas em inovação”, que contribuem para realizar de forma efetiva a atividade da administração tributária, especialmente no que respeita ao controlo e verificação do cumprimento das obrigações fiscais e à capacidade efetiva da administração tributária na cobrança da dívida pendente.

Em parceria com a DGITA, a DGCI venceu também a 8.^a edição do prémio “boas práticas no sector público” na categoria “serviço ao cidadão”, com o “Plano para a qualidade no serviço ao contribuinte”. Este prémio, atribuído pelo jornal *Diário Económico* e pela empresa de consultoria *Deloitte*, é um reconhecimento público da qualidade dos serviços prestados e um estímulo à melhoria contínua dos serviços eletrónicos disponibilizados pela administração fiscal. Também foi atribuído ao Portal das Finanças, pelos leitores da revista “PCGuia”, e pelo 4.^o ano consecutivo, o prémio relativo ao “melhor site de serviço público”.

Capítulo III

1. Caracterização do local do estágio “ Direção de Finanças do Porto”

De acordo com o Plano Nacional de Atividade da Inspeção Tributária, a Direção de Finanças do Porto é uma instituição ou um organismo público de carácter governamental, que tem como principal função implementar e gerir uma relação exigente entre o estado e o contribuinte, orientada para uma aproximação cada vez maior da administração fiscal ao cidadão.

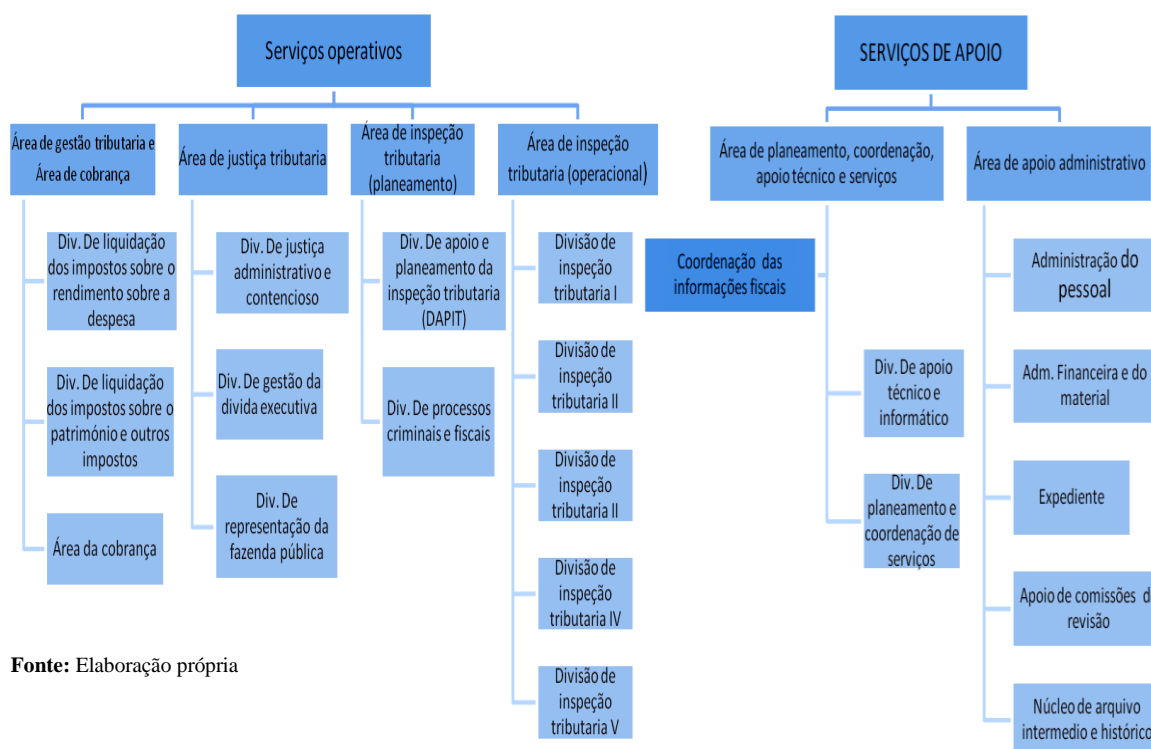
Detém competências para liquidar e arrecadar receitas, prevenir e combater a fraude e a evasão fiscal, informar o cidadão e exercer a ação de justiça tributária, assim como, contribuir para o aperfeiçoamento do sistema fiscal.

Em termos de enquadramento institucional, a direção de finanças do Porto integra-se na direção geral dos impostos, designadamente pela sigla (DGCI), que se caracteriza por ser um serviço de ministério das finanças que tem como missão administrar os impostos sobre o rendimento, sobre o património e os impostos gerais sobre o consumo, de acordo com as políticas definidas pelo governo e as normas comunitárias.

A direção das finanças do Porto está repartida em cinco áreas, nomeadamente a área de apoio administrativo, área de apoio técnico, área de gestão tributária e de cobrança, área de justiça tributária e área de inspeção tributária. Através do organograma em baixo apresentado pode-se verificar a forma como está disposta esta direção. No anexo A pode-se verificar de forma mais detalhada essa informação. Quanto à área da inspeção tributária, a mesma encontra-se subdividida em serviços internos e externos. Existem ainda, instaladas no concelho do Porto, direções de finanças que servem de apoio a esta direção e ao contribuinte.

1.1 Organograma

Ilustração 6 – Organograma da DF do Porto



Fonte: Elaboração própria

1.1.1 Serviços operativos

Nos serviços operativos destacam-se três grandes áreas, a área de gestão tributária e de cobrança, a justiça tributária e a área de inspeção tributária que está subdivida em duas, a de planeamento e a operacional.

1.1.1.1 Área de gestão tributária e cobranças

A área de gestão tributária é responsável pelo desempenho das atividades relacionadas com a conceção do quadro normativo e dos procedimentos técnicos relacionados com os diferentes impostos e outros tributos administrados pela DGCI,

com a gestão declarativa e a liquidação dos mesmos e com a informação e apoio aos contribuintes.

A área de cobrança é encarregada do desempenho das atividades relacionadas com a coordenação, controlo e arrecadação dos impostos e outros tributos administrados pela DGCI, bem como os respetivos reembolsos, com a contabilidade das receitas, com as ligações com a tesouraria central do estado, entidades intervenientes na cobrança e outras cujas receitas próprias são cobradas através desta direção geral, incumbindo-lhe, ainda, gerir o registo de contribuintes.

1.1.1.2 Área de justiça tributária

A Justiça Tributária é responsável pela execução das atividades relacionadas com o contencioso fiscal suscitado pelos contribuintes ou motivado pela imposição do cumprimento das obrigações tributárias. Nesta divisão existem três subdivisões com tarefas distintas, divisões de justiça administrativa, contencioso e gestão da dívida executiva.

A justiça administrativa tem como objetivo, instruir ou informar os processos de reclamação, de contraordenação, de recursos ou outros de natureza administrativa relacionados com a justiça tributária e assegurar a sua tramitação, de acordo com a lei e as instruções administrativas. Na gestão da dívida executiva o objetivo é informar os pedidos de autorização para pagamento em prestações das dívidas em processos de execução fiscal, pedidos relacionados com a venda por negociação particular em processos de execução fiscal, elaborar propostas tendentes à redução da dívida executiva e presta apoio técnico aos serviços locais, relativamente ao tratamento dos processos executivos que impendam sobre os grandes devedores previamente selecionados. Por último, a justiça contenciosa informa os processos de impugnação judicial ou quaisquer outros de natureza judicial-fiscal que devam ser apreciados nas direções de finanças antes de serem remetidos aos tribunais tributários de primeira.

1.1.1.3 Área de inspeção tributária

A inspeção tributária é encarregada pelo cumprimento das atividades que têm por objetivo a investigação das irregularidades fiscais e a prevenção e combate à fraude e evasão fiscais. Para cumprir os seus objetivos da melhor maneira, subdivide-se em duas, a de planeamento e a operacional:

A inspeção tributária (planeamento), é responsável pelo planeamento do serviço a distribuir pelos técnicos. A inspeção tributária (operacional), é responsável pelo serviço operacional da inspeção tributária, ou seja, inspeção das empresas quer a nível interno ou externo.

1.1.2 Serviços de apoio

Este serviço está dividido em duas grandes áreas, a de planeamento, coordenação, apoio técnico e serviços e a área de apoio administrativo. O serviço de apoio é responsável pelo desempenho das atividades de investigação, consultadoria e contencioso, gestão dos recursos humanos e financeiros, planeamento, auditoria interna, relações internacionais, relações públicas, qualificação dos recursos e apoio social, cabendo-lhes um papel indispensável como suporte operacional às atividades relacionadas com a gestão das quatro grandes áreas tributárias (gestão, cobrança, inspeção e justiça tributárias).

2. Estrutura física

A DF do Porto trata-se de uma instituição de grandes dimensões, ocupando dois imóveis, um na Avenida do Boavista e outro na Rua de Santa Catarina. A visita guiada por um técnico da inspeção permitiu-nos ter uma ideia do espaço físico.

Na Avenida do Boavista, ocupa um prédio de 7 pisos distribuídos da seguinte forma: A área da gestão tributária e da cobrança ocupa o 3º piso e meio juntamente com a divisão da Justiça Administrativa; a divisão da liquidação dos impostos sobre o rendimento e despesa encontra-se distribuída no piso 0º, 1º e 2º, no 2º piso também se encontra a divisão de gestão da dívida executiva e esta também ocupa o 6º piso. A divisão da liquidação dos impostos sobre o património e a divisão da cobrança está no 4º piso, juntamente com a área da justiça tributária e no 5º e 7º piso encontra-se a representação da fazenda pública.

Na Rua de Santa Catarina, ocupa também um prédio de 7 pisos, que se encontra ocupado da seguinte forma: Rés-do-chão (piso 0), encontra-se a garagem e os arquivos centrais. O primeiro andar (piso 1) é composto por receção (para os sujeitos passivos), portarias (funcionários), expediente, economato (stock da cantina), seção do correio e reprografia. O segundo andar (piso 2) possui as salas de reuniões e as salas para a inspeção externa (operacional). No terceiro andar (piso 3) encontra-se a 2ª divisão, 3ª divisão e a 4ª divisão de inspeção interna (operacional), em que, é composto por três salas de análise interna, três salas para chefe de divisão, salas de apoio a inspeção externa e três arquivos. O quarto andar (piso 4) destina-se à 1ª e 5ª divisão de inspeção interna (operacional) que tem duas salas de análise interna, duas salas para chefes de divisão, duas salas de apoio à inspeção externa, dois arquivos, gabinete de diretor de inspeção, salas de prova de processos da polícia judiciária e uma sala de apoio à inspeção – serviços judiciais. No quinto andar (piso 5), temos os serviços administrativos, que tem três secretarias, secretaria do pessoal, diretor do planeamento e administração, serviços de seleção, serviços de inspeção com outras entidades. No sexto andar (piso 6) encontra-se o diretor de finanças do Porto e os administrativos que o apoiam, possui também a seção de formação e chefes de divisão do pessoal, reclamação e arquivos. No último andar (piso 7) existe um bar, uma sala de reunião / formação, divisão de processos criminais e fiscais e uma sala do pessoal. Além desses dois prédios, a DF Finanças do Porto ocupa também mais dois espaços, para o Serviço de

informações fiscais situado na Rua D. João IV, e Loja do cidadão localizada no edifício torre das antas - Av. Fernão de Magalhães.

Ilustração 7 – Os postos da Direção de Finanças do Porto



Fonte: Direção de Finanças do Porto

3. Regulamento do horário

O tempo de trabalho a prestar é de acordo com os termos do artigo 7º, do decreto-lei nº 259/98, de 18/08, ou seja, de 35 horas semanais, distribuídas de segunda a sexta, ou o seu equivalente mensal. Em cada período normal, todos os períodos podem ser livremente geridos pelos funcionários ou gerente, dentro dos limites fixados, exceto aqueles que tenham carácter obrigatório (plataformas fixas). A duração máxima diária será de 8 horas, ficando vedada a prestação de mais de 5 horas consecutivas de trabalho, salvo casos excecionais, como reuniões de trabalho, execução de trabalhos urgentes ou outras de estrita necessidade de serviços, em qualquer caso por determinação do superior hierárquico.

É previsto o regime de compensação dos tempos entre dias na plataforma móveis, desde que não seja afetado o normal funcionamento dos serviços, não só quanto às solicitações do público, mas também quanto à coordenação com os restantes serviços. A compensação de eventuais saldos negativos será efetuada pelo alargamento

do período normal de trabalho diário. Quando, por necessidade de serviços vierem a ser prestadas mais horas que as consideradas obrigatórias, o saldo positivo, até ao limite de 8 horas semanais, será considerado crédito a utilizar nas margens móveis, podendo transitar para os meses seguintes.

Durante o período de presença obrigatória, os funcionários ou agentes que necessitam de se ausentar do serviço, nas situações previstas na lei ou quando invoquem justificação atendível, devem solicitar previamente a autorização do superior hierárquico. Essa ausência não poderá exceder o limite máximo mensal de 3 horas, sujeita a compensação dentro do mesmo mês, nem poderá ser utilizada em mais de 4 plataformas fixas nem cada fração ser inferior a 30 minutos. A ausência do serviço ocorrido no último dia do mês poderá ser compensada no mês seguinte.

Todas as entradas e as saídas são registradas em relógio de ponto eletrónico, mediante cartão individual, com recolha de processamento informação, programável e independente. O cartão é estritamente individual, constituindo infração disciplinar a sua utilização por outrem que não seja o seu titular e é sempre depositado em local próprio à saída das instalações.

A falta de marcação no relógio de ponto considera-se ausência de serviço. Esta situação não se aplica nos casos de lapso comprovado, suprível pela rubrica do superior hierárquico em impresso próprio. Mas em caso de não funcionamento do equipamento, o registo é efetuado imediatamente pelo funcionário e agente, em documento depositado junto do respetivo terminal.

O débito das horas, apurado no final do mês, dá lugar à marcação de uma falta, que deve ser justificada nos termos da legislação aplicável, por cada período igual ou inferior à duração média diária de trabalho. Para todos os efeitos legais, as dispensas e tolerâncias de ponto são consideradas como prestações de serviços.

O pessoal que por exigência das respetivas funções efetue frequentemente serviços externos fica sujeito a marcação no relógio de ponto sempre que ingresse nas instalações. A prestação de serviços no exterior será documentada em impresso próprio,

visado pelo superior hierárquico, nele devendo constar os elementos necessários à contagem do tempo no serviço.

É permitida a flexibilidade de horários de acordo com o que a seguir se estabelece. A prestação do serviço decorrerá entre as 8h30 e as 19h30, com plataformas fixas (períodos obrigatórios) entre as 9h30 e as 12h00 e entre as 14h30 e as 17h00. É obrigatória a utilização mínima de 1h00 de almoço, entre as 12h00 e 14h30.

4. Suporte da comunicação

Do Diretor partem todas as informações internas para os coordenadores das diversas valências ou para qualquer responsável de serviço, de forma verbal ou por sistema informático interno – Intranet.

Existem vários placares no edifício com informações para utentes, afixados / disponíveis em local visível. Para além desta forma de comunicação, é utilizado o telefone interno em que cada funcionário tem um telefone próprio e a sua respetiva extensão.

A informação escrita é apenas utilizada em assuntos legais, relatórios e afins que tenham de fazer parte do arquivo da Instituição. No decorrer do Estágio, observei que a comunicação no interior da instituição se processa tanto de forma formal como informal. Nas posições hierárquicas de topo, a comunicação processa-se de forma formal, seguindo a estrutura descendente do organograma.

Contudo, a comunicação entre o Diretor e os restantes níveis hierárquicos realiza-se de ambas as formas, podendo mesmo considerar-se que na Instituição se utiliza a “política de porta aberta” em todos os departamentos. Esta estratégia apresenta as vantagens da informação ser transmitida rapidamente e em todos os sentidos no interior da instituição. Contudo, apresenta desvantagens devido a interrupções e eventual desenvolvimento de sentimentos de insegurança por parte dos responsáveis dos diversos sectores (Teixeira, 2005).

Capítulo IV

1. Inspeção tributária

Missão – reflete a razão de ser de uma organização, caracterizada nas atividades que oferece à sociedade para satisfazer necessidades relevantes.

A Inspeção tributária tem por missão o cumprimento das obrigações fiscais, através de medidas de acompanhamento dos factos tributários e da prevenção e controlo da fraude e evasão fiscal, procurando prestar um serviço de eficiência no domínio da prevenção, análise e correção, de modo a contribuir para a justiça e equidade fiscal.

Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

Visão – a inspeção tributária pretende ser reconhecida pelos cidadãos e pelos organismos da administração pública como uma referência em matéria de boas práticas.

A visão da Inspeção tributária procura assim que a sua atuação seja uma força de mudanças da imagem administração fiscal e da importância dos impostos para a vida em sociedade, contribuindo para maximizar o cumprimento voluntário das obrigações fiscais.

Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

Competências - um dos principais objetivos da atuação da inspeção tributária é o combate à fraude e evasão fiscal, assentando no princípio da iniciativa, cindido a sua atuação em dois componentes:

Tabela 5 – Competência da IT

| <i>Preventiva</i> | <i>Repressiva</i> |
|--|--|
| Acompanhando a atividade e o cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes, procurando persuadi-los ao cumprimento voluntário das obrigações fiscais. | Quando se identifica a situação de negligência, de evasão ou de fraude fiscal, apurando o imposto em falta e agindo punitiva e criminalmente, quando tal justifique. |

Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

No andamento da sua missão e visão, a inspeção tributária pauta a sua ação por um conjunto de valores e princípios, nas quais destacam:

Tabela 6 – Valores e princípios da IT

| Princípios organizativos | Valores de atuação |
|--------------------------|-------------------------------|
| Verdade material | Rigor |
| Proporcionalidade | Ética |
| Contraditoriedade | Transparência |
| Cooperação | Prevenção |
| Legalidade | Eficiência |
| Valorização profissional | Qualidade |
| Especialização | Excelência Inovação e mudança |
| Responsabilidade | Motivação |
| Capacidade estratégica | Credibilidade |

Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

1.2 Objetivos e estratégia da IT

A análise swot permite identificar os pontos fortes e fracos que caracterizam a atividade da inspeção tributária e da sua relação com oportunidades e ameaças, com vista à promoção de um melhor desempenho da organização. É preciso consolidar os pontos fortes, aproveitar as oportunidades, superar as fraquezas e transformar as ameaças em oportunidades.

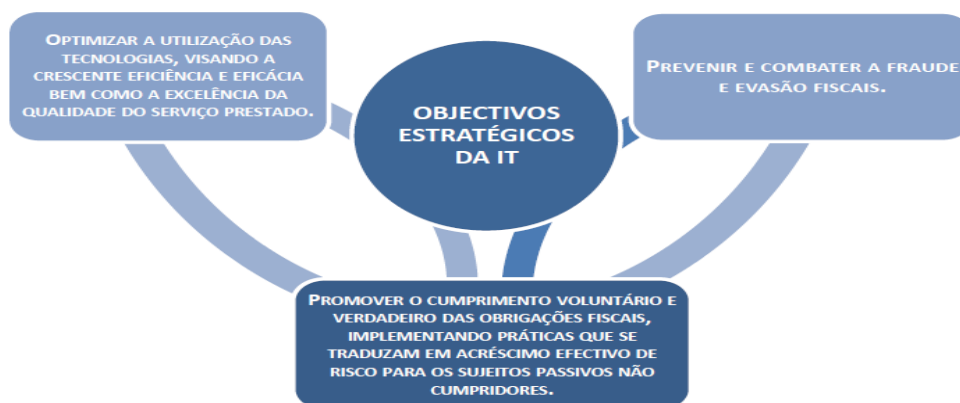
Tabela 7 – Análise swot IT

| Pontos Fracos | Pontos Fortes |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Elevado nº de ações relativo ao ano de caducidade; - Insuficiência dos recursos humanos e novas tecnologias; - Elevado contencioso resultante incorreta fundamentação; - Elevado tempo de resposta dos pedidos de cooperação de outras administrações fiscais; - Aumento da dificuldade de manutenção e aquisição de novas aplicações informáticas; - Défice de formação altamente especializada para os inspetores de grandes empresas. | <ul style="list-style-type: none"> - Maior eficiência na seleção de contribuintes a inspecionar; - Utilização recente de novas tecnologias de informação; - Utilização de internet como forma de divulgação rápida; - Melhoria das metodologias de atuação; - Boa cooperação com outras entidades inspetivas e melhoria no cruzamento de informação; - Bom nível genérico de competências técnicas em função das formação geral mais adequada. |
| Ameaças | Oportunidades |
| <ul style="list-style-type: none"> - Crise económica e financeira, globalização e internacionalização da economia; - Competitividade fiscal internacional e a complexidade da legislação fiscal; - Planeamentos fiscais agressivos; - Existência de propensão para fraude e evasão fiscal; - Evolução tecnológicas dos softwares das empresas que viabiliza a fraude; - Economia paralela significativa; - Incremento do comércio eletrónico | <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da perceção de risco associado ao incumprimento; - Aumento da consciência social da função dos impostos; - Política governamental de periodicidade ao combate a fraude e evasão fiscal; - Aposta na auditoria informática, reforços das técnicas de auditoria assistidas por computador; - Melhoria da cooperação com o ministério público e polícias judiciais; - Melhorias significativas ao nível da qualificação dos recursos humanos; - Cooperação das organizações representativas de contribuintes e setores de atividade. |

Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

Tendo em conta a missão e a visão da IT, a avaliação da sua envolvente externa e interna, e dos seus pontos fortes e fracos, planeiam-se as seguintes estratégias:

Ilustração 8 – Objetivos estratégicos



Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

O mapa estratégico da IT descreve a sua estratégia, que será operacionalizada através de objetivos relacionados entre si, representando a sua missão, visão, num conjunto abrangente de medidas operacionais que servirão de base para os sistemas de medição e gestão estratégica, tendo em conta as seguintes perspetivas:

Ilustração 9 – Visão estratégica



Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

Os objetivos estratégicos são postos em prática através de medidas operacionais com os seguintes impactos esperados:

- Melhoria na imagem institucional, aumento da cobrança voluntária, aumento da eficiência e eficácia, aumento da produtividade, prestação de um serviço com elevada qualidade e valor, aumento do número de contribuintes inspecionados (para a IT);
- Concretização do objetivo redistributivo do sistema fiscal, acréscimo de receita por via das correções efetuadas, melhoria da execução orçamental, diminuição da fraude e evasão fiscal, maior equidade e justiça fiscal, cumprimento estrito das garantias dos cidadãos, aumento de número de contribuintes integrados no sistema (para o estado);
- Aumento da produtividade, maior competência, melhoria de condições de trabalho (para os colaboradores), e melhor qualidade de serviço obtido, redução dos custos de contexto, diminuição do contencioso, maior equidade e justiça fiscal, elevado valor esperado negativo para os infratores, proporcionalidade no tratamento dos contribuintes (para os contribuintes).

1.3 Medidas operacionais da IT

A atividade da IT desdobra-se nas seguintes áreas de atuação:

- Planeamento de coordenação, caracterizada pela definição, controlo e avaliação do plano nacional de atividade da IT (PNAIT) e dos respetivos planos locais;
- Ação preventiva de inspeção tributária, caracterizadas pela identificação e acompanhamento de contribuintes em situação de potencial incumprimento ou de contribuintes que, pelas características ou comportamentos fiscais, justificam uma maior atenção, podendo a IT atuar junto delas;

- Ações corretivas de IT, caracterizadas pela identificação de contribuintes em situação de incumprimento efetivo e pela investigação específica e direta da IT na análise e correção;

Investigações da fraude são caracterizadas pela análise e identificação de tipologias de evasão assumida por contribuintes cujo nível de risco indique uma atuação fraudulenta ou crime organizado.

Tabela 8 – Medidas operacionais proativas

| Medidas Operacionais |
|---|
| Proativas |
| Ações conjuntas com outras entidades e ações de controlo de bens em circulação (CBC) |
| Controlo de novos contribuintes e de contribuintes com irregularidades em setor de risco |
| Campanha de recolha do ficheiro SAF-T (PT) e consequente utilização no analisador |
| Confirmação dos pressupostos e emissão de certificados nos softwares em utilização pelos sujeitos passivos obrigatórios |

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 9 – Medidas operacionais reativas

| Medidas Operacionais Reativas |
|---|
| Manifestação de fortuna |
| Controlo de contribuintes não declarantes com manifestações de atividades |
| Controlo de contribuintes com divergências entre VIES e as declarações periódicas do IVA |
| Controlo de contribuintes com divergências em rendimentos pagos por terceiros, nomeadamente organismos públicos |
| Controlo de contribuintes com divergências no cruzamento dos anexos O e P das IES |
| Controlo do reembolso de IVA |
| Controlo da entrega de retenções na fonte |
| Controlo de operações com não residentes |
| Controlo de empresas com prejuízo fiscais em anos sucessivos |
| Controlo da suspensão da tributação de IMT nos termos do artigo 7º do CIMT |
| Construção civil, obras públicas e subempreiteiros |
| Atividades de auditoria, contabilidade e consultadoria fiscal |
| Comércio de veículos automóveis usados |
| Farmácias e laboratórios |
| Trabalhadores independentes e sociedades de advogados similares |
| Controlo de ourivesaria e relojaria |
| Trabalhos temporários, segurança e limpeza |
| Sociedades com operações de reestruturação e participações sociais em entidades não residentes |

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 10 – Medidas não operacionais

| Medidas Não Operacionais |
|---|
| Gestão de obrigações de terceiros |
| Criações de condições para as instituições de crédito fornecem de forma automática os pagamentos feitos através de cartões de débito e de crédito |
| Gestão de informação empresarial simplificado |
| Intensificação da troca de informação com outras administrações fiscais |
| Planeamento de ações conjuntas com outras entidades inspetivas e de CBC |
| Detenção dos faltosos de IES |
| Formação e divulgação dos serviços de inspeção regionais das ferramentas de análise e seleção de contribuintes disponibilizados no SII IT |
| Efetuar a certificação do software |
| Seleção de ferramentas de auxílio ao controlo do comércio eletrónico |
| Identificação dos setores de riscos ligados ao comércio eletrónico |

Fonte: Elaboração Própria

2. Ações conjuntas da DGCI com outras entidades

Trata-se de um plano de ações de prospeção dirigida, de âmbito nacional, a realizar em ações conjuntas com outras entidades, tais como: Centros Regionais de Segurança Social (ISS), Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana (BF-GNR), Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), Inspeção Geral do Trabalho (IGT), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Polícia de Segurança Pública (PSP).

Estas ações constam do plano nacional de atividades da inspeção tributária (PNAIT), que estabelece a realização destas ações inspetivas conjuntas tendo por base o caráter preventivo, como forma de incutir nos sujeitos passivos níveis acrescidos de risco de serem detetados em falta, induzindo-os ao cumprimento voluntário das respetivas obrigações fiscais, visando também a recolha de elementos e informações para a inspeção tributária. São objetivos das ações conjuntas:

- Realização de ações de prospeção em articulação com outras entidades, em setores considerados de risco;

- Obtenção de um forte efeito preventivo junto dos contribuintes em geral, pela presença no terreno de técnicos de diversos organismos e pela produção consequente de todos os efeitos corretivos aos contribuintes controlados, quando for este o caso;
- Consequente indução ao cumprimento voluntário das obrigações fiscais;
- Aquisição de informações que possam, no futuro, ser utilizadas em posterior procedimento inspetivo.

Os sectores prioritários no âmbito das operações conjuntas são os seguintes:

- a. Comércio e serviços em geral;
- b. Grandes empreendimentos de construção civil;
- c. Estabelecimentos noturnos de diversão e lazer – “ discotecas e night-clubs”;
- d. Controlo de bens em circulação.
- e. Comércio de automóveis usados.

De forma a permitir uma articulação operacional eficaz entre as diversas entidades, são definidas as normas e critérios de atuação, formadas equipas, tendo em conta a dimensão dos alvos da intervenção inspetiva a realizar, a dimensão dos locais a visitar e a complexidade técnica no levantamento das situações de facto a tratar.

As metodologias individuais e correspondentes papéis de trabalho são disponibilizados pelas direções de finanças, podendo os mesmos ser diferentes. Cada direção de finanças poderá adotar ou criar outros documentos alternativos aos papéis de trabalho constantes das metodologias, que melhor se adequem às características dos sujeito passivos objeto de controlo, bem como criar livros com papéis de trabalho autocopiativos para facilitar o trabalho no terreno, atendendo às dificuldades que se tem

em fotocopiar os documentos no momento da sua emissão e à morosidade da alternativa de emitir manualmente os documentos duplicados.

2.1 Ações conjunta dirigidas a CBC

As ações de Controlo de Bens em Circulação (CBC), são realizadas conjuntamente com as mesmas entidades integrantes das ações conjuntas, em especial com a GNR/BF. Trata-se de ações com a natureza de prospeção dirigida ao reforço do controlo de bens em circulação, com especial incidência nas zonas fronteiriças e nos acessos a mercados abastecedores e outras áreas de vendas a retalho.

O orientador da equipa que funciona na direção de finanças, após entrar em contato com as entidades envolvidas e de ter selecionado os locais onde vão decorrer as ações, tendo em conta o fator e efeito “surpresa” que contribui para a eficácia de resultados, comunica aos técnicos intervenientes nas ações que terão de manter sigilo até ao momento da sua realização.

Neste tipo de ações de controlo de bens em circulação (CBC), tem-se em conta o Regime de transporte: em território nacional ou transporte internacional. Em território nacional, o regime de bens em circulação encontra-se elencado no decreto – lei n.º 147/03, de 11 de julho, que estabelece as normas sobre os documentos que devem acompanhar os bens em circulação. No que se refere a transações internacionais, as mesmas são reguladas pelo decreto – lei 290/92, de 28 de Dezembro.

Face à abrangência dos diferentes tipos de características dos sujeitos passivos, os papéis de trabalho são muito importantes neste tipo de ação, facilitando a atuação no terreno, e normalmente são utilizados os seguintes documentos:

Notificação – Destina-se a notificar os sujeitos passivos no sentido de apresentar os documentos de transporte ou de aquisição, dependendo do tipo de contribuintes, no âmbito do “ regime de bens em circulação”;

Autos de declarações – São efetuados de diversas formas, dependendo dos atos praticados pelos sujeitos passivos controlados, do tipo de bens intercetados e a extensão das justificações dos contribuintes. Podem ter como destino, análise interna, dos sujeitos passivos intercetados e obter elementos que possibilitam penalizar as infrações detetadas;

Auto de notícia – São levantados com base nas omissões, inexatidões e faltas detetadas durante ação, com vista aplicação da coima respetiva.

2.2 Ações conjunta ao setor de construção civil – obras em curso e grandes empreendimentos

Essa atuação visa identificar os operadores direta e indiretamente envolvidos em cada um dos empreendimentos de construção visitados, controlar documentalmente as operações aí realizadas e os preços de venda, bem como a obtenção de dados que possam servir de referência comparativa setorial ou para posterior procedimento inspetivo.

Neste tipo de ação também se procede à recolha de dados, dos diversos fornecedores e prestadores de serviços que estão a laborar no empreendimento no momento da visita.

Tabela 11 – Passos relevantes (aspetos operacional)

| |
|--|
| Identificação do dono da obra, atividade exercida, identificação do “TOC” e localização da escrita, tipo e objetivo comercial do empreendimento: <i>Natureza e destino da construção (utilização própria/investimento/exploração comercial/venda)</i> |
| Caraterização física da obra, licenças de construção., processo camarário, responsáveis técnicos da obra, observação do plano da obra: <i>Constituem elementos estruturais base para controlo fiscal da construção e das fases prévias de conceção e projeto.</i> |
| Identificação do proprietário anterior dos terrenos afetos ao empreendimento, sendo o caso. <i>Visa controlar possíveis transações ocultas dos terrenos e o seu valor.</i> |
| Identificação do empreiteiro geral e, a partir deste, subempreiteiros e prestadores de serviços subcontratação ou envolvidos diretamente na obra e respetivos TOC’s. Identificação das pessoas presentes na obra no momento da visita e situação laboral (trabalhadores por conta própria ou outrem e neste caso referencia à entidade patronal), enquadramento do serviço prestado no plano geral da obra ou por contratação ou subcontratação: <i>Visa despistar omissões de proveitos por pessoas, empresas e/ou entidades presentes ou obras diretamente ou subcontratados (clandestinas do ponto de vista fiscal – economia paralela), fazendo o respetivo confronto e rastreio com os contratantes a partir do empreiteiro geral.</i> |
| Controlo de bens e matérias em existência e em circulação: <i>Quando se afigurem suspeições de falta de injustificação documental, chama-se a atenção para as situações de bens em circulação justificadas com transações intracomunitárias, em que os bens poderão ter sido adquiridos no mercado interno (na economia paralela), mas surgem documentalmente justificados como adquiridos e outros estados membros.</i> |
| Recolha dos preços de venda anunciados relativamente à ser constituídos do empreendimento, uma vez concluída ou em vias de conclusão de obra: <i>Aspetos relevante quando o empreendimento está a ser construído para venda não resultante da encomenda, destacando-se as construções de prédios para venda em frações.</i> |

Fonte: Informações do PNAIT

2.3 Ações conjunta dirigidas a estabelecimentos noturnos de diversão e lazer “ discotecas e night clubs”

Este é um setor de atividade de elevado risco de evasão fiscal, com uma diversidade de irregularidades nas diferentes áreas, motivo pelo qual é objeto de frequentes ações inspetivas conjuntas, quer a nível Fiscal (IT), impostos especiais sobre consumo (DGAIEC/BF-GNR), contribuições para segurança social sobre rendimentos de trabalhadores (Centro Regionais de Segurança Social), Cidadãos não nacionais em situação irregular (SEF), condições de trabalho, contratuais e outras (LGT), inconformidade ilegal dos bens e produtos para consumo público nos estabelecimentos, proteção ao consumidor (ISAE) e direitos de autor/contrafação (BF-GNR).

Antes é preciso fazer o levantamento do universo potencial destes tipos de estabelecimentos, essas informações são obtidas junto do governo civil, municípios, autoridades policiais e, bem assim, proceder à pesquisa na imprensa e observações no terreno). Conhecido o universo, sugere-se o reconhecimento local de alguns desses estabelecimentos para selecionar os que serão visitados. Este reconhecimento permitirá esquematizar melhor a atuação no terreno e definir o número de técnicos necessários ao trabalho no campo.

Da experiência no campo, conclui-se que os estabelecimentos com irregularidades assumidas têm tendência a encerrar de imediato as portas, até passar “o perigo” de serem visitados, ou então, tentam eliminar as provas de fraude, como por exemplo desaparecimento de “cena” de trabalhadores não declarados, cujos salários são em regra pagos com receitas omissas à contabilidade, controlo da entrada de clientes para não evidenciarem verdadeira situação fiscal, provocando tumultos contra a ação inspetiva. Nesta área, as ações ocorrem durante os horários normais de funcionamento dos estabelecimentos, por regra “durante a noite”.

Tabela 12 – Passos relevantes

| |
|---|
| <p>Identificação do dono do estabelecimento, gerentes de facto, atividade exercida, TOC, local de centralização da escrita.</p> <p><i>Enquadramento fiscal do sujeito passivo</i></p> |
| <p>Identificação do proprietário das instalações afetas ao estabelecimento, e respetivas condições contratuais da utilização.</p> <p><i>Controlar eventuais despesa ocultas a respetiva tributação a jusante pelos beneficiários dos rendimentos prediais.</i></p> |
| <p>Discrição do lay-out da atividade do estabelecimento, capacidade das instalações, clientes presentes, horário normal de funcionamento, número e horas realização de eventuais espetáculos e respetiva sazonalidade, cartões internos de controlo de presença e de consumo dos clientes.</p> <p><i>Visa uma prestativa global da forma como é desenvolvida a atividade.</i></p> |
| <p>Tentar identificar a forma de controlo interno utilizada pelos responsáveis do estabelecimento, se é apenas baseado nos documentos normais da escrita e qual a consistência dessa informação para esse efeito.</p> <p><i>Se a mesma configurar ser manifestamente insuficiente para controlo interno do estabelecimento, insistir junto dos responsáveis no sentido de informarem quais os elementos extra contabilísticos de gestão que utilizam, sabendo que, caso esses documentos tenham subjacentes valores diferentes da escrita, aqueles procurarão dissimular a sua existência aos inspetores.</i></p> |
| <p>Controlar o registo dos rendimentos consequente à forma como se processa a atividade e aos momentos de cobrança das receitas aos clientes, bem como a veracidade dos valores transmitidos pela “ máquina registadora” e/ou máquina portador de sistema informáticos “POS”. Recolha de tabelas/prospetos de preços de entrada (mínimo) e/ou de consumo do estabelecimento.</p> <p><i>Visa despistar omissões de rendimentos por manipulação dos programas informáticos, já algumas vezes detetadas na inspeção.</i></p> |
| <p>Identificar das pessoas presentes a laborar o estabelecimento, vínculo e situação laboral (trabalho fixos, eventuais, “ a ajudar”, contratados diretamente ou a empresa de trabalho temporário).</p> <p><i>Despiste de trabalhadores não declarados para efeitos fiscais (omissão de gastos com pessoal para encobrir rendimentos)</i></p> |

Fonte: Informações do PNAIT

Tabela 13 – Totais por distrito das ações conjuntas 2010

| DISTRITOS | Comércio | Construção Civil | Com. Automóveis Usados | Total Ações Conjuntas | Controlo Bens Circulação | TOTAIS |
|--------------|------------|------------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|------------|
| Aveiro | 17 | 5 | 3 | 25 | 17 | 42 |
| Beja | 11 | 2 | 1 | 14 | 7 | 21 |
| Braga | 4 | 1 | 1 | 6 | 12 | 18 |
| Bragança | 6 | 0 | 0 | 6 | 4 | 10 |
| C.Branco | 5 | 1 | 1 | 7 | 7 | 14 |
| Coimbra | 7 | 3 | 2 | 12 | 19 | 31 |
| Evora | 6 | 0 | 1 | 7 | 10 | 17 |
| Faro | 3 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Guarda | 3 | 1 | 1 | 5 | 5 | 10 |
| Leiria | 19 | 1 | 1 | 21 | 38 | 59 |
| Lisboa | 208 | 4 | 1 | 213 | 52 | 265 |
| Portalegre | 9 | 0 | 0 | 9 | 4 | 13 |
| Porto | 48 | 4 | 2 | 54 | 94 | 148 |
| Santarém | 19 | 1 | 1 | 21 | 17 | 38 |
| Setúbal | 8 | 2 | 2 | 12 | 9 | 21 |
| V.Castelo | 2 | 2 | 2 | 6 | 9 | 15 |
| V.Real | 13 | 0 | 8 | 21 | 15 | 36 |
| Viseu | 7 | 1 | 1 | 9 | 9 | 18 |
| TOTAL | 395 | 28 | 28 | 451 | 328 | 779 |

Fonte: DGCI

3. Dados importantes da DGCI

Ilustração 10 – N° chave de 2010

| | |
|-------------------------------|--|
| Receita | Receita bruta total: 35.609 M€ Reembolsos e restituições (todos os impostos): - 7.409,1M€ Receita líquida total: 28.199,9 M€ |
| Orçamento | Orçamento de funcionamento + PIDDAC: 523,9 M€ Utilizadores registados no Portal das Finanças em 2010: 485.999 IRS (internet): 4.181.124 IRS (papel e internet): 5.232.682 IRC: 430.670 |
| Declarações Submetidas | Declaração IES/DA: 581.646 Declaração IES: 409.424 Modelo 10: 606.410 IVA: 3.698.348 Retenções IRS/IRC/Selo: 3.414.912 Pedidos de isenção de IMI: 30.220 Chamadas telefónicas atendidas: 710.317 |
| Atendimento | Tempo médio de espera para atendimento num Serviço de Finanças: 14 m 43 s Duração média do atendimento num Serviço de Finanças: 5 m 43 s |
| Certidões | Total emitido em 2010: 512.066 |
| Inspecções | N.º acções inspectivas: 37.399 Valor monetário correcções inspectivas: 2.049 M€ |
| Cobrança Coerciva | Redução da dívida tramitável em 2010: 600 M€ Receita coerciva arrecadada: 1.241 M€ |

Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

Tabela 14 – Valor monetário das correcções Janeiro/dezembro 2010

| Indicador | Acção da Inspecção | | Subtotal | (milhares de euros) | |
|-------------------|--------------------|----------------------------|-----------------------|---------------------|------------------|
| | Correcções | Regularizações voluntárias | | Imposto | |
| Bases Tributáveis | 3.187.925 | 2.451.290 | 5.639.215 | 20% | 1.127.843 |
| Imposto | 749.105 | 172.068 | 921.173 | | 921.173 |
| | | | Total realizado | | 2.049.016 |

Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

Tabela 15 – Comparação com o período de 2009

| (milhares de euros) | | | |
|--|----------------------------|----------------------------|---------------|
| Indicador | Janeiro / Dezembro 2009 | Janeiro / Dezembro 2010 | Δ% |
| Correcções às bases tributáveis | | | |
| Correcções | 4.956.819 | 3.187.925 | -35,7% |
| Regularizações Voluntárias | 1.857.563 | 2.451.290 | 31,9% |
| Total | 6.814.382 | 5.639.215 | -17,2% |
| Imposto detectado em falta | | | |
| Correcções | 1.002.769 | 749.105 | -25,3% |
| Regularizações Voluntárias | 240.009 | 172.068 | -28,3% |
| Total | 1.242.778 | 921.173 | -25,8% |

Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

Tabela 16 – Distribuição de correcções (valor em 10³ €)

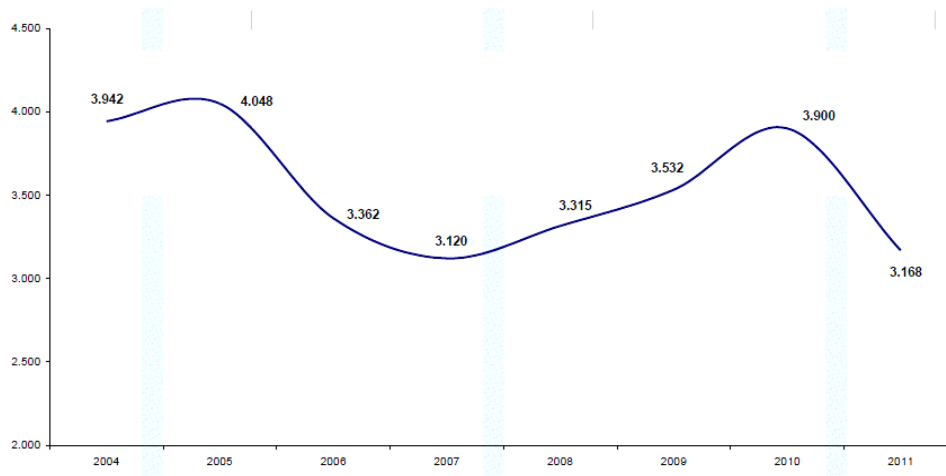
| Distrito | N.º Ações em pontos | Correcções à Mat. Coletável | Imposto em falta | Valor das correcções |
|-------------------|------------------------|--------------------------------|---------------------|-------------------------|
| Aveiro | 1.871 | 233.090 | 29.272 | 75.890 |
| Beja | 189 | 21.999 | 2.763 | 7.162 |
| Braga | 2.283 | 242.529 | 30.457 | 78.963 |
| Bragança | 172 | 17.197 | 2.160 | 5.599 |
| Castelo Branco | 412 | 35.804 | 4.496 | 11.657 |
| Coimbra | 1.390 | 123.550 | 15.516 | 40.226 |
| Évora | 412 | 37.108 | 4.660 | 12.082 |
| Faro | 1.321 | 140.113 | 17.596 | 45.618 |
| Guarda | 326 | 29.258 | 3.674 | 9.526 |
| Leiria | 1.682 | 177.398 | 22.278 | 57.757 |
| Lisboa | 5.303 | 978.346 | 122.862 | 318.531 |
| Portalegre | 275 | 24.897 | 3.127 | 8.106 |
| Porto | 5.028 | 608.621 | 76.432 | 198.156 |
| Santarém | 892 | 111.853 | 14.047 | 36.417 |
| Setúbal | 1.339 | 233.934 | 29.378 | 76.164 |
| Viana do Castelo | 378 | 45.438 | 5.706 | 14.794 |
| Vila Real | 429 | 43.294 | 5.437 | 14.096 |
| Viseu | 738 | 76.741 | 9.637 | 24.986 |
| Angra do Heroísmo | 17 | 5.337 | 670 | 1.738 |
| Horta | 17 | 3.805 | 478 | 1.239 |
| Ponta Delgada | 223 | 29.685 | 3.728 | 9.665 |

Fonte: Plano nacional de atividade da IT, 2011

A cobrança coerciva realizada pela DGCI (atual Autoridade Tributária e Aduaneira) ascendeu, em 2011, a cerca de 1.230 milhões de euros (**€1.230.370,75**), superando em 11,8% o objetivo de 1.100 milhões de euros que tinha sido fixado no início do ano.

Outro importante resultado alcançado em 2011, neste domínio, foi a diminuição substancial do valor das dívidas cujos prazos de pagamento voluntário não foram cumpridos pelos contribuintes (dívida executiva instaurada). Como se pode constatar no gráfico seguinte, esse valor atingiu o valor de 3,1 mil milhões de euros, consubstanciando uma quebra de quase 20% relativamente a 2010.

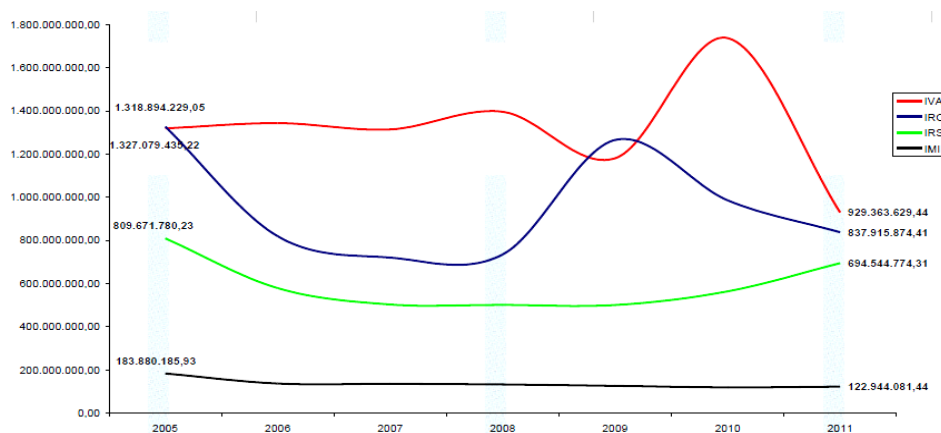
Gráfico 8 – Evolução do valor agregado da dívida instaurada



Fonte: Documentos internos da DGC

A instauração da dívida mede o volume de impostos apurados que os contribuintes portugueses não pagaram nos prazos legais e é um importante instrumento de medida da eficácia da administração fiscal na dissuasão do incumprimento do dever de pagamento. A quebra da dívida executiva instaurada ficou a dever-se, fundamentalmente, à evolução registada nos dois impostos mais diretamente ligados ao desenvolvimento de atividades empresariais, onde esse fenómeno é tradicionalmente mais relevante – o IVA e o IRC – como se constata no gráfico seguinte:

Gráfico 9 – Evolução da instauração de dívidas fiscais



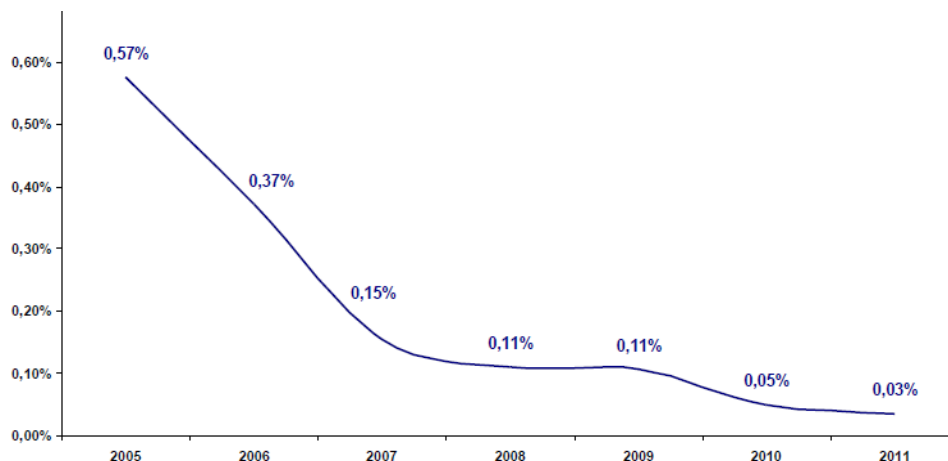
Fonte: Documentos internos da DGC

Apesar da evolução da conjuntura económica e do agravamento das dificuldades enfrentadas pelos agentes económicos, observou-se, em 2011, uma diminuição na instauração da dívida de IVA de cerca de 47% e uma redução da instauração de dívida de IRC de cerca de 15%.

É ainda importante realçar a melhoria significativa registada na qualidade do serviço prestado pela DGCI (atual AT) na área da cobrança coerciva. Os atos praticados nos processos de execução fiscal são sempre potencialmente conflituais se não forem praticados com a devida fundamentação, sistematicidade, elevada qualidade e respeito pelos direitos dos contribuintes.

Em resultado desta melhoria, a percentagem dos atos praticados nos processos de execução fiscal alvo de contestação dos contribuintes registou uma redução assinalável em 2011, atingindo o quantitativo numérico mais reduzido dos últimos anos (vide gráfico seguinte).

Gráfico 10 – Taxa de atos reclamados – evolução



Fonte: Documentos internos da DGCI

Esta evolução é tanto mais importante quanto é certo que o volume de atos de coerção praticados nos processos foi, em 2011 o mais elevado de sempre, tendo ultrapassado 1,7 milhões (nível que mais do que duplica o correspondente a 2006).

Capítulo V

1.Descrição das atividades executadas

Nos primeiros meses de estágio, o trabalho da autora consistiu no estudo da estrutura orgânica da DGCI, e na estrutura orgânica da Direção de Finanças do Porto, para poder compreender melhor o funcionamento da instituição.

Dado tratar-se de uma área muito abrangente a nível de legislação, foi-me facultado a consulta dos sites internos, da DF Porto (<http://dfporto/>) e da autoridade tributária aduaneira (anterior DGCI) <http://portalintranet:83/default.aspx> , onde se pode aceder à mais diversa legislação, diplomas legislativos, instruções administrativas, convenções para evitar a dupla tributação, notas informativas, acordos de troca de informações, doutrina administrativa, atualização de legislação, bem como o acesso à consulta de diversos códigos, entre eles: CPPT - Código de Procedimento e de Processo Tributário; LGT - Lei Geral Tributária; RCPIT - Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária; RGIT - Regime Geral das Infrações Tributárias; CIRC - Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas; CIRS - Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares; CIVA - Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado. É de referir, que o acesso a estes sites só é permitido aos técnicos, uma vez que existe uma chave de acesso individual para aceder.

No decorrer dos meses do estágio tive a oportunidade de me deslocar às diversas áreas da direção de finanças do Porto, sendo a visita sempre acompanhada por um técnico da inspeção. Percorri todas as salas de trabalho, secretarias, área de bar, secção de correios, reprografia e arquivos.

Nos restantes meses do estágio tive a oportunidade de participar numa ação conjunta da DGCI (atualmente designada Autoridade Tributária) com outras entidades, em que estive inserida numa equipa de inspeção tributária operacional responsável pela análise interna.

1.2 Participação na ação conjunta da DGCI (atual Autoridade Tributária e aduaneira) com outras entidades

Durante o estágio houve oportunidade de participar numa ação conjunta da Autoridade Tributária aduaneira (AT) com outras entidades, operação essa designada por “Operação Jardim”. Nesta operação participaram inspetores da AT e a ISS. Formaram-se cinco equipas, constituídas por dois inspetores da AT e um da ISS. Acompanhei uma equipa, no período da manhã, na zona geográfica da Maia – Porto.

Em sede de metodologia foi aplicada a existente, referida no capítulo IV ponto 2, concretizada no preenchimento de seis impressos, juntos em anexo B, ficha de inspeção, relação anexa à ficha de inspeção, destinada ao sujeito passivo, para posterior preenchimento e remessa aos serviços competentes, notificação para exibição de documento comprovativo da aquisição dos bens existentes no estabelecimento, auto de declarações lavrado no caso de existirem divergências e com vista à vinculação por parte do sujeito passivo em termos de anomalias encontradas, a título de exemplo, divergências de caixa.

O procedimento externo de inspeção foi desenvolvido no âmbito da ação inspetiva “Operação Jardim”, dirigida ao sector de comércio de flores. A ação decorreu no dia 2012-02-16, entre as 09:30 e as 12:30 horas, nas instalações do sujeito passivo sitas no concelho da Maia.

De acordo com os dados do sistema informático da AT, o sujeito passivo exerce a atividade principal de “comércio a retalho em bancas, feiras, unidade móveis de venda de produtos alimentares, bebidas e tabacos” (CAE 47810), encontrando-se registado em sede de IRS no regime da contabilidade organizada por opção, e em sede de IVA no regime normal de periodicidade trimestral, desde 2004-10-01 data em que iniciou a atividade.

O sujeito passivo encontra-se numa situação de cumprimento das suas obrigações fiscais não possuindo dívidas fiscais, tendo declarado em sede de IRS resultados líquidos negativos de 6.745,86€ e 7.937,84€ em 2010 e 2009, e um resultado líquido positivo de 1.701,39€ em 2008. O horário de funcionamento das instalações visitadas é das 09:30 horas às 19:00 de 2^{as} a 6^{as} feiras e no período da manhã do sábado, das 09:30 às 13:00.

No decurso da ação inspetiva, foram recolhidos os seguintes elementos:

A) Identificação das pessoas a trabalhar no local no momento da visita

No momento da visita encontravam-se no local o sujeito passivo e a sua esposa. Para a sua esposa, relativamente ao ano de 2010, não são conhecidos quaisquer rendimentos retirados a título de remuneração “categoria A”, dado que não constam do Modelo 10. Da análise à declaração de rendimentos Modelo 3, constatou-se que a empresa no ano de 2010, teve um lucro tributável de 2.377,14€

Para os anos de 2008, 2009 e 2010, não constam Modelos 10 entregues pelo sujeito passivo na base de dados da DGCI.

B) Controlo da atividade

- O sujeito passivo informou que além do seu espaço comercial, vende flores na Feira de Barcelos e no Mercado Municipal de Barcelos;
- Contagem de caixa

| | | |
|-----|--|------------|
| (1) | Contagem dos valores em caixa às 10,00 h | € 1.029,35 |
| (2) | Valor das vendas a dinheiro emitidas | € 145,35 |
| (3) | Fundo de maneio | € 1.000,00 |
| | Diferença (2) – [(1)+(3)] | - € 116,00 |

A divergência detetada entre o valor em caixa e o montante faturado foi justificado, em auto de declarações, prendendo-se com o pagamento de gasóleo e

despesas de alimentação, tendo exibido talão de aquisição de gasóleo no montante de 30,00€.

C) Existências

Foram selecionados os produtos de maior referência, tendo sido verificados os preços e quantidades existentes naquele local:

- 1 – Antúrios: preço de venda 1€ cada; quantidade 40
- 2 – Gladiolos: preço de venda 3€ molho, quantidade 17 molhos
- 3 – Cravos: preço de venda 2,75€ molho, quantidade 50 molhos
- 4 - Rosas: preço de venda 3,00€, quantidade 8 molhos

Posteriormente, o sujeito passivo remeteu à direção de finanças a cópia de três faturas de aquisição dos produtos atrás referenciados.

D) Sistema informático

Não possui software certificado, mas regista os seus proveitos manualmente emitindo para o efeito vendas a dinheiro, talões de venda que estão em conformidade com a portaria nº. 363/2010 de 23 de Junho.

A utilização de programas certificados em conformidade com o disposto na referida portaria é obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2011, para sujeitos passivos que, no ano anterior, tenham tido o volume de negócios superior a €250 000,00 e a partir de 2012, para os sujeitos passivos que, no ano anterior, tenham tido um volume de negócios superior a € 150 000, não tendo aplicação no sujeito passivo em análise.

E) Conclusão

Da análise efetuada, verificou-se que o sujeito passivo:

- Possui um elevado montante de fundo de maneo (1.000,00 €);

- Divergência entre os valores constantes da contabilidade no exercício de 2010 e declarados em sede de IRS. Apurou um resultado líquido negativo de 6.745,86€, no entanto, em sede do correspondente Modelo 3 declarou o lucro fiscal de 2.377,14€

Face ao referido, foi feita proposta de análise externa para este sujeito passivo com a remessa de informação à DAPIT – Núcleo de Acompanhamento e Apoio Técnico, acompanhada de ficha de inspeção, relação anexa à ficha de inspeção, notificação e auto declarações; elementos remetidos pelo sujeito passivo e elementos do sistema informático da A.T.

1.3 Inspeção Tributária Operacional (equipa de análise interna)

Como já foi referido ao longo deste relatório, a inspeção tem um papel fundamental, nomeadamente no que diz respeito à luta contra fraude e evasão fiscal com a consequente correção das injustiças fiscais.

Hoje em dia, constata-se a existência de fortes indícios de fraude fiscal, a que administração fiscal não pode ficar alheia. Trata-se de um fenómeno de contornos nem bem definidos, de difícil detenção que além dos prejuízos causados aos cofres públicos, causam prejuízos à concorrência entre os próprios agentes económicos, nomeadamente em relação aos que cumprem regularmente as suas obrigações fiscais.

Como forma de combate à fraude e à evasão fiscal, a lei confere determinados poderes à administração fiscal que, na decorrência do dever geral de colaboração por parte dos contribuintes, lhe faculta a possibilidade de aceder e solicitar a remessa de elementos e informações que permitem o integral cumprimento das obrigações que lhe é atribuída por lei.

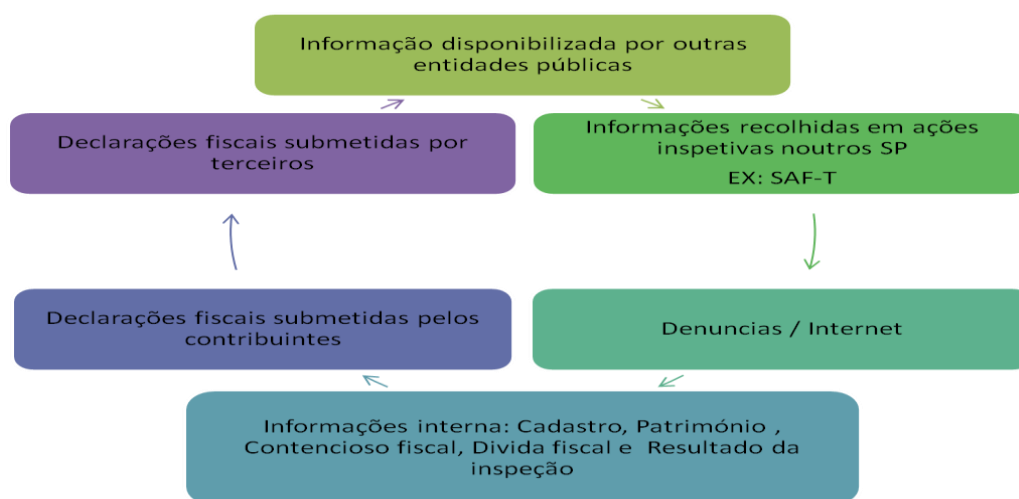
A seleção dos contribuintes que devem ser sujeitos a inspeção constitui uma etapa determinante na atividade da inspeção tributária, é muito importante que os

inspetores sejam direcionados para os contribuintes que apresentam uma maior probabilidade de correção à matéria coletável e ao imposto devido ao Estado.

A seleção de contribuintes é, sem dúvida, uma tarefa complexa e exigente, quer pela quantidade e natureza da informação que lhe está subjacente, quer pelo número de variáveis a ter em consideração na tomada de decisão. Uma eficaz seleção de contribuintes assenta, necessariamente, na existência de uma plataforma que reúna informação relativa a todos os sujeitos passivos.

As fontes de informações são indispensáveis para este efeito, podendo ser obtidas interna ou externamente e, atualmente são as que a seguir se apresentam:

Ilustração 11 – Fonte de informações



Fonte: Plano estratégico de combate à fraude e evasão fiscal

Durante o período de estágio tive a oportunidade de estar inserida também numa equipa de inspeção tributária operacional responsável pela análise interna. A equipa é formada por um chefe de divisão, chefe de equipa, subchefe e técnicos (inspetores tributários).

O chefe de divisão constitui um elemento fundamental, uma vez que controla e orienta as equipas. A qualidade da ação inspetiva tributária depende da forma de

atuação e da gestão por ele implementada, bem como pela dinâmica que for capaz de incutir às equipas.

O chefe de equipa é responsável pela coordenação e apoio atempado aos técnicos que lhes estão afetos, cabendo ao mesmo as seguintes funções:

- Afetação das ações de inspeção;
- Coordenar e orientar, assegurando a celeridade das ações;
- Acompanhar o desenvolvimento da ação, verificando o cumprimento dos objetivos definidos, metodologia a utilizar;
- Dar parecer fundamentado nos projetos de correções e relatórios de conclusão, das ações de inspeção;
- Motivar, contribuir para espírito de equipa, no sentido de obter uma boa produtividade.

Os técnicos da inspeção tributária no exercício das suas funções têm as seguintes competências:

- A confirmação dos elementos declarados pelos sujeitos passivos e demais obrigações tributárias;
- A prestação de informações oficiais, em matéria de facto, nos processos de reclamação e impugnação judicial dos atos tributários ou de recurso contencioso de atos administrativos em questões tributárias;
- A realização de estudos individuais, sectoriais ou territoriais sobre o comportamento dos sujeitos passivos e demais obrigações tributárias e a evolução dos sectores económicos em que se insere a sua atividade;

- A promoção, nos termos da lei, do sancionamento das infrações tributárias;
- A cooperação, nos termos das convenções internacionais ou regulamentos comunitários, no âmbito da prevenção e repressão da evasão e fraude;
- Quaisquer outras ações de averiguação ou investigação de que a administração tributária seja legalmente incumbida.

Sem prejuízo da possibilidade de realização de outras ações de inspeção, a atuação da inspeção tributária obedece ao Plano Nacional de Atividades da Inspeção Tributária (PNAIT).

Durante o estágio junto do serviço de análise interna e na equipa 6410, tive a oportunidade de acompanhar e participar na análise de várias ações, tais como:

Análise de pedidos de reembolso de IVA, controlo dos sujeitos passivos singulares e coletivos não declarantes em sede de IRS, IRC e IVA, análise do sujeito passivo declarantes em IRC com valores objeto de seleção, acompanhamento permanente a sujeitos passivos nomeadamente as de risco, ações especiais de correções ao valor de transmissões de direitos reais sobre bens e imóveis (artigo 64º Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado CIVA), cruzamento da declaração Modelo 3 de IRS com Anexo J/Modelo 10, retenções de IRS, ações de controlo declarativo. Em anexo, apresento os elementos e apreciações práticas das ações desenvolvidas.

Para além destas ações onde participei diretamente, pude observar que na equipa se procede a análise de outros tipos, tais como:

- Campanhas de fiscalização com base em cruzamento de dados, a título de exemplo: Declaração modelo 3 de IRS e declarações periódicas de IVA, Anexo J/Modelo 10/ Guias de pagamento, Declaração modelo 3 de IRS e ajudas de custo.

- Cruzamento dos anexos “O” e “P” da declaração anual a que se refere alínea c) do nº1 do artigo 117º e 121º do Código do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas (CIRC) com a declaração modelo 22 prevista na alínea b) do nº1 do artigo 117º e 120º do CIRC. Serão identificadas e analisadas as divergências entre as informações prestadas pelos sujeitos passivos no anexo “O” e a informação prestada pelos seus clientes nos respetivos anexos “P”, tendo em vista, identificar empresas utilizadoras de faturas falsas. Este cruzamento também permite verificar as situações em que determinados contribuintes são mencionados por clientes e fornecedores, mas não entregam os respetivos anexos “O” e “P” da IES.
- Troca de informação recebida de um estado membro da união Europeia, aquisições e transmissões intracomunitárias, nomeadamente, controlo de divergências dos sujeitos passivos constantes do VIES (Sistema de informação de trocas intracomunitárias). Para que se possa fazer um acompanhamento e controlo das transações comunitárias, a partir do momento em que se aboliram as fronteiras fiscais, houve a necessidade de substituir os mecanismos de controlo aduaneiro, por outros já implementados no interior dos estados membros da comunidade europeia. O VIES consiste num sistema informático que permite a troca via eletrónica de informações entre os 27 estados membros. A partir das informações fornecidas pelos sujeitos passivos que vendem bens a sujeitos passivos de outros estados membros, efetua-se um controlo interior próprio de cada estado membro, com base nas declarações - anexo recapitulativo das transmissões intracomunitárias – apresentado pelos operadores, através das trocas de informações entre as administrações fiscais. Constitui um dos instrumentos essenciais do controlo do IVA intracomunitários no contexto da fraude e da evasão fiscal relacionada com as transações de bens.
- Notificações de cruzamentos dos sujeitos passivos (clientes /fornecedores) ao abrigo do dever de colaboração a que se refere o n.º 4 do artigo 59.º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigos 28.º e 48.º do Regime Complementar do

Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT). É preciso ter em conta Princípio da publicidade dos actos, esse princípio diz que todos os actos administrativos e tributários devem ser publicitados, pelo que nenhuma decisão do procedimento produzir efeitos sem que o seu destinatário tenha, ou possa ter, dele conhecimento. A notificação é *“o acto pelo qual se leva um facto ao conhecimento de uma pessoa ou se chama alguém a julzo”* (artigoº 35º, nº 1 do CPPT).

- Manifestações de fortunas, detetadas através do cruzamento de dados, em que constata-se que os rendimentos declarados evidenciam uma desproporção superior a 50%, param menos, em relação ao rendimento padrão constante da tabela a que se refere o nº 4 do artigo 89º-A da Lei Geral Tributária (LGT) ou quando se verifica um acréscimo de património ou despesa efetuada, incluindo liberalidades, de valor superior a € 100 000, verificados simultaneamente com a falta de declaração de rendimentos ou com a existência, no mesmo período de tributação, de uma divergência não justificada com os rendimentos declarados (na alínea f) do artigo 87º da LGT)
- Controlo das operações com não residentes, a internacionalização das empresas, a utilização de paraísos fiscais e a livre circulação de pessoas e de capitais no âmbito da união europeia fazem com que as operações conexas com mais do que um estado com poderes de tributação tenham cada vez maior importância, criando áreas de risco, designadamente: os pagamentos efetuados a sociedades residentes em paraísos fiscais, incluindo os correspondentes a faturas em que não correspondem a nenhuma efetiva prestação de serviços, operações entre sociedades relacionadas com subfacturação ou subfacturação do preço das operações implicando a correspondente análise em matéria de prelos de transferência, a ocultação, a utilização e eventual exploração, em benefício próprio, de patrimónios detidos por sociedades domiciliadas em paraísos fiscais.

Conclusão

O estágio na Direção Distrital de Finanças do Porto foi uma novidade para mim, bastante interessante e obtive todo o apoio das equipas onde estive inserida e também apreciei a forma como fui recebida por todos os funcionários desta instituição pública.

A recolha de elementos necessários do sistema informático e estudos do processo que vai ser objeto de análise interna são os seguintes: elaboração do projeto de correções e notificações do sujeito passivo para exercer o direito de audição; elaboração do relatório de conclusão da ação inspetiva e notificação de contribuinte pelo resultado da ação inspetiva; elaboração do auto de notícias para os casos em que o sujeito passivo ter declarações em falta. Para os casos em que há correções e o contribuinte não as corrige voluntariamente, a inspeção tributária preenche as respetivas declarações oficiosas para regularização da situação fiscal do contribuinte.

A reclamação graciosa é um processo que é efetuado a pedido do sujeito passivo, por este achar que foi cometida uma ilegalidade no ato de inspeção a que foi sujeito e os elementos oficiais que os serviços dispõem são analisados/estudados. Após essa análise é elaborada uma informação sobre as conclusões que chegou a inspeção tributária na análise do procedimento da reclamação graciosa. Essa decisão deve ser fundamentada, ou seja, tem que dizer o porque do deferimento ou indeferimento da reclamação efetuada a pedido do sujeito passivo.

Durante os seis meses do estágio deparei com situações de falta de material, que nos dias de hoje não se justificam. Existe falta de material básico de escritório (como canetas, agraphadores, papel, marcadores, corretores), outra lacuna que assisti é o mau funcionamento do sistema informático, que constitui um elemento fundamental para o trabalho realizado dentro da instituição.

Mas, em comparação com outros tempos, onde existia um computador por cada duas pessoas, agora cada funcionário tem o seu próprio computador, visto que é um meio fundamental para a realização dos procedimentos tributários, aumentando assim a produtividade. Fiquei um pouco desiludida com essas faltas de material, pois pensei que por ser uma entidade pública o material fosse abundante.

Apesar das falhas detetadas, as pessoas que formam a equipa arranjam sempre forma de ultrapassar as adversidades para conseguirem trabalhar: a falta de material básico é superada pela divisão deste por toda a equipa. Se essas lacunas fossem resolvidas, penso que seria um grande passo para o aumento da produtividade dos serviços prestados pela administração fiscal.

Durante o estágio acompanhei algumas vezes o atendimento que os inspetores tributários fazem aos contribuintes (internamente), de notar que este atendimento é personalizado e restrito aos contribuintes que se encontram em análise pela inspeção tributária interna, por isso mais rápido que na maioria das entidades públicas que fazem atendimento ao público (nomeadamente as repartições de finanças).

Realizar estágio nesta área permitiu-me compreender melhor o funcionamento da inspeção tributária e aprender como se procede a uma fiscalização ao nível da análise interna e externa.

Por tudo que está referido no relatório pode-se concluir que o estágio foi interessante pelas matérias abordadas, que assumem grande importância e estão presentes nas áreas de contabilidade e auditoria e finanças.

Através deste estágio consegui analisar a realidade fiscal de outro ponto de vista – o ponto de vista do Estado – em que o objetivo da inspeção tributária é o combate à fraude e à evasão fiscal, no fundo é proteger o património dos contribuintes.

Bibliografia

- Arens, Alvin A., Loebbecke, James K. Arens, (2000) Auditing-An Integrated Approach, Prentice Hall, 8ª edição
- Brandão, C. R. (1986). Educação Popular. 3ª ed. SP, Brasiliense.
- Baptista da Costa, Carlos, Alves, Gabriel Correia, (2011). Casos Práticos de Auditoria Financeira, 6º edição, Rei dos livros
- BDJUR, (2012) Código tributário, 4ª edição, almedina
- Caiado, António C. Pires, Madeira, Paulo Jorge, (2008). O Encerramento de Contas na Perspectiva Contabilístico-Fiscal, Áreas Editora, Lisboa, 4ª edição
- Comissão Para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal, (1996) Relatório do Ministério das Finanças, DGCI
- Crepaldi, Silvio Aparecido, (2002) Auditoria Contábil - Teoria e Prática, Editora Atlas, SA, S.Paulo, 2ª edição
- Devesa, Jaime; Marcelino, Manuel Joaquim, (2011). CPPT, RGIT, LGT, RCPIT, CIVA CIMI, CIMT, CIS, Almedina
- Espinoza Vergara, M. (1986). Evaluación de Proyectos Sociales. Buenos Aires: Humanitas.
- Franco, S. (13º reimpressão). Direito Financeiro e Finanças Públicas, Volume I e II 4º Edição, Almedina
- Gómez, A. P. (1989): “Paradigmas contemporáneos de investigación didáctica”, in: Gimeno Sacristán, J. & Pérez Gómez, A. (Eds.): La enseñanza: su teoría y su práctica, 3ª ed., pp. 95-138. Madrid: Akal/Universitaria, S.A.
- Grant Thornton International Audit Manual, 1997

- Lourenço, João Cabrito, (2000).A Auditoria Fiscal, Vislis Editores, Lisboa
- Messier, William F, Jr., Auditing – A Systematic Approach, MacGraw-Hill, New York, 1997
- Marreiros, José M.M., Marques, Maria Helena, (2007). Sistema Fiscal Português, Áreas Editora, Lisboa, 3ª Edição
- Martins, Maria d’Oliveira (2011), Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro, Editora: Almedina
- Morais, Ana Isabel, Lourenço, Isabel Costa, (2005). Aplicação das Normas do IASB em Portugal, Publisher Team, Lisboa
- Motta, João Maurício, (1995). Auditoria-Princípios e Técnicas, Editora Atlas, São Paulo
- Pérez Gomez, A.I. (1983) Compreender o ensino na escola: modelos metodológicos de investigação educativa. In: GIMENO
- Quivy, R, Campenhoudt, L, (1992). *Manual da investigação em ciências sociais*. Lisboa: Ed. Gradiva
- Rocha, Isabel; Rocha, Joaquim, (2011). Fiscal- Direito financeiro e tributário, 4ª edição, Porto editora
- Rodrigues, João, (2011). SNC- sistema de normalização contabilística explicado, 2ª edição Porto editora
- Serrano, G. (2008). Elaboração de Projectos Sociais. Casos Práticos. (1.ª ed.). Porto: Porto Editora
- Sierra, Guillermo, Manuel Orta, (1996).Teoría de la Auditoría Financiera, McGraw-Hill
- Teixeira, S. (2005). Gestão das Organizações. Editora: McGraw-Hill

Bibliografia eletrónica

<http://dfporto/> consultado diariamente

<http://portalintranet:83/default.aspx> consultada diariamente

www.portaldasfinancas.gov.pt consultado diariamente

Anexos

Anexo A - Organograma da DGCI

Anexo B - Impressos das ações conjuntas

Anexo C - Pedidos de reembolso de IVA

Anexo D - Análise do sujeito passivo não declarante

Anexo E - Acompanhamento permanente a sujeitos passivos

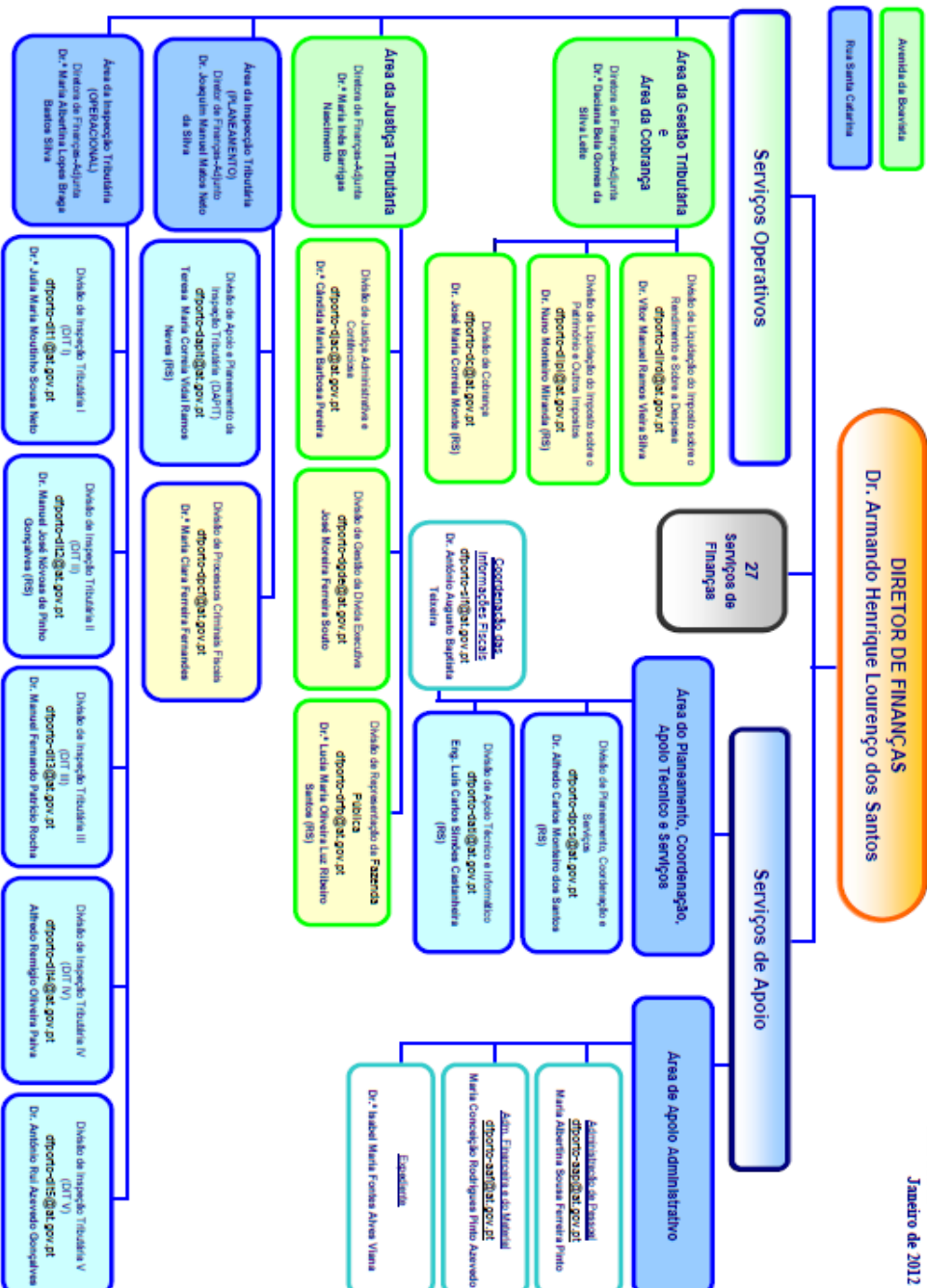
Anexo F - Ações especiais, transmissões de direitos reais sobre bens e imóveis

Anexo G - Retenções de IRS

Anexo H - Cruzamento da declaração Modelo 3 de IRS com Anexo J/Modelo 10

Anexo I – Ações de controlo declarativo

Anexo A – Organograma da DGCI



Anexo B – Impressos das ações conjuntas

FICHA DE INSPECÇÃO

1 ELEMENTOS IDENTIFICATIVOS:

- 1.1 SUJEITO PASSIVO: _____
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: _____
- 1.2 LOCAL DA SEDE: _____
VISITADO: _____
DESIGNAÇÃO COMERCIAL DO ESTABELECIMENTO: _____
- 1.3 ACTIVIDADE: _____

2 OUTROS ELEMENTOS RELEVANTES:

- 2.1 POSSUI CONTABILIDADE ORGANIZADA: SIM ☐ NÃO ☐ TIPO _____
- 2.2 INSTALAÇÕES: PRÓPRIAS ☐ DE TERCEIROS ☐ ÁREA APROXIMADA DO ESTABELECIMENTO _____ M²
- 2.3 NÚMERO DE PESSOAS A TRABALHAR NO LOCAL NO MOMENTO DA VISITA: _____ (- VIDE PÁGINA 2-)
2.3.1 – NÚMERO DE CLIENTES NO LOCAL NO MOMENTO DA VISITA: _____ (- APROXIMADO/ EXACTO-) (a)
2.3.2 - NÚMERO MÁXIMO DE LUGARES DO ESTABELECIMENTO: _____ (- CAPACIDADE-)
- 2.4 POSSUI MECANISMO DE REGISTO / TALÕES DE VENDA? SIM ☐ NÃO ☐
OS RESPECTIVOS TICKETS / TALÕES (a) RESPEITAM O PRECEITUADO NO NÚMERO 3 DO ARTIGO 39.º DO C. I. V. A. ?
SIM ☐ NÃO ☐ EM CASO NEGATIVO, SUCINTAMENTE JUSTIFIQUE: _____
- 2.5 CONTAGEM ÀS _____ HORAS: € _____ (b) - "X" DA REGISTADORA € _____ ;
_____ HORAS: € _____ (b)
ÚLTIMO "Z" REGISTADO: € _____ (b) CONTÉM € _____ DE FUNDO DE MANEIO.
- 2.6 EXPLORA/TEM RELAÇÕES ESPECIAIS (a) COM OUTROS ESTABELECIMENTOS? SIM ☐ NÃO ☐
EM CASO AFIRMATIVO, QUAIS? _____

LOCAL E DATA: _____
OS TÉCNICOS

NOME:

N.I.P.:

NOME:

N.I.P.:

Recebi cópia da presente "*Ficha de Inspeção*" e da sua "*Relação Anexa*" de uma única folha, esta para ser por nós devidamente preenchida em todos os seus quesitos, e remetida aos Serviços de Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de _____ por via postal para _____, ou através do fax número _____ A/C _____, no prazo de 10 dias a contar da presente data.

Enviarei também, pelo mesmo meio, uma cópia do registo das operações realizadas diariamente pelo montante global das contraprestações recebidas pelas transmissões de bens e prestações de serviços tributáveis (art.º 46.º do Código do I.V.A.), relativo aos trinta dias imediatamente anteriores à data desta mesma ficha.

Mais, neste acto, fiquei ciente do teor da presente notificação e da obrigação de prestar a colaboração solicitada ao abrigo do número 2 do artigo 31.º da L.G.T. e número 2 do artigo 48.º do C.P.P.T., sob pena de incorrer em responsabilização contra-ordenacional nos termos do artigo 32.º do R.C.P.I.T. e artigo 113.º do R.G.I.T.

O RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO

(NO VERSO IDENTIFICADO EM 2.3.1.)

(1)

(a) - Riscar o que não interessa.

2.3. NÚMERO DE PESSOAS A TRABALHAR NO LOCAL NO MOMENTO DA VISITA

2.3.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS A TRABALHAR NO LOCAL NO MOMENTO DA VISITA

2.3.1.01. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.02. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.03. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.04. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.05. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.06. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.07. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.08. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.09. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.10. NOME: _____

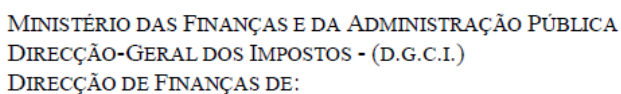
FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.11. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____

2.3.1.12. NOME: _____

FUNÇÃO: _____ NACIONALIDADE: _____



| |
|--|
| |
|--|

RELAÇÃO ANEXA A FICHA DE INSPECÇÃO

1 ELEMENTOS IDENTIFICATIVOS:

1.1 SUJEITO PASSIVO (Nome ou Denominação Social correcta e completa): _____

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL:

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

1.2 LOCAL DA SEDE (indicação correcta e completa na presente data):

1.3 ACTIVIDADE EFECTIVAMENTE EXERCIDA:

C.A.E. :

1.4 IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS / GERENTES / ADMINISTRADORES / TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Qualidade

Nome

N.º de Identificação Fiscal

[illegible]

2 OUTROS ELEMENTOS RELEVANTES:

2.1 INSTALAÇÕES: ARTIGO MATRICIAL: - ; FREGUESIA:

2.2 PRÓPRIAS / ARRENDAMENTO / EXPLORAÇÃO (riscar o que não interessa) - SE DE ARRENDAMENTO OU EXPLORAÇÃO:

2.2.1 -INDICAR: - IMPORTÂNCIA MENSAL PAGA: _____ EURO _____,

2.2.2-TITULAR: _____ N.I.F.:

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

2.3 IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS A TRABALHAR NO LOCAL VISITADO *(a mesma ordem que consta da ficha de Inspeção)*

Nome

N.º de Identificação Fiscal

[illegible]

LISBOA, EM DE DE 200

ASSINATURA: _____
NOME - QUALIDADE: _____



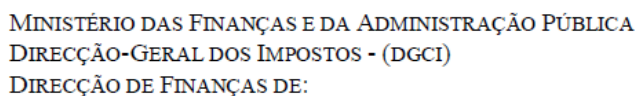
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS – (D.G.C.I.)
DIRECÇÃO DE FINANÇAS DE: _____

Serviços de Inspeção Tributária

| | |
|--|--|
| 1 Processo: _____ _____ _____ | 2 SUJEITO PASSIVO Nome / Designação: _____ Sede: _____ _____ |
| 3 ESTABELECIMENTO Actividade : _____ Designação : _____ Localização : _____ _____ | |
| 4 DECLARANTE Nome : _____ Qualidade : _____ N.I.F. : _____ B.I. : _____, Emitido em 2 00 ____ / ____ / ____ por _____ | |
| 5 <div style="text-align: center;">AUTO DE DECLARAÇÕES</div> <p>Na data supra, pelas ____ horas, no estabelecimento descrito em 3, onde eu _____ com a categoria de _____, do quadro de Pessoal da DGCI, em serviço na DF de _____, Inspeção Tributária, me encontro no exercício das minhas funções, ouvi o declarante identificado em 4 na qualidade de _____, relativamente ao Sujeito Passivo referido em 2, objecto da visita. Inquirido sobre a discrepância entre os valores) registados como receitas de proveitos e os contados em Caixa e constantes da ficha de inspecção, de que recebeu cópia, e se junta ao presente Auto, dele passando a fazer parte integrante, DECLAROU O SEGUINTE:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 150px; margin-top: 10px;"></div> | |

O(A) Declarante

O Técnico



Serviços de Inspeção Tributária

| | |
|-----------|---|
| Processo: | Ex.mo (a) Senhor(a) na qualidade de _____ de _____ com sede em _____ _____ |
|-----------|---|

| | |
|-----------------|--------------|
| Estabelecimento | Actividade: |
| | Designação: |
| | Localização: |
| | |

Notificação
N.º 8 do Art.º 6.º do Regime de Bens em Circulação
(Decreto-Lei n.º 147/2 003 de 11 de Julho)

Notifica-se V.ª Ex.ª de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de hoje, deve proceder, nos Serviços acima identificados, à apresentação dos documentos de transporte ou de aquisição, relativos aos bens encontrados no seu estabelecimento em epígrafe indicado, e abaixo discriminados, cuja circulação esteve sujeita à disciplina do Decreto-Lei número 147/2 003 de 11 de Julho - Bens em Circulação -, sob pena da aplicação da respectiva penalidade, prevista e punível pelo número 1 do artigo 117.º do Regime Geral das Infracções Tributárias.

Bens relativamente aos quais se solicita a apresentação do documento de transporte ou de aquisição:

Bens relativamente aos quais se solicita a apresentação do documento de transporte ou de aquisição:

Documento de suporte da identificação do(a) notificado(a)

O(a) Notificado(a)

O Técnico

..... **AUTO DE DECLARAÇÕES**

- AOS _____ DIAS DO MÊS DE _____ DO ANO DOIS MIL E _____ PELAS _____ : _____
HORAS, EM _____, ONDE EU
_____, COM A CATEGORIA DE _____ DO QUADRO
DA DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS, EM SERVIÇO NA DIRECÇÃO DE FINANÇAS DE _____ - INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA, ME
ENCONTRAVA NO EXERCÍCIO DE MINHAS FUNÇÕES, OUVI EM DECLARAÇÕES O(A) SR(A) _____
_____, CONTRIBUINTE Nº _____,
PORTADOR(A) DO BILHETE DE IDENTIDADE COM O Nº _____, EMITIDO EM _____ / _____ / _____
PELO ARQUIVO DE IDENTIFICAÇÃO DE _____, COM DOMICÍLIO EM _____
_____, NA QUALIDADE DE (a) _____,
CONTRIBUINTE Nº _____, COM SEDE EM _____

- INQUIRIDO(A) SOBRE A PROVENIÊNCIA DOS BENS REFERIDOS NA(S) RELAÇÃO(ÕES) EM ANEXO, QUE
SE ENCONTRAVAM NO ESTABELECIMENTO CITADO PARA VENDA OU INCORPORAÇÃO NOS SERVIÇOS
QUE PRESTA, E QUE PASSA(M) A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE AUTO, DECLAROU O
SEGUINTE : ----- OS BENS EM QUESTÃO
FORAM ADQUIRIDOS A -----

N _____
_____, COM SEDE/DOMICÍLIO EM _____
_____, CONTRIBUINTE Nº _____,
S _____
_____, COM SEDE/DOMICÍLIO EM _____
_____, CONTRIBUINTE Nº _____,
R _____
_____, COM SEDE/DOMICÍLIO EM _____
_____, CONTRIBUINTE Nº _____,
P _____

_____, COM SEDE/DOMICÍLIO EM _____
_____, CONTRIBUINTE Nº _____,
A QUEM (b) _____ PAGOS, NO MONTANTE, E PELO MEIO CONSTANTE DA(S) RELAÇÃO(ÕES) ANEXAS.
- MAIS DECLAROU QUE NO MOMENTO DA AQUISIÇÃO DOS BENS IDENTIFICADOS EM ANEXO NÃO EXIGIU O RESPECTIVO
DOCUMENTO COMPROVATIVO DA MESMA, POR _____

_____,
- NADA MAIS TENDO A DECLARAR, PARA OS DEVIDOS E LEGAIS EFEITOS SE LAVROU O PRESENTE AUTO DE DECLARAÇÕES,
QUE DEPOIS DE LIDO E POR ESTAR CONFORME VAI SER ASSINADO PELO(A) DECLARANTE, PELA TESTEMUNHA _____
_____, COM A CATEGORIA DE _____,
TAMBÉM DO QUADRO DA DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS, E EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NOS SERVIÇOS DE INSPECÇÃO
TRIBUTÁRIA DA DIRECÇÃO DE FINANÇAS DE _____ E POR MIM QUE O REDIGI _____
O(A) DECLARANTE, _____
A TESTEMUNHA, _____
O AUTUANTE, _____

(a) Sócio, empregado, etc. da Sociedade Comercial sob a firma ... ; ou Empresário em Nome Individual; ou empregado, familiar, etc. do Empresário em Nome Individual...
(b) foram / vão ser - neste caso riscar depois da palavra pagos .

RELAÇÃO ANEXA AO AUTO DE DECLARAÇÕES

RELAÇÃO DOS BENS EXISTENTES NO ESTABELECIMENTO DE N.º _____

SITO EM _____,

PERTENCENTE A _____

NIPC _____, COM SEDE / DOMICÍLIO EM _____

QUE SEGUNDO O(A) DECLARANTE FORAM ADQUIRIDOS A _____

NIPC _____, COM SEDE / DOMICÍLIO EM _____

E A QUEM FORAM / VÃO SER PAGOS EM DINHEIRO / POR MEIO DE CHEQUE ☐ SOBRE _____

_____, COM O N.º _____, NO MONTANTE GLOBAL DE EUROS: _____.

| QUANTIDADES | DESCRIÇÃO DOS BENS | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL | IVA TAXA | IVA PRESUMÍVEL NÃO LIQUIDADO |
|-------------|--------------------|----------------|-------|----------|------------------------------|
| | | € | € | % | € |
| | | € | € | % | € |
| | | € | € | % | € |
| | | € | € | % | € |
| | | € | € | % | € |
| | | € | € | % | € |
| | | € | € | % | € |
| | | € | € | % | € |
| | | € | € | % | € |
| | | € | € | % | € |
| | | € | € | % | € |
| SOMA: | | | | | € |

_____, EM _____ DE _____ DE 2005

O(A) DECLARANTE, _____


A TESTEMUNHA, _____

O TÉCNICO, _____

N.º - INDICAR O TIPO DE ESTABELECIMENTO: CAFETARIA, PASTELARIA, SNACK, PADARIA, MINGO-MERCADO, TALHO, PEIXARIA, ETC. ☐ - RISCAR O QUE NÃO INTERESSA

Anexo C - Pedidos de reembolso de IVA

Oficioso

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------------------------------|--|--------------|---|-------|--|-------|------------------------------|-----------------------------|--|--------------|------------|-------|------------|---------------------|-----------|------------------------------|--|--|------------|--|------|-------|-----------|--|--|--|------------|--|------|-------|-----------|--|--|--|
|  AT autoridade tributária e aduaneira | | PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO INTERNA ORDEN DE SERVIÇO (Art.º 46º do RCPIT) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços de Inspeção Tributária Direção de Finanças do Porto | | Nº _____ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 CRITÉRIO DE SELEÇÃO/IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO Data: 2011 / 12 / 27 Critério de Seleção: Nacional <input checked="" type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> U.Orgânica: 13 Porto | | 2 DESPACHO Proceda-se à Inspeção: INTERNA 2011 / 12 / 27 O Responsável: _____ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 30%;">NIF/NIPC</td> <td style="width: 70%;">Nome</td> </tr> <tr> <td>C.A.E. 43310</td> <td>CIRS</td> </tr> <tr> <td>NIF/NIPC</td> <td>Nome</td> </tr> <tr> <td>C.A.E.</td> <td>CIRS</td> </tr> <tr> <td>Morada</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Localidade</td> <td>Serv. Finanças MAIA</td> </tr> </table> | | | | NIF/NIPC | Nome | C.A.E. 43310 | CIRS | NIF/NIPC | Nome | C.A.E. | CIRS | Morada | | Localidade | Serv. Finanças MAIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NIF/NIPC | Nome | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| C.A.E. 43310 | CIRS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NIF/NIPC | Nome | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| C.A.E. | CIRS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Morada | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Localidade | Serv. Finanças MAIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 ÂMBITO E EXTENSÃO DA AÇÃO INSPETIVA - ANOS / EXERCÍCIOS / PERÍODOS A FISCALIZAR <table style="width: 100%;"> <tr> <td colspan="2"> <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) </td> <td colspan="2"> <input checked="" type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) </td> </tr> <tr> <td> Código de Atividade 11122001 </td> <td> Ano/Exercício 2008 </td> <td> IRS <input type="checkbox"/> IRC <input type="checkbox"/> IVA <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> </td> <td> Trimestre 6T </td> </tr> <tr> <td>Meses</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table> | | | | <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) | | <input checked="" type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) | | Código de Atividade 11122001 | Ano/Exercício 2008 | IRS <input type="checkbox"/> IRC <input type="checkbox"/> IVA <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> | Trimestre 6T | Meses | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) | | <input checked="" type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Código de Atividade 11122001 | Ano/Exercício 2008 | IRS <input type="checkbox"/> IRC <input type="checkbox"/> IVA <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> | Trimestre 6T | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Meses | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 ALTERAÇÃO DOS FINS, ÂMBITO E EXTENSÃO DO PROCEDIMENTO <input type="checkbox"/> Altera-se a Ordem de Serviço que lhe foi notificada em _____, com os seguintes fundamentos: _____ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 IDENTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 20%;">Nº Ch.Equipa</td> <td style="width: 20%;">11143</td> <td style="width: 20%;">Nome</td> <td style="width: 40%;">_____</td> </tr> <tr> <td>Categoria</td> <td>Técnico Economista Assessor</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nº Técnico</td> <td>13470</td> <td>Nome</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>Categoria</td> <td>Inspector Tributário Nível 2</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nº Técnico</td> <td></td> <td>Nome</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>Categoria</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nº Técnico</td> <td></td> <td>Nome</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>Categoria</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table> | | | | Nº Ch.Equipa | 11143 | Nome | _____ | Categoria | Técnico Economista Assessor | | | Nº Técnico | 13470 | Nome | _____ | Categoria | Inspector Tributário Nível 2 | | | Nº Técnico | | Nome | _____ | Categoria | | | | Nº Técnico | | Nome | _____ | Categoria | | | |
| Nº Ch.Equipa | 11143 | Nome | _____ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Categoria | Técnico Economista Assessor | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº Técnico | 13470 | Nome | _____ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Categoria | Inspector Tributário Nível 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº Técnico | | Nome | _____ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Categoria | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº Técnico | | Nome | _____ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Categoria | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <small> Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º do Regime Geral das Infrações Tributárias poderá apresentar, no Serviço de Finanças da sua área fiscal, até ao termo do procedimento de inspeção a que se refere a presente Ordem de Serviço, o pedido de pagamento das coimas correspondentes às infrações negligentes eventualmente praticadas, usufruindo do benefício de redução para 75% do montante mínimo legal. Deste pedido deverá informar o(s) funcionário(s) da Inspeção Tributária. O direito à redução está condicionado ao pagamento das coimas nos 15 dias posteriores à notificação a efetuar pela entidade competente, bem como à regularização da situação tributária, mediante o cumprimento das obrigações fiscais que deram origem às infrações (artigo 30.º do citado diploma). </small> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) Tomei conhecimento do conteúdo desta Ordem de Serviço, de que me foi entregue cópia _____ Data: ____ / ____ / ____ Na qualidade de: _____ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Detalhe Inspeção Automática

IDENTIFICAÇÃO

| | | | | | |
|-----------------|--------|---------------------------|------------|--------|--------------|
| Sujeito Passivo | 443310 | Unidade Orgânica | 13 - PORTO | Pedido | 8042187/1 |
| Período | 0806T | Número da Decl. Periódica | | | |
| Nome | | | | | Iso Oficioso |
| CAE | | | | | |

Motivo de Apreciação

| Cód. Motivo | Descrição |
|-------------|---|
| 907 | Contribuinte cessado, com pedido de garantia há mais de 60 dias e ainda não entregue. |

Erros de Validação

| Tipo Operação | Número Linha | Período Anexo | Tipo Anexo | Número Ordem | Código Erro |
|--|--------------|---------------|------------|--------------|-------------|
| Não existem erros para este reembolso. | | | | | |

DETALHE DE PEDIDO DE REEMBOLSO DE IVA

IDENTIFICAÇÃO

| | | | | |
|-----------------|-------------------|---------------------------|--------|--------------------|
| Sujeito Passivo | Unidade Orgânica | 13 - PORTO | Pedido | 8042187/1 |
| Período | 0806T | Número da Decl. Periódica | | |
| Nome | | | | Reembolso Oficioso |
| CAE | 043310 - ESTUAGEM | | | |

VALORES E OUTROS DADOS RELATIVOS AO PEDIDO

| COMP. | REGIME | PAZ. PAG. | APREC. AUTOM. | MOTIV. IND. | INSPECÇÃO | 1º PEDIDO | CESSADO | DATA CESSAÇÃO | PEDIDO |
|--|-----------------------|------------|------------------|-------------|--------------------------------------|-----------|---------|---------------|--------|
| 95 | 41 | 53 | 04 | | 2 | Sim | Sim | 2011-08-10 | |
| | | | | | | | | | |
| DATA DO PEDIDO | DATA DE PROCESSAMENTO | DATA JUROS | DATA DE SITUAÇÃO | | | | | | |
| 2011-12-20 | 2011-12-20 | 2012-03-31 | 2012-02-14 | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| VALORES EM EUROS | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| DECLARADO | | | | | CONSIDERADO NO PROCESSAM. AUTOMÁTICO | | | | |
| | | | | | | | | | |
| VALOR DO CRÉDITO ACUMULADO NO FIM DO PERÍODO DE IMPOSTO | | | | | | 1.965,80 | | 1.965,80 | |
| VALOR DO REEMBOLSO PEDIDO NA DECLARAÇÃO PERIÓDICA | | | | | | 1.965,80 | | 1.965,80 | |
| | | | | | | | | | |
| TOTAL DA BASE TRIBUTÁVEL | | | | | | 0,00 | | 0,00 | |
| VALOR DAS TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS (CAMPO 7 DA DECLARAÇÃO PERIÓDICA) | | | | | | 0,00 | | 0,00 | |
| VALOR DAS OPERAÇÕES PREVISTAS NO ART.º 20º, Nº1, B) (CAMPO 8 DA DECLARAÇÃO PERIÓDICA) | | | | | | 0,00 | | 0,00 | |
| VALOR DO IVA RELATIVO A IMOBILIZADO - CAMPO 20 (DO PERÍODO E SOMA DOS TRÊS ANTERIORES) | | | | | | 0,00 | | 0,00 | |
| REGULARIZAÇÕES DE IVA - CAMPO 40 (DO PERÍODO E SOMA DOS TRÊS ANTERIORES) | | | | | | 0,00 | | 0,00 | |
| EXCESSO DO PERÍODO ANTERIOR - CAMPO 81 | | | | | | 1.965,80 | | 1.965,80 | |
| AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS - CAMPO 10 | | | | | | 0,00 | | 0,00 | |

Pelo Sujeito Passivo



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS

DIRECÇÃO DE FINANÇAS DO PORTO

Divisão de Inspeção Tributária III

PARECER

Dado que tem sido possível verificar o cumprimento das condições constantes do art 78º do CIVA a pessoa de ter sido solicitada ao SI, deverá ser suspenso o pagamento do reembolso. Porto 27/1/2012

DESPACHO

Concordo, fei ao informado, favor.

2012.01.27

[Assinatura]

- SUJEITO PASSIVO

Nome: Porto Editora, Lda

Domicílio/Sede:

NIPC:

Actividade: Edição de Livros CAE: 58110

Serviço de Finanças: Porto 2

MANUEL L. PAIXÃO DA SILVA
Chefe de Div. 3

Assunto: Pedido de reembolso de IVA do período 2011.11, no montante de 579.128,00 €

Informação

O sujeito passivo solicitou um pedido de reembolso de IVA, para o período 11.11, no montante de 579.128,00€.

Em 18/01/2011, através do Ofício nº 3389/0506, foram solicitados seguintes elementos necessários à análise do pedido de reembolso:

- Explicitação da actividade efectivamente exercida, nomeadamente descrição da formação do volume de negócios;
- Balancete Sintético do Razão Geral com os movimentos mensal e acumulado, para o(s) período(s) de 2011.11;
- Balancete analítico da conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos, do(s) período(s) 2011.11;
- Extractos de c/c da conta 71- Vendas e/ ou 72 – Prestações de Serviços, para o(s) período(s) de 2011.11
- Fotocópias das facturas de transmissões/prestações serviços de valor mais significativo, mencionadas no **campo 08** do(s) período(s) 2011.11 incluídas no Relação de Clientes no campo "Operações efectuadas no estrangeiro, bem como no campo " Outras operações isentas ou sem liquidação de IVA que conferem direito a dedução",
- Cópia dos documentos comprovativos de exportação identificados pelo Número de identificação da declaração de exportação nº 2011PT00002023309590, 2011PT0002024077906, 2011PT00001524607390, 2011PT00002024548013, 2011PT0002024956131, 2011PT0001524894603, 2011PT00002025112873, 2011PT0000152519135
- Fotocópias dos documentos específicos que comprovam e fundamentam, nos termos do nºs 5 e 17 do artº 78º do CIVA, as regularizações no **campo 40 / 41do Q 04** da DP do (s) período (s) 2011.11



descritas nas linhas 1, 5, 8, 12, 20, 24, 29, 31, 39, 51, 52, 57, e 110 da Relação de Regularizações a favor do Sujeito passivo.

- Justificação do valor indicado no campo "Outras regularizações" indicado na "Relação de Regularizações a favor do Sujeito passivo"
- Relação identificativa por período dos fornecedores em situação de reverse charge indicados nas linhas 39, 40 e 41 do campo 24 e linhas 12 e 13 do campo 22 da "Relação De Fornecedores Cujas Operações Originaram Imposto Deduzido No Período"
- Cópia das facturas de valor mais significativo dos fornecedores identificados pelos NIFs 500167060, 500533563, 502011475, 507801342, NL007577618B02, bem como extracto conta corrente do período 2011.11.

Da análise efectuada aos elementos recepcionados em 25-01-2012, no que se refere às regularizações de IVA a favor do s.p. não foi possível verificar o cumprimento específico das regras constantes do artigo 78º do CIVA, sendo que estas regularizações ascendem a 72.312,20€.

Face ao exposto, observando o disposto no nº 9 e 10 do DN 18 A /2010 de 1 de Julho, propõe-se a suspensão do prazo de concessão relativamente ao pedido de reembolso do período 11.11, dado ser necessário averiguar da sua legitimidade.

À consideração superior,

Porto, 27 de Janeiro de 2012

A IT II

DETALHE DE PEDIDO DE REEMBOLSO DE IVA

IDENTIFICAÇÃO

| | | | |
|-----------------|---------------------------|------------|--------|
| Sujeito Passivo | Unidade Orgânica | 13 - PORTO | Pedido |
| Período | Número da Decl. Periódica | | |
| Nome | | | |
| CAE | | | |

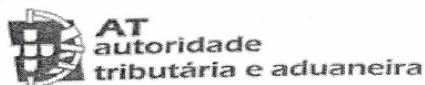
VALORES E OUTROS DADOS RELATIVOS AO PEDIDO

| COMP. | REGIME | PAZ. PAG. | APREC. AUTOM. | MOTIV. IND. | INSPECÇÃO | 1º PEDIDO | CESSADO | DATA CESSAÇÃO | PEDIDO |
|-------|--------|-----------|---------------|-------------|-----------|-----------|---------|---------------|--------|
| - | 50 | 50 | - | - | 2 | F | Não | ---/---/--- | - |

| DATA DO PEDIDO | DATA DE PROCESSAMENTO | DATA JUROS | DATA DE SITUAÇÃO |
|----------------|-----------------------|------------|------------------|
| 2011-12-30 | 2011-12-30 | 2012-01-29 | ---/---/--- |

VALORES EM EUROS

| | DECLARADO | CONSIDERADO NO PROCESSAM. AUTOMÁTICO |
|--|--------------|--------------------------------------|
| VALOR DO CRÉDITO ACUMULADO NO FIM DO PERÍODO DE IMPOSTO | 579.128,08 | 579.128,08 |
| VALOR DO REEMBOLSO PEDIDO NA DECLARAÇÃO PERIÓDICA | 579.128,08 | 579.128,08 |
| TOTAL DA BASE TRIBUTÁVEL | 5.355.197,96 | 5.355.201,38 |
| VALOR DAS TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS (CAMPO 7 DA DECLARAÇÃO PERIÓDICA) | 10.976,00 | 10.976,00 |
| VALOR DAS OPERAÇÕES PREVISTAS NO ARTº. 20º, Nº1, B) (CAMPO 8 DA DECLARAÇÃO PERIÓDICA) | 430.935,98 | 430.935,98 |
| VALOR DO IVA RELATIVO A IMOBILIZADO - CAMPO 20 (DO PERÍODO E SOMA DOS TRÊS ANTERIORES) | 97,22 | 97,22 |
| REGULARIZAÇÕES DE IVA - CAMPO 40 (DO PERÍODO E SOMA DOS TRÊS ANTERIORES) | 72.312,20 | 72.312,20 |
| EXCESSO DO PERÍODO ANTERIOR - CAMPO 61 | 0,00 | 0,00 |
| AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS - CAMPO 10 | 112.039,90 | 112.039,90 |



Ofício Nº
Entrada Geral:
Nº Identificação Fiscal (NIF):
Sua Ref.ª:
Técnico: Equipa 6410

2

Registado

Assunto: Pedido de Reembolso 2011.11 - NOTIFICAÇÃO P/APRESENTAÇÃO ELEMENTOS
(DN 18 A/2010, DE 1 DE JULHO)

A fim de se proceder à análise, no âmbito do DN 18 A/2010, de 1de Julho, do reembolso de IVA solicitado, notifica-se, V. Exa. (s), para, **no prazo de 5 dias**, remeter a esta Direcção de Finanças, os elementos a seguir indicados:

- ☒ -Explicitação da actividade efectivamente exercida, nomeadamente descrição da formação do volume de negócios ;
- ☒ -Balancete Sintético do Razão Geral com os movimentos mensal e acumulado, para o(s) período(s) de 2011.11;
- ☒ -Balancete analítico da conta 24 – Estado e Outros Entes Publicos, do(s) período(s) 2011.11;
- ☒ -Extractos de c/c da conta 71- Vendas e/ ou 72 – Prestações de Serviços, para o(s) período(s) de 2011.11
- ☒ -Fotocópias das facturas de transmissões/prestações serviços de valor mais significativo, mencionadas no **campo 08** do(s) período(s) 2011.11 incluídas no Relação de Clientes no campo "Operações efectuadas no estrangeiro, bem como no campo " Outras operações Isentas ou sem liquidação de IVA que conferem direito a dedução",
- ☒ - Cópia dos documentos comprovativos de exportação identificados pelo Número de identificação da declaração de exportação nº 2011PT00002023309590, 2011PT00002024077906, 2011PT00001524607390, 2011PT00002024548013, 2011PT00002024956131, 2011PT0001524894603, 2011PT00002025112873, 2011PT0000152519135
- ☒ - Fotocópias dos documentos específicos que comprovam e fundamentam, nos termos do nºs 5 e 17 do artº 78º do CIVA, as regularizações **no campo 40 / 41do Q 04** da DP do (s) período (s) 2011.11 descritas nas linhas 1, 5, 8, 12, 20, 24, 29, 31,39,51, 52, 57, e 110 da Relação de Regularizações a favor do Sujeito passivo.
- ☒ - Justificação do valor indicado no campo "Outras regularizações" indicado na "Relação de Regularizações a favor do Sujeito passivo"

☒ - Relação identificativa por período dos fornecedores em situação de reverse charge indicados nas linhas 39, 40 e 41 do campo 24 e linhas 12e 13 do campo 22 da "Relação De Fornecedoros Cujas Operações Originaram Imposto Deduzido No Período"

☒ - Cópia das facturas de valor mais significativo dos fornecedores identificados pelos NIFs 500167060, 500533563, 502011475, 507801342, NL007577618B02, bem como extracto conta corrente do período 2011.11.

A não apresentação dos elementos em falta determinará a suspensão do prazo de concessão do reembolso e a contagem de juros indemnizatórios, excepto se já tiver sido prestado garantia, bem como a sua conversão em indeferimento, passados que sejam 6 meses, se subsistir o incumprimento da obrigação supra, de harmonia com as disposições conjugadas pelo disposto nos n.ºs 9 e 10 do DN 18 A /2010 de 1 de Julho.

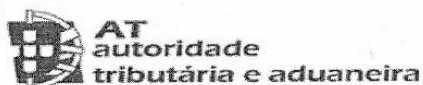
De acordo com o disposto no n.º1 do art.º 39º do CPPT, a presente notificação presume-se efectuada no terceiro dia posterior ao do registo ou no 1º dia útil seguinte.

Poderá utilizar na resposta o seguinte e-mail: Manuela.Mansilha.Correia@at.gov.pt com conhecimento a: dfporto-dit3@at.gov.pt

Para qualquer esclarecimento adicional contactar com: Manuela Mansilha telf 223398032

Com os melhores cumprimentos

Manuel Fernando Patrício da Rocha
Chefe de Divisão



Ofício Nº:
 Entrada Geral:
 Nº Identificação Fiscal (NIF):
 Sua Ref.ª:
 Técnico: Equipa 6410 – Manuela Mansilha

Registado

Assunto: Pedido de Reembolso 2011.11 - NOTIFICAÇÃO P/APRESENTAÇÃO ELEMENTOS
 (DN 18 A/2010, DE 1 DE JULHO)

No seguimento da análise efectuada ao pedido de reembolso de IVA supra identificado, notifica-se, V. Exa. (s), para, **no prazo de 5 dias**, remeter a esta Direcção de Finanças, os elementos comprovativos, nos termos do artigo 78º do CIVA das regularizações identificadas pelos seguintes documentos que constam nos vossos extractos contabilísticos:

A) Conta do Razão 243410005, documentos nº 2300058153, 2300058834, 2300063617, 2300065852;

B) Conta do Razão 2434100023, documentos nº 2300057263, 2300060183, 2300062469, 2300064738, 2300064775, 2300064986, 230005946, 23005933;

C) Conta do Razão 2434100006, documentos nº 1400000449, 2300057261, 2300057496, 2300057712, 2300058057, 2300058071, 2300058199, 2300058453, 23000058975, 2300059864, 2300061302, 2300062488, 2300062682, 2300062954, 2300063023, 2300064051, 2300064167, 2300064976, 2300064986, 230065197, 2300065618, 2300065876;

A não apresentação dos elementos em falta determinará a suspensão do prazo de concessão do reembolso e a contagem de juros indemnizatórios, excepto se já tiver sido prestado garantia, bem como a sua conversão em indeferimento, passados que sejam 6 meses, se subsistir o incumprimento da obrigação supra, de harmonia com as disposições conjugadas pelo disposto nos nºs 9 e 10 do DN 18 A /2010 de 1 de Julho.

De acordo com o disposto no nº1 do artº 39º do CPPT, a presente notificação presume-se efectuada no terceiro dia posterior ao do registo ou no 1º dia útil seguinte.

Com os melhores cumprimentos

Manuel Fernando Patrício da Rocha
 Chefe de Divisão

| | | |
|--|--------------------------------|--|
| Rua de Santa Catarina, 1011, Porto- 4049-050 PORTO | Tel: (+351)223398000 | Fax: (+351) 223398051 |
| Email: dfporto-dit3.at.gov.pt | www.portal.das.financas.gov.pt | Centro de Atendimento Telefónico: (+351) 707206707 |



ctt correios

CORRESPONDÊNCIAS

CORREIO REGISTRADO

TALÃO DE ACEITAÇÃO



RM 7982 8518 4 PT



ANTES DE PREENCHER LEIA COM ATENÇÃO VEJA AS INSTRUÇÕES NO VERSO

A FORMA MAIS SEGURA DE ENVIAR DOCUMENTOS E OBJECTOS VALIOSOS PORQUE TEM:

- TRATAMENTO ESPECIAL
- CÓDIGO DE BARRAS COM NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO ÚNICO
- CONTROLO INDIVIDUAL
- COBERTURA POR UM SEGURO

6410/10.40.

DESTINATÁRIO

NOME

MORADA

CODIGO POSTAL

Porto

REMETENTE

NOME

MORADA

CODIGO POSTAL

□ □ □ □ - □ □ □ □

DIRECÇÃO DE FINANÇAS DO PORTO

Inspeção Tributária Div. III

Rua de Santa Catarina, 1911 - 4049-050 PORTO

Cont. 600 000 079

Telf. 223 398 000 - Fax: 223 398 041

- ☐ NACIONAL ☐ INTERNACIONAL ☐ SIMPLES ☐ EM MÃO ☐ PESSOAL
- ☐ CITAÇÃO VIA POSTAL ☐ NOTIFICAÇÃO VIA POSTAL ☐ NOTIFICAÇÃO VIA POSTAL SIMPLES ☐ CITAÇÃO VIA POSTAL 2ª TENTATIVA
- ☐ CORREIO OFICIAL ☐ SIMPLES ☐ SACO MULTI-POSTAL ☐ LIVRO ☐ EM MÃO

SERVIÇOS ESPECIAIS

- ☐ AVISO DE RECEPÇÃO (AR) ☐ DOMICÍLIO SACO ☐ CONTRA REEMBOLSO (COB)

VALOR DO CONTRA REEMBOLSO

€ □ □ □ □ □ □ □ □

PESO DTS

- ☐ SEGURO EXTRA

VALOR DO SEGURO EXTRA

€ □ □ □ □ □ □ □ □

AVISO ELECTRÓNICO

- ☐ SMS

TELEMÓVEL □ □ □ □ □ □ □ □

- ☐ E-MAIL

E-MAIL

IMPORTANTE: CONSERVE ESTE TALÃO, SERÁ NECESSÁRIO EM CASO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO OU RECLAMAÇÃO.

ESTE TALÃO NÃO SERVE DE RECIBO DE PAGAMENTO

AS RECLAMAÇÕES DEVERÃO SER APRESENTADAS NO PRAZO DE 1 ANO PARA O SERVIÇO NACIONAL E 6 MESES PARA O SERVIÇO INTERNACIONAL.

PELA INTERNET OU PELO TELEFONE É POSSÍVEL SABER ONDE SE ENCONTRA O SEU CORREIO REGISTRADO EM DETERMINADO MOMENTO.

www.ctt.pt ☎ 707 26 26 26

A PREENCHER PELOS CORREIOS



O ACEITANTE

Detalhe de Pedido de Reembolso de IVA

Parte superior do formulário

Identificação

| | | | | | |
|------------------------|---------------------------|----------------------------------|------------|---------------|--|
| Sujeito Passivo | | Unidade Orgânica | 13 - PORTO | Pedido | |
| Período | 1111 | Número da Decl. Periódica | | | |
| Nome | | | | | |
| CAE | 058110 - EDIÇÃO DE LIVROS | | | | |

Valores e outros dados relativos ao pedido

| CO MP. | REG IME | PR AZ. PA G. | APR EC. AUT OM. | MO TIV. IND. | INSPE CÇÃO | 1º PEDI DO | CESS ADO | DATA CESSA ÇÃO | PED IDO |
|--------|---------|--------------|-----------------|--------------|------------|------------|----------|----------------|---------|
| - | 50 | 50 | - | - | 2 | Não | Não | ---/--/- | - |

| DATA DO PEDIDO | DATA DE PROCESSAMENTO | DATA JUROS | DATA DE SITUAÇÃO |
|----------------|-----------------------|------------|------------------|
| 2011-12-30 | 2011-12-30 | 2012-01-30 | ---/--/- |

| | VALORES EM EUROS | |
|--|------------------|--------------------------------------|
| | DECLARADO | CONSIDERADO NO PROCESSAM. AUTOMÁTICO |
| Valor do Crédito Acumulado no fim do Período de Imposto | 579.128,08 | 579.128,08 |
| Valor do Reembolso Pedido na Declaração Periódica | 579.128,08 | 579.128,08 |
| Total da Base Tributável | 5.355.197,96 | 5.355.201,38 |
| Valor das Transmissões Intracomunitárias (Campo 7 da Declaração Periódica) | 10.976,00 | 10.976,00 |
| Valor das Operações previstas no Artº. 20º, nº1, b) (Campo 8 da Declaração Periódica) | 430.935,98 | 430.935,98 |
| Valor do IVA relativo a Imobilizado - Campo 20 (Do Período e Soma dos três Anteriores) | 97,22 | 97,22 |
| Regularizações de IVA - Campo 40 (Do Período e Soma dos três Anteriores) | 72.312,20 | 72.312,20 |
| Excesso do Período Anterior - Campo 61 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisições Intracomunitárias de Bens e Operações Assimiladas - Campo 10 | 112.039,90 | 112.039,90 |

Detalhe Inspeção Automática

Parte superior do formulário

Identificação

| | | | | | |
|------------------------|---------------------------|----------------------------------|------------|---------------|------------|
| Sujeito Passivo | 000000000 | Unidade Orgânica | 13 - PORTO | Pedido | 1010010710 |
| Período | 1111 | Número da Decl. Periódica | | | |
| Nome | | | | | |
| CAE | 058110 - EDIÇÃO DE LIVROS | | | | |

Motivo de Apreciação

| Cód. Motivo | Descrição |
|-------------|---|
| 403 | Contribuinte com crescimento significativo em operações isentas c/ direito à isenção, valor superior ou igual a 500.000 euros |
| 405 | Reembolso não gerado essencialmente por aquisições de imobilizado |

Erros de Validação

| Tipo Operação | Número Linha | Período Anexo | Tipo Anexo | Número Ordem | Código Erro |
|--|--------------|---------------|------------|--------------|-------------|
| Não existem erros para este reembolso. | | | | | |

Parte inferior do formulário

| | | | | | |
|--|--|---|---|--|--|
| MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS | | | DECLARAÇÃO PERIÓDICA | | |
| COMPROVATIVO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO—VIA INTERNET | | | | | |
| 01 Prazo da declaração Dentro do prazo <input checked="" type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 Fora do prazo <input type="checkbox"/> 1 <input checked="" type="checkbox"/> 2 | | | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL _____ PERÍODO _____ IDENTIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO _____ N.º DO DOCUMENTO (PAGAMENTO MB E INTERNET) _____ N.º DO DOCUMENTO (PAGAMENTO TESOUREARIAS INFORMATIZADAS E CTT) _____ DATA E HORA DE RECEPÇÃO _____ NOME DO SUJEITO PASSIVO _____ | | |
| 03 SERVIÇO DE FINANÇAS COMPETENTE (art. 77.º do CIVA) PORTO-2 LOCALIZAÇÃO DA SEDE CONTINENTE <input checked="" type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 AÇORES <input type="checkbox"/> 2 <input checked="" type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 MADEIRA <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 | | | 04-A DECLARAÇÕES RECAPITULATIVAS ALÍNEA b) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO CIVA E N.º 1 DO ART.º 30.º DO RITI <input checked="" type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> 10 <input type="checkbox"/> 11 <input type="checkbox"/> 12 <input type="checkbox"/> 13 <input type="checkbox"/> 14 <input type="checkbox"/> 15 <input type="checkbox"/> 16 <input type="checkbox"/> 17 <input type="checkbox"/> 18 <input type="checkbox"/> 19 <input type="checkbox"/> 20 <input type="checkbox"/> 21 <input type="checkbox"/> 22 <input type="checkbox"/> 23 <input type="checkbox"/> 24 <input type="checkbox"/> 25 <input type="checkbox"/> 26 <input type="checkbox"/> 27 <input type="checkbox"/> 28 <input type="checkbox"/> 29 <input type="checkbox"/> 30 <input type="checkbox"/> 31 <input type="checkbox"/> 32 <input type="checkbox"/> 33 <input type="checkbox"/> 34 <input type="checkbox"/> 35 <input type="checkbox"/> 36 <input type="checkbox"/> 37 <input type="checkbox"/> 38 <input type="checkbox"/> 39 <input type="checkbox"/> 40 <input type="checkbox"/> 41 <input type="checkbox"/> 42 <input type="checkbox"/> 43 <input type="checkbox"/> 44 <input type="checkbox"/> 45 <input type="checkbox"/> 46 <input type="checkbox"/> 47 <input type="checkbox"/> 48 <input type="checkbox"/> 49 <input type="checkbox"/> 50 <input type="checkbox"/> 51 <input type="checkbox"/> 52 <input type="checkbox"/> 53 <input type="checkbox"/> 54 <input type="checkbox"/> 55 <input type="checkbox"/> 56 <input type="checkbox"/> 57 <input type="checkbox"/> 58 <input type="checkbox"/> 59 <input type="checkbox"/> 60 <input type="checkbox"/> 61 <input type="checkbox"/> 62 <input type="checkbox"/> 63 <input type="checkbox"/> 64 <input type="checkbox"/> 65 <input type="checkbox"/> 66 <input type="checkbox"/> 67 <input type="checkbox"/> 68 <input type="checkbox"/> 69 <input type="checkbox"/> 70 <input type="checkbox"/> 71 <input type="checkbox"/> 72 <input type="checkbox"/> 73 <input type="checkbox"/> 74 <input type="checkbox"/> 75 <input type="checkbox"/> 76 <input type="checkbox"/> 77 <input type="checkbox"/> 78 <input type="checkbox"/> 79 <input type="checkbox"/> 80 <input type="checkbox"/> 81 <input type="checkbox"/> 82 <input type="checkbox"/> 83 <input type="checkbox"/> 84 <input type="checkbox"/> 85 <input type="checkbox"/> 86 <input type="checkbox"/> 87 <input type="checkbox"/> 88 <input type="checkbox"/> 89 <input type="checkbox"/> 90 <input type="checkbox"/> 91 <input type="checkbox"/> 92 <input type="checkbox"/> 93 <input type="checkbox"/> 94 <input type="checkbox"/> 95 <input type="checkbox"/> 96 <input type="checkbox"/> 97 <input type="checkbox"/> 98 <input type="checkbox"/> 99 <input type="checkbox"/> 100 | | |
| 05 INEXISTÊNCIA DE OPERAÇÕES SE NO PERÍODO A QUE RESPEITA A DECLARAÇÃO, NÃO REALIZOU OPERAÇÕES ACTIVAS NEM PASSIVAS QUE DEVAM CONSTAR DO QUADRO DE ASSINALES COM <input checked="" type="checkbox"/> NESTE QUADRO E PASSE JÁ AO QUADRO <input type="checkbox"/> 1 | | | | | |
| 06 APURAMENTO DO IMPOSTO RESPEITANTE AO PERÍODO A QUE A DECLARAÇÃO SE REFERE | | | | | |
| EFECTUOU OPERAÇÕES DESTA NATUREZA? (valores incluídos nos campos 1, 5, 3 ou 9) <div style="float: right;"> <input checked="" type="checkbox"/> SIM (Preencha também o Quadro 06-A) <input type="checkbox"/> NÃO </div> | | | | | |
| 1 - TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EM QUE LIQUIDOU IMPOSTO • À taxa reduzida (6 %) • À taxa intermédia (13 %) • À taxa normal (23 %) • Isentas ou não tributadas Transmissões intracomunitárias de bens e prestações de serviços mencionadas nas declarações recapitulativas Operações que conferem direito à dedução Operações que não conferem direito à dedução | | BASE TRIBUTÁVEL 1 4.120.112,91 5 3 616.239,30 7 10.976,00 8 430.935,98 9 10 TOTAL (10 = 12+14+15) 112.039,90 12 112.039,90 14 15 16 64.893,87 20 97,22 21 28.330,15 23 22 8.709,27 24 1.004.233,83 40 72.312,20 61 65 98,88 67 39,20 81 | | IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO 2 247.206,98 6 4 141.735,04 11 TOTAL (11 = 13) 21.501,50 13 21.501,50 17 14.925,55 41 109.323,60 66 68 90 TOTAL DA BASE TRIBUTÁVEL (1+5+3+...+10+18) 5.355.197,96 91 TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (20+21+...+81) 1.113.820,75 92 TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO (2+6+4+11+17+...+68) 534.692,67 93 IMPOSTO A ENTREGAR AO ESTADO (92 - 91) 94 CRÉDITO DE IMPOSTO A RECUPERAR (91 - 92) 579.128,08 | |
| 2 - AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS • Cujo imposto foi liquidado pelo declarante • Abrangidas pelos artigos 15.º do CIVA ou do RITI • Abrangidas pelos n.ºs 3, 4, e 5 do artigo 22.º do RITI | | 3 - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS POR SUJEITOS PASSIVOS DE OUTROS ESTADOS MEMBROS, CUJO IMPOSTO FOI LIQUIDADO PELO DECLARANTE | | 4 - IMPOSTO DEDUTÍVEL • Imobilizado • Existências • À taxa reduzida (6 %) • À taxa intermédia (13 %) • À taxa normal (23 %) • Outros bens e serviços | |
| 5 - REGULARIZAÇÕES MENSIS/ TRIMESTRAIS E ANUAIS COM EXCEÇÃO DAS INDICADAS NO CAMPO 81 | | 6 - EXCESSO A REPORTAR DO PERÍODO ANTERIOR (CAMPO 96 DA DECLARAÇÃO ANTERIOR - N.º 4 DO ART.º 22.º) | | 7 - ANEXO - (ver campo 1, 2 ou 3 do Quadro 04) 8 - ANEXO - (ver campo 1, 2 ou 3 do Quadro 04) 9 - REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO, COMUNICADAS PELA DS COBRANÇA (Mod. - BH008) | |
| 90 TOTAL DA BASE TRIBUTÁVEL (1+5+3+...+10+18) 5.355.197,96 | | 91 TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (20+21+...+81) 1.113.820,75 | | 92 TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO (2+6+4+11+17+...+68) 534.692,67 | |
| 93 IMPOSTO A ENTREGAR AO ESTADO (92 - 91) | | 94 CRÉDITO DE IMPOSTO A RECUPERAR (91 - 92) 579.128,08 | | 95 SOLICITO REEMBOLSO 579.128,08 96 EXCESSO A REPORTAR | |

| 06-A | | DESENVOLVIMENTO DO QUADRO 06 | |
|---|-----|--|-----|
| A - OPERAÇÕES LOCALIZADAS EM PORTUGAL EM QUE, NA QUALIDADE DE ADQUIRENTE, LIQUIDOU O IVA DEVIDO (Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5 e 3) | | | |
| Efectuadas por entidades residentes em países comunitários (não inclui as operações mencionadas no campo 16) | 97 | Efectuadas por entidades residentes em países ou territórios terceiros | 98 |
| | | 53.624,26 | |
| B - OPERAÇÕES EM QUE LIQUIDOU O IVA DEVIDO POR APLICAÇÃO DA REGRA DE INVERSÃO DO SUJEITO PASSIVO (Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5 e 3) | | | |
| Ouro (Decreto - Lei 362/99) | 99 | Aquisições de imóveis com renúncia à isenção (Decreto-Lei 21/2007) | 100 |
| Sucatas (Alínea i) do n.º 1 do art.º 2.º do CIVA) | 101 | Serviços de construção civil (Alínea j) do n.º 1 do art.º 2.º do CIVA) | 102 |
| | | 3.586,50 | |
| C - OPERAÇÕES REFERIDAS NAS ALÍNEAS F) E G) DO N.º 3 DO ARTIGO 3.º E ALÍNEAS A) E B) DO N.º 2 DO ARTIGO 4.º DO CIVA (Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5 e 3) | | | |
| Se efectuou operações desta natureza, indique o seu valor. | | 103 | |
| D - OPERAÇÕES REFERIDAS NAS ALÍNEAS A) , B) E C) DO ARTIGO 42.º DO CIVA (Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5, 3 e 9) | | | |
| Se efectuou operações desta natureza, indique o seu valor. | | 104 | |
| SOMA DO QUADRO 06-A (97 + + 104) | | 105 | |
| | | 57.210,76 | |
| 20 A PRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE À VERDADE E NÃO OMITE QUALQUER INFORMAÇÃO PEDIDA | | | |
| Zona para identificação do Técnico Oficial de Contas, nos casos em que ela seja obrigatória. | | | |
| NIF _____ | | | |

COMO PROCEDER AO PAGAMENTO

Se os valores inscritos na DP conduzirem a uma situação de "Imposto a Entregar ao Estado" (campo 93), o pagamento do mesmo pode ser efectuado nas caixas automáticas Multibanco, nas Tesourarias de Finanças informatizadas, nos balcões dos CTT e pela Internet, no serviço "Homebanking" das instituições bancárias que disponibilizem a opção "Pagamentos ao Estado". Utilizando o número de documento indicado no documento de pagamento, para a forma de pagamento escolhido.

COMPROVATIVO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO—VIA INTERNET

| | | | |
|--|--|----------------------------------|---|
| 01 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL | 02 PERÍODO A QUE RESPEITA Ano 2011 Mensal 11 Trimestral | 02-A NÚMERO DA DECLARAÇÃO | 03 ESTE ANEXO RESPEITA A OPERAÇÕES REALIZADAS EM CONTINENTE 1 AÇORES 2 X MADEIRA 3 |
|--|--|----------------------------------|---|

06 APURAMENTO DO IMPOSTO RESPEITANTE AO PERÍODO A QUE A DECLARAÇÃO SE REFERE

EFFECTUOU OPERAÇÕES DESTA NATUREZA ? (valores incluídos nos campos 1, 3, 3 ou 9) ☐ SIM ☐ NÃO ☒ (Preencha também o Quadro 06-A)

☐ Em que, na qualidade de adquirente, liquidou o imposto
☐ A que se referem as alíneas a), b) e c) do artigo 42.º do CIVA
☐ A que se referem as alíneas f) e g) do n.º 3 do art.º 3.º e alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 4.º do CIVA

| 1 - TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EM QUE LIQUIDOU IMPOSTO | | BASE TRIBUTÁVEL | | IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO | |
|---|--|---|-----------------------------------|----------------------------|-------|
| <ul style="list-style-type: none"> À taxa reduzida (4%) À taxa intermédia (9%) À taxa normal (16%) | ATENÇÃO Estes campos são controlados automaticamente, pelo que os valores a inscrever devem corresponder rigorosamente aos que resultam da aplicação das respectivas taxas. Transmissões intracomunitárias de bens e prestações de serviços mencionadas nas declarações recapitulativas Operações que conferem direito à dedução Operações que não conferem direito à dedução | 1 5 3 7 8 9 TOTAL (10 + 12+14+15) 10 12 14 15 16 | 2 6 4 11 13 17 | 20 21 23 22 24 | 98,88 |
| 2 - AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS <ul style="list-style-type: none"> Cujo imposto foi liquidado pelo declarante Abrangidas pelos artigos 15.º do CIVA ou do RITI Abrangidas pelos n.ºs 3, 4, e 5, do artigo 22.º do RITI | | | | | |
| 3 - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFFECTUADAS POR SUJEITOS PASSIVOS DE OUTROS ESTADOS MEMBROS, CUJO IMPOSTO FOI LIQUIDADO PELO DECLARANTE | | | | | |
| 4 - IMPOSTO DEDUTÍVEL <ul style="list-style-type: none"> Imobilizado Existências <ul style="list-style-type: none"> À taxa reduzida (4%) À taxa intermédia (9%) À taxa normal (16%) Outros bens e serviços | | | | | |

| | | |
|--|--|--|
| TOTAL DA BASE TRIBUTÁVEL (1+5+3+...+10+16) | TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (20+21+...+24) | TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO (2+6+4+11+17) |
| 62 | 63 98,88 | 64 |

06-A DESENVOLVIMENTO DO QUADRO 06

A - OPERAÇÕES LOCALIZADAS EM PORTUGAL EM QUE, NA QUALIDADE DE ADQUIRENTE, LIQUIDOU O IVA DEVIDO
(Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5 e 3)

| | | | |
|--|-----------|--|-----------|
| Efectuadas por entidades residentes em países comunitários (não inclui as operações mencionadas no campo 16) | 65 | Efectuadas por entidades residentes em países ou territórios terceiros | 66 |
|--|-----------|--|-----------|

B - OPERAÇÕES EM QUE LIQUIDOU O IVA DEVIDO POR APLICAÇÃO DA REGRA DE INVERSÃO DO SUJEITO PASSIVO
(Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5 e 3)

| | | | |
|---|-----------|--|-----------|
| Ouro (Decreto - Lei 362/99) | 67 | Aquisições de imóveis com renúncia à isenção (Decreto-Lei 21/2007) | 68 |
| Sucatas [Alínea i) do n.º 1 do art.º 2.º do CIVA] | 69 | Serviços de construção civil [Alínea j) do n.º 1 do art.º 2.º do CIVA] | 70 |

C - OPERAÇÕES REFERIDAS NAS ALÍNEAS F) E G) DO N.º 3 DO ARTIGO 3.º E ALÍNEAS A) E B) DO N.º 2 DO ARTIGO 4.º DO CIVA
(Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5 e 3)

| | |
|--|-----------|
| Se efectuou operações desta natureza, indique o seu valor. | 71 |
|--|-----------|

D - OPERAÇÕES REFERIDAS NAS ALÍNEAS A), B) E C) DO ARTIGO 42.º DO CIVA
(Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5, 3 e 9)

| | |
|--|-----------|
| Se efectuou operações desta natureza, indique o seu valor. | 72 |
|--|-----------|

| | |
|--|-----------|
| SOMA DO QUADRO 06-A (65 + ... + 72) | 73 |
|--|-----------|

20 A PRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE À VERDADE E NÃO OMITI QUALQUER INFORMAÇÃO PEDIDA

Zona para identificação do Técnico Oficial de Contas, nos casos em que ela seja obrigatória.

NIF **123456789**

COMPROVATIVO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO—VIA INTERNET

| | | | |
|-----------------------------------|---|---------------------------|---|
| 01 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL | 02 PERÍODO A QUE RESPEITA Ano 2011 Mensal 11 Trimestral | 02-A NÚMERO DA DECLARAÇÃO | 03 ESTE ANEXO RESPEITA A OPERAÇÕES REALIZADAS EM CONTINENTE 1 AÇORES 2 MADEIRA 3 X |
|-----------------------------------|---|---------------------------|---|

06 APURAMENTO DO IMPOSTO RESPEITANTE AO PERÍODO A QUE A DECLARAÇÃO SE REFERE

EFFECTUOU OPERAÇÕES DESTA NATUREZA? (valores incluídos nos campos 1, 5, 3 ou 9) ☐ Em que, na qualidade de adquirente, liquidou o imposto
A que se referem as alíneas a), b) e c) do artigo 42.º do CIVA ☐ SIM (Preencha também o Quadro 06-A)
A que se referem as alíneas f) e g) do n.º 3 do artigo 3.º e alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 4.º do CIVA ☒ NÃO

| 1 - TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EM QUE LIQUIDOU IMPOSTO | BASE TRIBUTÁVEL | IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO |
|---|--|---------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> À taxa reduzida (4%) À taxa intermédia (9%) À taxa normal (16%) | <div>ATENÇÃO</div> <p>Estes campos são controlados automaticamente, pelo que os valores a inscrever devem corresponder rigorosamente aos que resultam da aplicação das respectivas taxas.</p> <p>Transmissões intracomunitárias de bens e prestações de serviços mencionadas nas declarações recapitulativas</p> <p>Operações que conferem direito à dedução</p> <p>Operações que não conferem direito à dedução</p> | |
| 2 - AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Cujo imposto foi liquidado pelo declarante Abrangidas pelos artigos 15.º do CIVA ou do RITI Abrangidas pelos n.ºs 3, 4, e 5, do artigo 22.º do RITI | | |
| 3 - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFFECTUADAS POR SUJEITOS PASSIVOS DE OUTROS ESTADOS MEMBROS, CUJO IMPOSTO FOI LIQUIDADO PELO DECLARANTE | | |
| 4 - IMPOSTO DEDUTÍVEL | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Imobilizado Existências À taxa reduzida (4%) À taxa intermédia (9%) À taxa normal (16%) Outros bens e serviços | | |
| | 39,20 | |

| | | |
|--|--|--|
| TOTAL DA BASE TRIBUTÁVEL (1+5+3+...+10+16) | TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (20+21+...+24) | TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO (2+6+11+17) |
| 62 | 63 39,20 | 64 |

06-A DESENVOLVIMENTO DO QUADRO 06

A - OPERAÇÕES LOCALIZADAS EM PORTUGAL EM QUE, NA QUALIDADE DE ADQUIRENTE, LIQUIDOU O IVA DEVIDO (Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5 e 3)

| | | | |
|--|----|--|----|
| Efectuadas por entidades residentes em países comunitários (não inclui as operações mencionadas no campo 16) | 65 | Efectuadas por entidades residentes em países ou territórios terceiros | 66 |
|--|----|--|----|

B - OPERAÇÕES EM QUE LIQUIDOU O IVA DEVIDO POR APLICAÇÃO DA REGRA DE INVERSÃO DO SUJEITO PASSIVO (Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5 e 3)

| | | | |
|---|----|--|----|
| Ouro (Decreto - Lei 362/99) | 67 | Aquisições de imóveis com renúncia à isenção (Decreto-Lei 21/2007) | 68 |
| Sucatas [Alínea i) do n.º 1 do art.º 2.º do CIVA] | 69 | Serviços de construção civil [Alínea j) do n.º 1 do art.º 2.º do CIVA] | 70 |

C - OPERAÇÕES REFERIDAS NAS ALÍNEAS F) E G) DO N.º 3 DO ARTIGO 3.º E ALÍNEAS A) E B) DO N.º 2 DO ARTIGO 4.º DO CIVA (Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5 e 3)

Se efectuou operações desta natureza, indique o seu valor.

71

D - OPERAÇÕES REFERIDAS NAS ALÍNEAS A), B) E C) DO ARTIGO 42.º DO CIVA (Valores das bases tributáveis, incluídos nos campos 1, 5, 3 e 9)

Se efectuou operações desta natureza, indique o seu valor.

72

SOMA DO QUADRO 06-A (65 + ... + 72)

73

20 A PRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE À VERDADE E NÃO OMITE QUALQUER INFORMAÇÃO PEDIDA

Zona para identificação do Técnico Oficial de Contas, nos casos em que ela seja obrigatória.

NIF

| RELAÇÃO DE CLIENTES - alínea a) do nº 1 do D. N. Nº 53/2005 de 15/12 | | | |
|--|--------------------------------|---|------------|
| 1 | NIF | PERÍODO DE IMPOSTO | Nº ANEXO |
| | | 2011 / 11 | 1 |
| 2 RELAÇÃO DE CLIENTES COM OPERAÇÕES ISENTAS | | | |
| LINHA | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO | VALOR |
| | (1) | (2) | (3) |
| OPERAÇÕES EFECTUADAS COM CLIENTES NACIONAIS | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| OPERAÇÕES COM CLIENTES NACIONAIS DE MONTANTE INFERIOR A 5.000,00 EUROS | | | 1.536,36 |
| EXPORTAÇÃO DE BENS | | | |
| 1 | | 2011PT00001524707188 | 8.597,96 |
| 2 | | 2011PT00028423557816 | 7.183,01 |
| 3 | | 2011PT00008822421705 | 446,28 |
| 4 | | 2011PT00002023309590 | 38.235,03 |
| 5 | | 2011PT00001524142653 | 114,53 |
| OPERAÇÕES EFECTUADAS NO ESTRANGEIRO | | | 74.082,19 |
| OUTRAS OPERAÇÕES ISENTAS OU SEM LIQUIDAÇÃO DE IVA QUE CONFEREM DIREITO A DEDUÇÃO | | | 26.103,81 |
| TOTAL | | | 430.935,98 |

| 4 RELAÇÃO DE CLIENTES COM OPERAÇÕES ISENTAS (cont.) | | | |
|---|--------------------------------|---|-----------|
| LINHA | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO | VALOR |
| | (1) | (2) | (3) |
| EXPORTAÇÃO DE BENS | | | |
| 6 | | 2011PT00001524128581 | 4.650,15 |
| 7 | | 2011PT00001523877643 | 1.041,93 |
| 8 | | 2011PT00008823251653 | 1.553,98 |
| 9 | | 2011PT00002024077906 | 21.254,70 |
| 10 | | 2011PT00001524244656 | 685,02 |
| 11 | | 2011PT00001524160980 | 869,96 |
| 12 | | 2011PT00001524367730 | 591,14 |
| 13 | | 2011PT00001524348433 | 1.231,03 |
| 14 | | 2011PT00001524334489 | 185,33 |
| 15 | | 2011PT00001524289160 | 6.592,15 |
| 16 | | 2011PT00001524705641 | 626,49 |
| 17 | | 2011PT00001524971288 | 2.849,26 |
| 18 | | 2011PT00001524607390 | 10.185,53 |
| 19 | | 2011PT00028425156812 | 474,28 |
| 20 | | 2011PT00002024548013 | 66.377,13 |
| 21 | | 2011PT00002024728934 | 8.944,66 |
| 22 | | 2011PT00001524749507 | 2.032,04 |
| 23 | | 2011PT00001524873513 | 2.396,90 |
| 24 | | 2011PT00001525066580 | 534,09 |
| 25 | | 2011PT00001524862404 | 1.103,34 |
| 26 | | 2011PT00002024956131 | 76.389,92 |
| 27 | | 2011PT00001525067477 | 6.447,63 |
| 28 | | 2011PT00001524894603 | 10.976,22 |
| 29 | | 2011PT00002025107951 | 341,25 |
| 30 | | 2011PT00002025112873 | 17.810,66 |
| 31 | | 2011PT00001525189664 | 479,40 |
| 32 | | 2011PT00001525108688 | 1.320,58 |

| RELAÇÃO DOS SUJEITOS PASSIVOS A QUE RESPEITAM AS REGULARIZAÇÕES- alínea c) do nº 1 do D. N.º 53/2005 de 15/12 | | | | | |
|---|--------------------------------|--------------------|-----------|-------------------------------------|------------------|
| 1 | | | | | |
| NIF | 500221103 | PERÍODO DE IMPOSTO | 2011 / 11 | Nº ANEXO | 1 |
| 2 | | | | | |
| REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO | | | | | |
| LINHA | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL | PERÍODO DE EMISSÃO | | BASE DE INCIDÊNCIA DA REGULARIZAÇÃO | IVA REGULARIZADO |
| | | ANO | MES | | |
| (1) | | (2) | | (3) | (4) |
| OPERAÇÕES EFECTUADAS COM SUJEITOS PASSIVOS NACIONAIS | | | | | |
| 1 | | 2011 | 11 | 19.554,18 | 1.173,25 |
| 2 | | 2011 | 11 | 492,64 | 29,56 |
| 3 | | 2011 | 05 | 4.261,02 | 255,66 |
| 4 | | 2011 | 07 | 1.339,65 | 80,38 |
| 5 | | 2011 | 11 | 58.244,73 | 3.974,32 |
| 6 | | 2011 | 11 | 1.046,68 | 62,80 |
| 7 | | 2011 | 11 | 250,82 | 15,05 |
| 8 | | 2011 | 11 | 16.169,25 | 3.435,98 |
| 9 | | 2011 | 11 | 303,64 | 18,22 |
| 10 | | 2011 | 11 | 495,08 | 29,70 |
| 11 | | 2011 | 11 | 546,67 | 32,79 |
| 12 | | 2011 | 11 | 91,50 | 5,49 |
| REGULARIZAÇÕES DE IMPOSTO INFERIORES A 1.000,00 EUROS | | | | 50.831,16 | 3.076,78 |
| REGULARIZAÇÕES POR ALTERAÇÃO DO PRO-RATA | | | | | |
| OUTRAS REGULARIZAÇÕES | | | | 276.342,38 | 18.113,19 |
| TOTAL | | | | 1.017.134,13 | 72.312,20 |

Comprovativo Decl. Periódica do IVA: 500221103 / 102016430883

Página 13 de 17

| REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (cont.) | | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------|-----|-------------------------------------|------------------|
| LINHA | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL | PERÍODO DE EMISSÃO | | BASE DE INCIDÊNCIA DA REGULARIZAÇÃO | IVA REGULARIZADO |
| | | ANO | MES | | |
| (1) | | (2) | | (3) | (4) |
| OPERAÇÕES EFECTUADAS COM SUJEITOS PASSIVOS NACIONAIS | | | | | |
| 13 | | 2011 | 11 | 163,45 | 9,81 |
| 14 | | 2011 | 11 | 1.006,33 | 60,38 |
| 15 | | 2011 | 11 | 525,32 | 32,13 |
| 16 | | 2011 | 11 | 270,63 | 16,24 |
| 17 | | 2011 | 11 | 69,13 | 4,15 |
| 18 | | 2011 | 11 | 682,97 | 40,98 |
| 19 | | 2011 | 11 | 19.951,98 | 1.197,12 |
| 20 | | 2011 | 11 | 3.200,48 | 192,03 |
| 21 | | 2011 | 11 | 171,60 | 10,29 |
| 22 | | 2011 | 11 | 1.805,18 | 110,61 |
| 23 | | 2011 | 11 | 53,81 | 3,23 |
| 24 | | 2011 | 11 | 289.461,12 | 18.351,12 |
| 25 | | 2011 | 11 | 2.180,51 | 130,84 |
| 26 | | 2011 | 11 | 4.042,94 | 303,12 |
| 27 | | 2011 | 11 | 23,81 | 5,48 |
| 28 | | 2011 | 11 | 120,27 | 7,22 |
| 29 | | 2011 | 11 | 11.905,45 | 1.032,40 |
| 30 | | 2011 | 11 | 132,39 | 7,95 |
| 31 | | 2011 | 11 | 17.744,61 | 1.151,58 |
| 32 | | 2011 | 11 | 1.022,24 | 61,33 |
| 33 | | 2011 | 11 | 991,86 | 73,89 |
| 34 | | 2011 | 11 | 1.029,56 | 61,77 |
| 35 | | 2011 | 11 | 146,10 | 8,77 |
| 36 | | 2011 | 11 | 37,05 | 2,82 |
| 37 | | 2011 | 11 | 237,61 | 14,26 |
| 38 | | 2011 | 11 | 1.114,84 | 66,87 |
| 39 | | 2011 | 11 | 28.665,04 | 1.998,77 |
| 40 | | 2011 | 11 | 1.470,00 | 88,20 |
| 41 | | 2011 | 11 | 345,66 | 20,74 |
| 42 | | 2011 | 11 | 240,94 | 14,46 |

Comprovativo Decl. Periódica do IVA: 500221103 / 102016430883

Página 14 de 17

| REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (cont.) | | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------|-----|-------------------------------------|------------------|
| LINHA | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL | PERÍODO DE EMISSÃO | | BASE DE INCIDÊNCIA DA REGULARIZAÇÃO | IVA REGULARIZADO |
| | | ANO | MÊS | | |
| (1) | | (2) | | (3) | (4) |
| OPERAÇÕES EFECTUADAS COM SUJEITOS PASSIVOS NACIONAIS | | | | | |
| 43 | | 2011 | 11 | 2.439,85 | 146,39 |
| 44 | | 2011 | 11 | 855,46 | 57,66 |
| 45 | | 2011 | 11 | 36,13 | 2,77 |
| 46 | | 2011 | 11 | 785,51 | 47,13 |
| 47 | | 2011 | 11 | 271,55 | 16,29 |
| 48 | | 2011 | 11 | 3.026,36 | 181,60 |
| 49 | | 2011 | 11 | 128,30 | 7,69 |
| 50 | | 2011 | 11 | 6.665,74 | 333,83 |
| 51 | | 2011 | 11 | 72.064,54 | 6.584,11 |
| 52 | | 2011 | 11 | 7.096,81 | 1.328,04 |
| 53 | | 2011 | 11 | 1.205,22 | 72,31 |
| 54 | | 2011 | 11 | 719,16 | 43,15 |
| 55 | | 2011 | 11 | 855,46 | 57,66 |
| 56 | | 2011 | 11 | 1.873,74 | 125,59 |
| 57 | | 2011 | 11 | 33.180,34 | 2.133,31 |
| 58 | | 2011 | 11 | 2.774,80 | 166,49 |
| 59 | | 2011 | 11 | 916,00 | 54,96 |
| 60 | | 2011 | 11 | 1.747,79 | 136,13 |
| 61 | | 2011 | 11 | 178,79 | 10,73 |
| 62 | | 2011 | 11 | 764,48 | 57,49 |
| 63 | | 2011 | 11 | 664,82 | 44,37 |
| 64 | | 2011 | 11 | 570,26 | 34,21 |
| 65 | | 2011 | 11 | 1.741,07 | 104,46 |
| 66 | | 2011 | 11 | 70,90 | 4,25 |
| 67 | | 2011 | 11 | 1.208,11 | 72,97 |
| 68 | | 2011 | 11 | 601,58 | 36,09 |
| 69 | | 2011 | 11 | 1.082,57 | 64,95 |
| 70 | | 2011 | 11 | 126,64 | 7,94 |
| 71 | | 2011 | 11 | 2.466,30 | 150,85 |
| 72 | | 2011 | 11 | 120,71 | 7,24 |

Comprovativo Decl. Período de IVA: 500221103 / 102016430883

Página 15 de 17

| REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (cont.) | | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------|-----|-------------------------------------|------------------|
| LINHA | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL | PERÍODO DE EMISSÃO | | BASE DE INCIDÊNCIA DA REGULARIZAÇÃO | IVA REGULARIZADO |
| | | ANO | MÊS | | |
| (1) | | (2) | | (3) | (4) |
| OPERAÇÕES EFECTUADAS COM SUJEITOS PASSIVOS NACIONAIS | | | | | |
| 73 | | 2011 | 11 | 158,42 | 9,51 |
| 74 | | 2011 | 11 | 5.130,01 | 307,80 |
| 75 | | 2011 | 11 | 2.064,75 | 123,85 |
| 76 | | 2011 | 11 | 214,01 | 12,84 |
| 77 | | 2011 | 11 | 388,46 | 23,31 |
| 78 | | 2011 | 11 | 9.563,72 | 622,37 |
| 79 | | 2011 | 11 | 202,45 | 12,15 |
| 80 | | 2011 | 11 | 240,39 | 55,25 |
| 81 | | 2011 | 11 | 474,18 | 28,95 |
| 82 | | 2011 | 11 | 113,33 | 6,80 |
| 83 | | 2011 | 11 | 1.265,40 | 75,92 |
| 84 | | 2011 | 11 | 108,96 | 6,54 |
| 85 | | 2011 | 11 | 73,15 | 4,38 |
| 86 | | 2011 | 11 | 888,73 | 59,65 |
| 87 | | 2011 | 11 | 1.123,77 | 67,42 |
| 88 | | 2011 | 11 | 721,69 | 43,30 |
| 89 | | 2011 | 11 | 909,38 | 55,98 |
| 90 | | 2011 | 11 | 151,71 | 9,10 |
| 91 | | 2011 | 11 | 1.995,01 | 119,70 |
| 92 | | 2011 | 11 | 751,53 | 45,09 |
| 93 | | 2011 | 11 | 86,04 | 5,16 |
| 94 | | 2011 | 11 | 1.296,51 | 288,04 |
| 95 | | 2011 | 11 | 3.454,60 | 225,26 |
| 96 | | 2011 | 11 | 971,77 | 58,31 |
| 97 | | 2011 | 11 | 465,46 | 27,92 |
| 98 | | 2011 | 11 | 744,93 | 50,39 |
| 99 | | 2011 | 11 | 871,31 | 58,61 |
| 100 | | 2011 | 11 | 152,50 | 9,15 |
| 101 | | 2011 | 11 | 855,46 | 57,66 |
| 102 | | 2011 | 11 | 180,10 | 11,44 |

Comprovativo Decl. Período de IVA: 500221103 / 102016430883

Página 16 de 17

| REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (cont.) | | | | | |
|--|--------------------------------|-------------------------|-----|-------------------------------------|------------------|
| Linha | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL | PERÍODO DE DETERMINAÇÃO | | BASE DE INCIDÊNCIA DA REGULARIZAÇÃO | IVA REGULARIZADO |
| | | ANO | MÊS | | |
| | (1) | | (2) | (3) | (4) |
| OPERAÇÕES EFECTUADAS COM SUJEITOS PASSIVOS NACIONAIS | | | | | |
| 103 | | 2011 | 11 | 1.209,41 | 73,98 |
| 104 | | 2011 | 11 | 422,22 | 25,33 |
| 105 | | 2011 | 11 | 4.615,84 | 276,95 |
| 106 | | 2011 | 11 | 179,43 | 10,77 |
| 107 | | 2011 | 11 | 2.161,68 | 129,70 |
| 108 | | 2011 | 11 | 70,66 | 16,26 |
| 109 | | 2011 | 11 | 1.358,05 | 81,48 |
| 110 | | 2011 | 11 | 7.580,04 | 1.743,41 |

De:
Enviado:
Para:
Assunto:

Saída nº 10082/0506 -2012

Bom dia

No seguimento da análise ao pedido de reembolso de IVA do Período 2011.11, sou pelo presente a solicitar v/resposta no mais curto espaço de tempo possível (tendo presente que o pedido de reembolso se encontra suspenso) quanto às justificações das seguintes divergências apuradas:

| | Declaração | Extracto | Divergência |
|---|--------------|--------------|-------------|
| IVA Dedutível | 1.041.370,47 | 1.055.177,47 | 13.807,00 |
| IVA Liquidado | 425.369,07 | 427.897,35 | 2.528,28 |
| IVA Regularizações a Favor da Empresa | 72.312,20 | 72.561,51 | 249,31 |
| IVA Regularizações a Favor do Estado | 109.323,60 | 119.453,91 | 10.130,31 |
| Vendas de Produtos e prestações de serviços | 5.174.677,69 | 4.848.778,58 | 325.899,11 |

Com os melhores cumprimentos

A IT II

Anexo D – Analise do sujeito passivo não declarante

Nº []

| | |
|--|---|
| 1 CRITÉRIO DE SELEÇÃO/IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO Data: 2010 / 02 / 22 Critério de Seleção: Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input checked="" type="checkbox"/> U.Orgânica: 13 Porto | 2 DESPACHO Proceda-se à Inspeção: INTERNA 2010 / 02 / 23 O Responsável: |
|--|---|

| | |
|--|--|
| 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) | |
| NIF/NIPC | |
| C.A.E | |
| Morada | |
| Localidade | |

| | |
|--|--|
| 4 ÂMBITO E EXTENSÃO DA AÇÃO INSPECTIVA - ANOS / EXERCÍCIOS / PERÍODOS A FISCALIZAR | |
| <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do n.º 1 do art.º 14º do RCPIT) <input checked="" type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do n.º 1 do art.º 14º do RCPIT) | IRS <input type="checkbox"/> IRC <input checked="" type="checkbox"/> IVA <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input checked="" type="checkbox"/> RFC,RFS |
| Código de Atividade: 12121039 Ano/Exercício: 2009 | Trimestre: |
| Meses: | Trimestre: |
| <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do n.º 1 do art.º 14º do RCPIT) <input type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do n.º 1 do art.º 14º do RCPIT) | IRS <input type="checkbox"/> IRC <input type="checkbox"/> IVA <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> |
| Código de Atividade: Ano/Exercício: | Trimestre: |
| Meses: | Trimestre: |
| <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do n.º 1 do art.º 14º do RCPIT) <input type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do n.º 1 do art.º 14º do RCPIT) | IRS <input type="checkbox"/> IRC <input type="checkbox"/> IVA <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> |
| Código de Atividade: Ano/Exercício: | Trimestre: |
| Meses: | Trimestre: |
| <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do n.º 1 do art.º 14º do RCPIT) <input type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do n.º 1 do art.º 14º do RCPIT) | IRS <input type="checkbox"/> IRC <input type="checkbox"/> IVA <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> |
| Código de Atividade: Ano/Exercício: | Trimestre: |
| Meses: | Trimestre: |

| | |
|---|--|
| 5 ALTERAÇÃO DOS FINS, ÂMBITO E EXTENSÃO DO PROCEDIMENTO | |
| <input type="checkbox"/> Altera-se a Ordem de Serviço que lhe foi notificada em | <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> , com os seguintes fundamentos: |
| | |

| | |
|---|-------|
| 6 IDENTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS | |
| N.º Ch.Equipa: 11143 | Nome: |
| Categoria: Técnico Economista Assessor | |
| N.º Técnico: 13470 | Nome: |
| Categoria: Inspector Tributário Nível 2 | |
| N.º Técnico: | Nome: |
| Categoria: | |
| N.º Técnico: | Nome: |
| Categoria: | |

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º do Regime Geral das Infrações Tributárias poderá apresentar, no Serviço de Finanças da sua área fiscal, até ao termo do procedimento de Inspeção a que se refere a presente Ordem de Serviço, o pedido de pagamento das coimas correspondentes às infrações negligentes eventualmente praticadas, usufruindo do benefício de redução para 75% do montante mínimo legal. Deste pedido deverá informar o(s) funcionário(s) da Inspeção Tributária.

O direito à redução está condicionado ao pagamento das coimas nos 15 dias posteriores a notificação a efetuar pela entidade competente, bem como à regularização da situação tributária, mediante o cumprimento das obrigações fiscais que deram origem às infrações (artigo 30.º do citado diploma).

| | |
|---|------------------|
| 7 O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) | |
| Tomei conhecimento do conteúdo desta Ordem de Serviço, de que me foi entregue cópia | |
| Data: / / | Na qualidade de: |

)

Enquadramentos:

1. Em IVA – Regime normal trimestral
2. Em IRC – Regime Geral por Opção em 2008

Conclusão da Acção Inspectiva

(Elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 62º do RCPIT)

No âmbito da Acção – Controlo de novos Contribuintes – e obedecendo à metodologia a esta inerente, cumpre-me informar, relativamente ao sujeito passivo supra identificado:

1. Por consulta ao sistema informático da DGCI, verifica-se que o Sujeito Passivo , doravante , exerce a actividade de , com o CAE 41200, encontrando-se tributado em IRC pelo regime de Contabilidade Geral e enquadrado a nível de IVA no Regime Normal de periodicidade trimestral.
2. Foi seleccionado para acompanhamento permanente durante o ano de 2010, face à metodologia de controlo de Novos Contribuintes (DSEPCPIT), e à grelha de avaliação de risco.
3. Verificamos que o sujeito passivo tem vindo a dar cumprimento às suas obrigações fiscais declarativas, no âmbito de IRC e IVA, contudo não apresentou, nos termos do disposto nos artigos 117.º e 121.º (anteriores 109.º e 113.º, respectivamente) do Código do IRC a declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) relativa a 2009.
4. As declarações periódicas (DP's) de IVA desde 09 09T até 10 09T, inclusive, foram apresentadas "a zeros", isto é, sem quaisquer valores de operações activas e/ou passivas, existindo um crédito de € 2 441,95 assumido nos valores calculados pelo sistema no campo 61 das referidas DP's.
5. Efectuou retenções na fonte de IRS que contudo não pagou nos termos do artigo 98.º do Código do IRS.
6. Apesar de ter apresentado a declaração Modelo 22 de IRC de 2008 com imposto autoliquidado de € 1 319,98, não efectuou o seu pagamento.

7. No exercício de início da actividade (2008 – em Setembro) a PEDROCEL apresentou, para efeitos de IRC, um lucro tributável de € 4 981,04 mas, logo no exercício seguinte passou para um Resultado Líquido negativo de € 8 829,36 a que correspondeu um prejuízo fiscal no valor de € 8 802,96.
8. Na aplicação do sistema informático da DCGI relativa à Justiça Tributária constam vários processos de execução fiscal.
9. Não existem dados na aplicação do sistema informático da DCGI relativa ao cruzamento de valores entre os anexos **O** (Clientes) e **P** (Fornecedores) da _____, inclusivamente no item relativo a Compras/Vendas declaradas por terceiros.
10. Na pesquisa efectuada no sistema informático Data Warehouse constam as seguintes entidades que indicaram o SP _____, nas relações de fornecedores dos reembolsos de IVA que solicitaram:

| | NIF | NOME | Período IVA | Valor aquisições | IVA deduzido |
|---|-------|-----------------------------|-------------|------------------|--------------|
| 1 | | Cianoaquarium, Lda. | 2009 05 | 55,83 € | 11,17 € |
| 2 | | Constance Soc. Const., Lda. | 2008 12 | 2.790,00 € | 558,00 € |
| 3 | | Constance Soc. Const., Lda. | 2009 01 | 2.017,00 € | 403,40 € |
| 4 | | Constance Soc. Const., Lda. | 2009 03 | 4.756,70 € | 951,34 € |
| 5 | | Joaquim Coelho Silva, S.A. | 2007 02 | 4.121,00 € | 865,41 € |
| 6 | | Joaquim Coelho Silva, S.A. | 2009 06 | 105,00 € | 21,00 € |

Nos casos indicados nas linhas 1 e 6 a _____ indicou qualquer valor das DP's correspondentes. Já no caso da linha 5 figura um período de imposto para o qual o SP ainda não exercia a actividade.

11. Na consulta efectuada ao Portal da Justiça verificou-se que a sociedade _____ foi constituída em 05/09/2008 por 3 sócios _____;

tendo sido nomeados gerentes os dois primeiros. No mesmo ano, em 30 de Outubro o primeiro cessou as funções de gerência por renúncia, deixando de ser sócio (conforme elementos do sistema informático da DCGI – Visão do Contribuinte).
12. O sócio Jorge Filipe Osório Coelho Ferreira titular de 80% do capital social da _____ é também sócio da _____ que não

cumprir as suas obrigações fiscais declarativas em sede de IVA (desde 04 03T até 10 06T) e IRC (desde 2006) e nunca apresentou a declaração anual (IES/DA).

13. Em resposta ao contacto efectuado a TOC, Sandra Margarida Vieira Rodrigues, NIF 229226051 informou que as DP's foram enviadas a zeros porque o sócio gerente simplesmente não atendia os seus telefonemas e que a dada altura lhe disse que tinha sido assaltado mas, que nunca tinha visto qualquer auto da GNR a confirmar a participação do mesmo.
14. Face a tudo quanto foi exposto, nomeadamente o facto de o SP, pouco tempo após o início da sua actividade, ter deixado de declarar bases tributáveis para efeitos de IVA, ter falta de entrega nos cofres do Estado de impostos retidos e IRC autoliquidado, ter obtido em 3 meses da actividade em 2008 um lucro e, em 2009 ter passado a ter prejuízo, propõe-se a verificação, em acção inspectiva externa, do efectivo exercício da actividade pelo Sujeito Passivo englobando toda a sua situação tributária com apuramento dos impostos eventualmente em falta, em sede de IR e IVA, encerrando-se este procedimento interno e as respectivas credenciais, sem mais diligências.

À consideração superior,

Porto, 13 de Fevereiro de 2012

A IT

PARECER DO CHEFE DE EQUIPA

PARECER DO CHEFE DE DIVISÃO

DESPACHO

Concordo

RELATÓRIO / CONCLUSÕES

(Art. 62º do RCPIT)

Ordem de Serviço Nº **01201001000**

| 1 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) | |
|---|--------------------------------|
| NIF/NIPC | Nome |
| C.A.E | |
| Morada | |
| Localidad | Serv. Finanças PENAFIEL |
| Ano / Exercício | |
| 2009 | |

| 2 DECLARAÇÃO(ÕES) ANALISADA(S) | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Modelo 22 de IRC | <input type="checkbox"/> Modelo 3 de IRS |
| <input checked="" type="checkbox"/> IVA - Declaração Periódica | <input type="checkbox"/> Outros: _____ |

| 3 ELABORADO POR | |
|------------------------------|------|
| Nº Técnico | Nome |
| 13470 | |
| Categoria | |
| Inspector Tributario Nivel 2 | |
| Nº Técnico | Nome |
| | |
| Categoria | |
| | |
| Nº Técnico | Nome |
| | |
| Categoria | |
| | |
| Data | |
| | |

ÍNDICE DO RELATÓRIO/CONCLUSÕES

| Capítulo | Títulos |
|----------|---|
| I. | Conclusões da ação inspetiva |
| II. | Objetivos, âmbito e extensão da ação de inspeção |
| II.1. | Credencial e período em que decorreu a ação |
| II.2. | Motivo, âmbito e incidência temporal |
| II.3. | Outras Situações |
| III. | Descrição dos factos e fundamentos das correções meramente aritméticas |
| IV. | Motivo e exposição dos factos que implicam o recurso a métodos indiretos |
| V. | CrITÉrios de cálculo dos valores corrigidos com recurso a métodos indiretos |
| VI. | Regularizações efetuadas pelo SP no decurso da ação de inspeção |
| VII. | Infrações verificadas |
| VIII. | Outros elementos relevantes |
| IX. | Direito de Audição - Fundamentação |

| I CONCLUSÕES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | | |
|--|--|--------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------|
| L1 MAPA RESUMO DAS CORREÇÕES RESULTANTES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | | |
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício _____ | | Ano /Exercício _____ | | Ano /Exercício _____ | | Ano /Exercício _____ | | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | |
| L1.1 | Com recurso a métodos indiretos | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.2 | De natureza meramente aritmética resultante de imposição legal | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.3 | | Montantes Sujeitos a Juros | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.4 | | Penalidades | Diploma | Punitivo | Ref. Rel | Punitivo | Ref. Rel | Punitivo | Ref. Rel | Punitivo | Ref. Rel |
| Legislação Aplicável | | | | | | | | | | | |

| L2 MAPA RESUMO DAS REGULARIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | |
|---|----------------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício _____ | | Ano /Exercício _____ | | Ano /Exercício _____ | | Ano /Exercício _____ | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório |
| L2.1 | Regularizações Voluntárias | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |

| L3 AÇÃO DE INSPEÇÃO SEM CORREÇÕES | |
|---|-------------------------------------|
| Da presente ação de inspeção não resultaram quaisquer correções | <input checked="" type="checkbox"/> |

N/ REFERÊNCIA

Ofício nº / Data:

NIPC/NIF:

Nº Ordem de Serviço:

Divisão: DIVISAO III

Equipa: EQ6410

Registado

Assunto: NOTIFICAÇÃO DO RESULTADO DA AÇÃO DE INSPEÇÃO - ARTIGO 62.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT)

Exm.º(s) Senhor(es)

Para conhecimento, fica(m) por este meio notificado(s), nos termos do artigo 62.º do RCPIT, que da ação de inspeção levada a cabo por este Serviço, ao abrigo da Ordem de Serviço acima referida, não resultam quaisquer atos tributários ou em matéria tributária que lhe sejam desfavoráveis.

Com os melhores cumprimentos,

Nos seus contactos com a Administração Fiscal, por favor mencione sempre o nome, a referência do documento, o N.º de Identificação Fiscal (NIF) e o domicílio fiscal

RUA DE SANTA CATARINA 1011 - 4040-050 PORTO
Email: dfporto@at.gov.pt

Tel: 22-3398000

Fax: 22-3398041

Anexo E - Acompanhamento permanente a sujeitos passivos

DATA ____/____/____

S. P. _____

CONTROLO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

| | | |
|----|---------------------------------------|---------------------------|
| | OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS | |
| 1 | modelo 3 de IRS | |
| 2 | modelo 22 de IRC | |
| 3 | volume de negocios | 903.921,79 |
| 4 | D P de IVA | ✓ |
| 5 | I E S (declarações anuais) | ✓ |
| | OUTRAS OBRIGAÇÕES | |
| 6 | Dívidas Fiscais Globais | 1.924.511,91 |
| 7 | Dívidas fiscais de retenções na fonte | |
| 8 | cessação de actividade | |
| | OBSERVAÇÕES | OBSERVAÇÕES |
| 9 | PRINCIPAIS CLIENTES | |
| 10 | PRINCIPAIS FORNECEDORES | |
| 11 | OUTRAS INFORMAÇÕES | |
| | IRS - RT | falta IRS 2003/11 |
| | * Ret. atribuída 0 | => Não pagamento Percenta |
| | Anexos 0 e P | valores não significativo |
| | PER | = 2.602,84 |

2 prestações

1.303.92

DGCI ** VISAO DO CONTRIBUINTE ** 15-02-2012
VC3000 AVISOS 11:46:20

DENOMINACAO SOCIAL EXPORGRANO - CONSTRUÇÃO C. O. PÚBLICAS, LDA EM LIQUIDAÇÃO
SER. FINANÇAS 0582 VINHAIS NAC.PORT. RESID.ESTRG. N

PAGAMENTOS EM FALTA - IVA
EXECUCOES FISCAIS
CONTRA-ORDENACOES
PF1-SOS PF3-VLT PF4-FIM
ENTER-CONF

1)

Contribuint 50010292 Serviço de --
9
Tipo Contr Titular Ano Civil C --
Lote: --
Nº Declara --

Declarações/Liquidações - Contribuinte Titular (Sujeitos A e B. Dependentes)

Nº de resultados: 0

| Sujeito A | Sujeito B | SF - Ano - Lote - ND | Estado Declaração | Mod. - Fase | Situação | Tipo | Data Recep. | Data Valid. | Liquidação | Estado Liquidação | Data Liquid. | Data Autoriz. | Data Transf. |
|-----------|-----------|-------------------------|----------------------|-------------|----------|------|-------------|-------------|------------|----------------------|--------------|---------------|--------------|
|-----------|-----------|-------------------------|----------------------|-------------|----------|------|-------------|-------------|------------|----------------------|--------------|---------------|--------------|

 foram encontrados resultados.

2) e 3)

11. OUTRAS INFORMAÇÕES Minimizar/Maximizar

| | | |
|---|----------------|----------------|
| Total de proveitos do período | 410 | 2.858.462,33 € |
| Volume de negócios do período | 411 | 903.921,79 € |
| Encargos com viaturas [art.º 88.º, n.º3] | 412 € | |
| Encargos com viaturas [art.º 88.º, n.º3, al.b)] | 420 € | |
| Encargos com viaturas [art.º 88.º, n.º3, al.a)] | 421 | 20.514,41 € |
| Encargos com viaturas (art.º 88.º, n.º4) | 413 € | |
| Despesas de representação (art.º 88.º, n.º3) | 414 | 1.534,00 € |
| Encargos com ajudas de custo e de compensação pela desl | 415 | 62.401,60 € |
| Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC e sujeitos p | 417 € | |
| Indemnizações por cessação de funções de gestor, adminis | 422 € | |
| Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de | 416 € | |
| Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º | 418 0000-00-00 | |
| Tratando-se de microentidade, indique se opta pela aplicaçã | 423 | |

© 2009 DGITA Topo

4)

DGCI/SIVA 2012/02/15
IVA00000 MENU GERAL E 13:03:29

- 1 CADASTRO
- 2 MICROFILMAGEM
- 3 DECLARACOES PERIODICAS
- 4 REEMBOLSOS
- 5 DECLARACOES ANUAIS
- 6 FISCALIZACAO
- 7 MEIOS DE PAGAMENTO
- 8 CONTAS CORRENTES

- B INFRACCOES
C TABELAS GERAIS (IVA E IR)
D TABELAS GERAIS (ESPECIFICAS DE IVA)

G PEDIDOS DE DADOS EXPURGADOS

OPCAO : 37000 ACCAO : 0 ID : 500102929
IV1D0069A OPCA0 INVALIDA COM A TECLA 'ENTER'
F1-HLP F3-RTN F4-CAN F5-SELR ENTER-CONF

5)

DGCI DECLARACAO ANUAL 2012/02/15
 DACDM02 CONSULTA DA DECLARACAO 13:05:35
 LISTA DE DECLARACOES ENTREGUES

NUMERO FISCAL

DESIGNACAO: E)

| DECLARACAO | | | | | | | | | |
|------------|------|------|----|----|-----|-----|-----|-----------------|--------|
| NIF | ANO | LOTE | SF | DR | TIP | SUP | SIT | COD.DECL | ANEXOS |
| 2010 I0060 | 0582 | 62 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL AFLOPQsR | |
| 2010 I5075 | 1821 | 49 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL J | |
| 2009 I0849 | 1821 | 99 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL AFLOPQsR | |
| 2009 I5013 | 1821 | 87 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL J | |
| 2008 I0879 | 1821 | 84 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL AFLOPQsR | |
| 2008 I5127 | 1821 | 91 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL J | |
| 2007 I1212 | 1821 | 77 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL AFLOPQsR | |
| 2007 I5553 | 1821 | 73 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL J | |
| 2006 I0980 | 1821 | 30 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL ALOPQsR | |
| 2006 I5510 | 1821 | 48 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL J | |
| 2005 I0062 | 1821 | 67 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL J | |
| 2005 I1839 | 1821 | 75 | 1 | 5 | 1 | | | NORMAL AFLOPQn | |

F1:AJUDA F3:VOLTAR

F8:SEGUINTE ENTER:CONSULTAR

6)

Número Fiscal: -----
 Valor em Dívida: 1.924.344,87 Valor Penhorado: 0,00
 Valor Total Pago: 131.025,60 Valor Total Anulado: 577,97
 Valor Garantido: 0,00 Valor Total Excesso: 0,00
 Valor Total Restituído: 0,00

7)

Exercício: 2012

Retenções na fonte e pagamentos antecipados

| Descrição | Qt | Débito | Crédito | Saldo |
|-----------|----|--------|---------|-------|
|-----------|----|--------|---------|-------|

Não foram encontrados registos.

IR e Selo

Património

Documentos de cobrança

| Data | Periodo de tributação | Imposto | Tipo | Valor |
|------|-----------------------|---------|------|-------|
|------|-----------------------|---------|------|-------|

Não foram encontrados registos.

Um registo encontrado.

Documentos em Tratamento

| Periodo de tributação | Imposto | Valor provisório | Tipo |
|-------------------------|---------|------------------|------|
| 2011-12-01 a 2011-12-31 | IVA | 0 | Nula |

8)

DGCI/SIVA
IVA00000 MENU GERAL 2012/02/15
E 13:13:30

- 1 CADASTRO
- 2 MICROFILMAGEM
- 3 DECLARACOES PERIODICAS
- 4 REEMBOLSOS
- 5 DECLARACOES ANUAIS
- 6 FISCALIZACAO
- 7 MEIOS DE PAGAMENTO
- 8 CONTAS CORRENTES

- B INFRACCOES
- C TABELAS GERAIS (IVA E IR)
- D TABELAS GERAIS (ESPECIFICAS DE IVA)

- G PEDIDOS DE DADOS EXPURGADOS

OPCAO : 13300 ACCAO :
IV1D0069A OPCA0 INVALIDA COM A TECLA 'ENTER'

9) e 10)

DGCI DECLARACAO ANUAL 2012/02/15
DAANM46 CONSULTA A INFORMACAO VIGENTE 13:19:01
ANEXO O - IVA -MAPA RECAPITULATIVO CLIENTES

ANO 2010 LOTE I0060 SF 0582 N. DR 62 TIPO 1 SUP 5 SIT 1 NIF 500102929
RELACAO DOS CLIENTES DOS BENS E/OU SERVICOS - QUADRO 03

SITUACAO:
NR. IDENTIFICACAO FISCAL VALOR DAS VENDAS EM EUROS SIT.
503962945 300460,00 C
504685678 31347,00 C
506867447 724928,00 C

DGCI DECLARACAO ANUAL 2012/02/15
DAANM46 CONSULTA A INFORMACAO VIGENTE 13:19:30
ANEXO P - IVA -MAPA RECAPITULATIVO FORNECEDORES
ANO 2010 LOTE I0060 SF 0582 N. DR 62 TIPO 1 SUP 5 SIT 1 NIF 500102929

RELACAO DOS FORNECEDORES DOS BENS E/OU SERVICOS - QUADRO 03

SITUACAO:
NR. IDENTIFICACAO FISCAL VALOR DAS COMPRAS EM EUROS SIT.
450004034 78648,00 C
74041,00 C
275266,00 C
66505,00 C
90047,00 C
81664,00 C
30148,00 C
91617,00 C
89492,00 C
26352,00 C

11)

(transporte do Q.07)

Regime geral

| | |
|---|--------------------|
| Período N-7 | |
| Período N-6 | 303 € |
| Período N-5 | 304 € |
| Período N-4 | 305 € |
| Período N-3 | 306 720.409,74 € |
| Período N-2 | 307 2.055.040,37 € |
| Período N-1 | 308 € |
| Prejuízos fiscais com transmissão autorizada (art.º69, n.º1) | 383 € |
| Prejuízos fiscais com transmissão autorizada [art.º15, n.º1, alínea c)] | 384 € |
| Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º47º, n.º8) | 385 € |
| 3. DEDUÇÕES: Prejuízos fiscais deduzidos | 309 € |
| Benefícios fiscais | 310 € |
| 4. MATÉRIA COLECTÁVEL (2-3) | 311 € |
| MATÉRIA COLECTÁVEL NÃO ISENTA (311+322 ou 409) | |

Anexo F - Ações especiais, transmissões de direitos reais sobre bens e imóveis

NIF:
Nº Proposta:

Denominação:
Número:

- Dados Gerais
- Fases Associadas**
- Dados Adicionais
- Dados Contribuinte
- Evidência Trabalho
- Eventos

FASES ASSOCIADAS

| Data de Registo | Descrição | |
|-----------------|--|------------------|
| | Ordem Serviço-Abertura Pendente de Validação | |
| 2010-08-19 | Ordem Serviço-Abertura Validada (Aguarda Despacho) | |
| 2010-08-20 | Ordem de Serviço Aberta | |
| | Pedido de Processo de Documentação Fiscal | |
| | Pedido de Informações e Esclarecimentos | |
| 2012-01-27 | <u>Projeto de Correções</u> | <u>Correções</u> |
| 2012-01-27 | <u>Notificação Direito de Audição</u> | |
| 2012-02-07 | <u>Direito de Audição</u> | |
| 2012-02-07 | <u>Relatório/Conclusões</u> | <u>Correções</u> |
| 2012-02-07 | <u>Notificação do Resultado da Ação</u> | |
| | Ordem de Serviço Encerrada | |
| | Ordem de Serviço Anulada | |

| | |
|----------------------|--|
| NOME (S.P.) : | |
| NIPC : | |
| MORADA | |
| SERV FINANÇAS | |

INFORMAÇÃO

I – PROJECTO DE CORRECÇÕES

Na sequência da acção inspectiva efectuada à declaração Modelo 22 de IRC de 2008, foi detectada uma omissão de rendimentos decorrentes da alienação de um imóvel, escriturado por 55.000,00€, cujo o valor patrimonial ascende a 101.480,00€.

II – OBJECTIVOS, ÂMBITO E EXTENSÃO DA ACÇÃO INSPECTIVA

II- 1. Credencial, Âmbito e Incidência Temporal

Na sequência de um cruzamento de dados disponíveis nas aplicações informáticas da DGCI, foi possível constatar que o sujeito passivo efectuou em 2008 a alienação de um imóvel, com diferença positiva não incluída no Campo 257 do Quadro 07 da Modelo 22.

Assim, foi emitida a Ordem de Serviço n.º OI201005686, de âmbito parcial, para se proceder à análise interna, em sede de IRC, ao exercício de 2008.

II- 2. Enquadramento do sujeito passivo

Trata-se de uma empresa registada em IRC pela actividade de CAE: 041200 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS), possuindo para o efeito contabilidade organizada.

III – DESCRIÇÃO DOS FACTOS E FUNDAMENTOS DAS CORRECÇÕES DE NATUREZA ARITMÉTICA

Alienação em 2008 do imóvel sito na _____, inscrito na matriz sob o artigo 3110 pelo valor de 55.000,00€, com o valor patrimonial de 101.480,00€.

Em conformidade com o disposto no nº1, nº2 e a) do nº3 do artigo 58º-A do CIRC, com a redacção à data em vigor, os alienantes de direitos reais sobre bens imóveis devem adoptar, para efeitos da determinação do lucro tributável, valores normais de mercado que não podem ser inferiores aos valores patrimoniais tributários definitivos que serviram de base à liquidação do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) ou que serviriam no caso de não haver lugar à liquidação.

Em conformidade com a Lei, deveria ter acrescido ao resultado líquido do exercício de 2008 a diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel [101.480,00] e o valor constante do contrato [55.000,00], no montante de 48.480,00€, pelo que se verifica infracção ao disposto no art. 58º-A do CIRC (actual artigo 64º) omissões ou inexactidões relativas à correcção ao valor de transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, com imposto a liquidar, punível nos termos do artigo 119º do RGIT.

Face ao exposto, propõe-se elaboração de DC para arrecadação do imposto em falta e levantamento de auto de notícia para aplicação da coima.

IV – DIREITO DE AUDIÇÃO

Regularização voluntária ou exercício do direito à audição

A) - Deverá proceder à substituição da declaração de rendimentos mod. 22 de IRC do ano de 2008, acrescentando ao campo 745 do quadro 07 da mesma, aquele valor [46.480,00€] e informar estes Serviços do seu envio, ou exhibir comprovativo da declaração já corrigida.

B) - Exercer o direito de audição, nos termos previstos nos artºs 60º da Lei Geral Tributária e 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária.

OBS: O documento que concretize o direito de audição deverá ser enviado ao cuidado de Iracema Russo – Divisão III – Equipa 6410 e para a seguinte direcção:

Direcção de Finanças do Porto
Autoridade Tributária e Aduaneira – Divisão III
Rua Santa Catarina nº 1011
4049. 050 Porto

À consideração superior

Porto, 27 de Janeiro de 2012

A IT 2

N/ REFERÊNCIA

Ofício nº / Data:

NIPC/NIF:

Nº Ordem d

Divisão: DIVISAO III

Equipa: EQ6410

Registado

Assunto: PROJETO DE CORREÇÕES DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO - ARTIGO 60.º DA LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT)
E ARTIGO 60.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT)

Exm.º(s) Senhor(es)

Notifica(m)-se de que, no prazo de 15 dias poderá(ão), querendo, exercer o **direito de audição**, por escrito ou oralmente, sobre o **Projeto de Correções do Relatório de Inspeção**, que se anexa, nos termos previstos no artigo 60.º da LGT e artigo 60.º do RCPIT.

Optando pela primeira forma, o documento que concretize o direito de audição deverá ser enviado para este Serviço fazendo menção dos elementos constantes na N/ Referência.

No caso de pretender pronunciar-se oralmente deverá comparecer, dentro do mesmo prazo, neste Serviço, a fim de ser lavrado o termo de declarações.

Acrésceta-se, a título informativo que, em caso de contraordenação, poderá(ão) beneficiar da redução das coimas para 75% do montante mínimo legal, devendo para o efeito apresentar o respetivo pedido de pagamento no Serviço de Finanças competente, nos termos do art.º 5º do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT), e dar conhecimento do facto a este Serviço dentro do prazo acima indicado, a fim de ser considerado no respetivo relatório de inspeção - al. c) do n.º 1 e nº3 do art.º 29º do RGIT.

O pedido de pagamento de coimas com redução implica a regularização da situação tributária, pelo que sendo entregue(s) declaração(ões) de substituição ou guias de pagamento, conforme faculta o artigo 59.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) e o artigo 58.º do RCPIT, será(ão) de enviar a(s) respetiva(s) cópia(s) a este Serviço, juntamente com o documento referido no parágrafo anterior.

Com os melhores cumprimentos,

Anexo: Projeto de Correções do Relatório com 3 folhas.

Nos seus contactos com a Administração Fiscal, por favor mencione sempre o nome, a referência do documento, o Nº de Identificação Fiscal (NIF) e o domicílio fiscal

RUA DE SANTA CATARINA 1011 - 4049-050 PORTO
Email: dfporto@at.gov.pt

Tel: 22-3398000

Fax: 22-3398041

| | |
|---------------|--|
| NOME (S.P.) : | |
| NIPC : | |
| MORADA | |
| SERV FINANÇAS | |

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES

(Elaborado nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 77º da LGT e 61º do RCPIT)

I – MOTIVO DA ACÇÃO

Na sequência da acção inspectiva efectuada à declaração Modelo 22 de IRC de 2008, foi detectada uma omissão de rendimentos decorrentes da alienação de um imóvel, escriturado por 55.000,00€, cujo o valor patrimonial ascende a 101.480,00€.

II – OBJECTIVOS, ÂMBITO E EXTENSÃO DA ACÇÃO INSPECTIVA

II- 1. Credencial, Âmbito e Incidência Temporal

Na sequência de um cruzamento de dados disponíveis nas aplicações informáticas da DGCI, foi possível constatar que o sujeito passivo efectuou em 2008 a alienação de um imóvel, com diferença positiva não incluída no Campo 257 do Quadro 07 da Modelo 22.

Assim, foi emitida a Ordem de Serviço n.º OI201005686, de âmbito parcial, para se proceder à análise interna, em sede de IRC, ao exercício de 2008.

II- 2. Enquadramento do sujeito passivo

Trata-se de uma empresa registada em IRC pela actividade de CAE: 041200 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS), possuindo para o efeito contabilidade organizada.

III – DESCRIÇÃO DOS FACTOS E FUNDAMENTOS DAS CORRECÇÕES DE NATUREZA ARITMÉTICA

Alienação em 2008 do imóvel sito na _____, inscrito na matriz sob o artigo 3110 pelo valor de 55.000,00€, com o valor patrimonial de 101.480,00€.

Em conformidade com o disposto no nº1, nº2 e a) do nº3 do artigo 58º-A do CIRC, com a redacção à data em vigor, os alienantes de direitos reais sobre bens imóveis devem adoptar, para efeitos da determinação do lucro tributável, valores normais de mercado que não podem ser inferiores aos valores patrimoniais tributários definitivos que serviram de base à liquidação do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) ou que serviriam no caso de não haver lugar à liquidação.

Em conformidade com a Lei, deveria ter acrescido ao resultado líquido do exercício de 2008 a diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel [101.480,00] e o valor constante do contrato [55.000,00], no montante de 48.480,00€, pelo que se verifica infracção ao disposto no art. 58º-A do CIRC (actual artigo 64º) omissões ou inexactidões relativas à correcção ao valor de transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, com imposto a liquidar, punível nos termos do artigo 119º do RGIT.

Face ao exposto, propõe-se elaboração de DC para arrecadação do imposto em falta e levantamento de auto de notícia para aplicação da coima.

IV – DIREITO DE AUDIÇÃO

Regularização voluntária ou exercício do direito à audição

A) - Foi o sujeito passivo notificado, através do Ofício nº 6158/0506 de 30/01/2012, enviado para a sede da empresa, para no prazo de 15 dias proceder à regularização voluntária, com apresentação da declaração de rendimentos mod. 22 de IRC do ano de 2008, acrescentando ao campo 745 do quadro 07 da mesma, aquele valor [46.480,00€] e informar estes serviços do seu envio, ou exercer o direito de audição, nos termos previstos nos artºs 60º da Lei Geral Tributária e 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspecção Tributária.

B) - Em 3/02/2012, em representação da empresa, enviou um e-mail, exercendo assim o direito de audição prévia nos termos previstos nos artºs 60º da Lei Geral Tributária e 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspecção Tributária, anexando cópias das escrituras de compra e venda do imóvel inscrito na matriz sob o artigo 3110, sito na Rua do Negral lugar de Vilarinho de Cima em Gandra Paredes, e dos extractos de conta corrente evidenciando os movimentos contabilísticos, onde se confirma que a venda foi efectivamente realizada pelo valor de: 109.450,00€ e não pelo valor de: 55.000,00€, como se refere na ficha de Codificação nº 1 / PNAIT 2010 – Informação nº 155 / 2010 /DCPCIT.

Conclusão:

Face ao exposto e conforme documentos enviados pelo sujeito passivo, designadamente:

- Cópia da escritura de compra e venda realizada no dia 17/04/2008, lavrada no Cartório Notarial do Porto [Rua de Camões nº 219, 1º esq], onde se lê [a folhas 26 do livro 205], que o imóvel foi vendido pelo preço de 109.450,00€,
- Cópia do Diário nº 672 – Nota de Lançamento datada de 30/04/2008, em que foi contabilizada a venda do prédio na conta 7111100 [Vendas], por contrapartida da conta 1212 [Depósitos], naquele valor,
- Cópias do cheque e do depósito bancário [BPI], no mesmo valor,
- Bem como na Demonstração de Resultados do Anexo A da declaração anual [IES], se constata que o valor das vendas de mercadorias, totaliza a verba de: 109.450,00€,

comprovando assim, que o sujeito passivo, relativamente a esta operação, tem a sua situação fiscal regularizada, dando cumprimento ao disposto no nº 1 do artº 58º-A do CIRCI, pelo que se propõe, sem mais diligências, o arquivamento da presente ordem de serviço.

À consideração superior

Porto, 7 de Fevereiro de 2012

A IT 2

N/ REFERÊNCIA

Ofício nº / Data:

NIPC/NIF:

Nº Ordem de

Divisão: DIVISAO III

Equipa: EQ6410

Registado

Assunto: NOTIFICAÇÃO DO RESULTADO DA AÇÃO DE INSPEÇÃO - ARTIGO 62.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT)

Exm.º(s) Senhor(es)

Para conhecimento, fica(m) por este meio notificado(s), nos termos do artigo 62.º do RCPIT, que da ação de inspeção levada a cabo por este Serviço, ao abrigo da Ordem de Serviço acima referida, não resultam quaisquer atos tributários ou em matéria tributária que lhe sejam desfavoráveis.

Com os melhores cumprimentos,

Nos seus contactos com a Administração Fiscal, por favor mencione sempre o nome, a referência do documento, o N.º de Identificação Fiscal (NIF) e o domicílio fiscal

RUA DE SANTA CATARINA 1011 - 4049-050 PORTO
Email: dfporto@at.gov.pt

Tel: 22-3398000

Fax: 22-3398041

Anexo G – Retenções de IRS

Nº 01201000999

| | |
|---|--|
| 1 CRITÉRIO DE SELEÇÃO/IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO Data 2010 / 02 / 22 Critério de Seleção Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input checked="" type="checkbox"/> U.Orgânica 13 Porto | 2 DESPACHO Proceda-se à Inspeção INTERNA 2010 / 02 / 23 O Responsável |
|---|--|

| | |
|---|--|
| 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) NIF/NIPC C.A.E Morada Localidade | |
|---|--|

| | |
|---|--|
| 4 ÂMBITO E EXTENSÃO DA AÇÃO INSPECTIVA - ANOS / EXERCÍCIOS / PERÍODOS A FISCALIZAR <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) <input checked="" type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) IRS <input type="checkbox"/> IRC <input checked="" type="checkbox"/> IVA <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input checked="" type="checkbox"/> RFC/RFS Código de Atividade 12121039 Ano/Exercício 2008 Trimestre Meses | |
| <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) <input type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) IRS <input type="checkbox"/> IRC <input type="checkbox"/> IVA <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Código de Atividade Ano/Exercício Trimestre Meses | |
| <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) <input type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) IRS <input type="checkbox"/> IRC <input type="checkbox"/> IVA <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Código de Atividade Ano/Exercício Trimestre Meses | |
| <input type="checkbox"/> Geral (Alinea a) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) <input type="checkbox"/> Parcial (Alinea b) do nº 1 do artº 14º do RCPIT) IRS <input type="checkbox"/> IRC <input type="checkbox"/> IVA <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Código de Atividade Ano/Exercício Trimestre Meses | |

| |
|---|
| 5 ALTERAÇÃO DOS FINS, ÂMBITO E EXTENSÃO DO PROCEDIMENTO <input type="checkbox"/> Altera-se a Ordem de Serviço que lhe foi notificada em / / , com os seguintes fundamentos: |
|---|

| | |
|--|--|
| 6 IDENTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS Nº Ch.Equipa 11143 Nome Categoria Técnico Economista Assessor Nº Técnico 13470 Nome Categoria Inspector Tributário Nível 2 Nº Técnico Nome Categoria Nº Técnico Nome Categoria | |
|--|--|

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º do Regime Geral das Infrações Tributárias poderá apresentar, no Serviço de Finanças da sua área fiscal, até ao termo do procedimento de inspeção a que se refere a presente Ordem de Serviço, o pedido de pagamento das coimas correspondentes às infrações negligentes eventualmente praticadas, usufruindo do benefício de redução para 75% do montante mínimo legal. Deste pedido deverá informar o(s) funcionário(s) da Inspeção Tributária.

O direito a redução está condicionado ao pagamento das coimas nos 15 dias posteriores à notificação a efetuar pela entidade competente, bem como à regularização da situação tributária, mediante o cumprimento das obrigações fiscais que deram origem às infrações (artigo 30.º do citado diploma).

| |
|---|
| 7 O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) Tomei conhecimento do conteúdo desta Ordem de Serviço, de que me foi entregue cópia Data / / Na qualidade de: |
|---|

Enquadramentos:

1. Em IVA – Regime normal trimestral
2. Em IRC – Regime Geral por Opção em 2008

Projecto de Correções

(Elaborado nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 60.º da LGT e 60.º do RCPIT)

No âmbito de acção credenciada pela OI 201000999 verificaram-se os seguintes factos:

1 - Da pesquisa efectuada aos elementos constantes das bases de dados da DGCI, nomeadamente ao “menu” do Cruzamentos Anexo J/Modelo 10 e à Gestão dos Fluxos Financeiros constatou-se que as retenções de IR efectuadas pelo s.p. em 2008, conforme consta da declaração Modelo10 que apresentaram, ascenderam a € 262,50 e que para esse ano as guias de pagamento atingem apenas € 120,00 existindo uma divergência de € 142,50.

2 - O montante das retenções na referida Mod 10 dizem respeito a € 240,00 relativo a retenções em sede de Trabalho Dependente e € 22,50 para trabalho Independente. A Guia de Pagamento nº 80190356359 referente ao período 2008/Outubro, no montante de € 120,00, a título de retenções sobre o Trabalho Dependente.

3 – Assim sendo, o s.p. não cumpriu com o disposto nos artigos 94.º do CIRC e 98.º do CIRS, dado que não procedeu à entrega da prestação tributária relativa retenções sobre o trabalho dependente (€120,00) e sobre o trabalho Independente (€ 22,50), que se irá atribuir ao mês de Dezembro de 2008.

Por não ter entregue prestações tributárias no montante de €142,50, o s.p. praticou infracções previstas e puníveis nos termos dos artigos 114.º e 116.º do Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT).

Face ao exposto notifica-se o SP, nos termos e para os efeitos dos artigos 60.º da Lei Geral Tributária (LGT) e 60.º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT), para no **prazo de 15 dias**, regularizar a sua situação tributária, apresentando a(s) guia(s) de retenção correspondente(s) aos valores em falta (€142,50) ou, exercer, querendo, direito de audição.

Caso não sejam supridas as faltas antes descritas, irão ser promovidas as necessárias correcções por estes serviços de inspecção e, lavrado o respectivo Auto de Notícia para aplicação das coimas que se mostrem devidas.

Porto, 12 de Janeiro de 2012

A ITII

PARECER DO CHEFE DE EQUIPA

PARECER DO CHEFE DE DIVISÃO

PROJETO DE CORREÇÕES
(Art.s 60º da LGT e 60º do RCPIT)

Ordem de Serviço N.º **OI201000999**

| 1 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) | |
|---|-----------------------|
| NIF/NIPC | |
| C.A.E | |
| Morada | |
| Localidad | |
| Ano / Exe | |
| | ^S PENAFIEL |

| 2 DECLARAÇÃO(ÕES) ANALISADA(S) | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Modelo 22 de IRC | <input type="checkbox"/> Modelo 3 de IRS |
| <input type="checkbox"/> IVA - Declaração Periódica | <input type="checkbox"/> Outros: _____ |

| 3 ELABORADO POR | |
|-----------------|------------------------------|
| N.º Técnico | 13470 |
| Categoria | Inspector Tributario Nivel 2 |
| N.º Técnico | |
| Categoria | |
| N.º Técnico | |
| Categoria | |
| Data | / / |

ÍNDICE DO PROJETO DE CORREÇÕES

| Capítulo | Títulos |
|----------|---|
| I. | Conclusões da ação inspetiva |
| II. | Objetivos, âmbito e extensão da ação de inspeção |
| II.1. | Credencial e período em que decorreu a ação |
| II.2. | Motivo, âmbito e incidência temporal |
| II.3. | Outras Situações |
| III. | Descrição dos factos e fundamentos das correções meramente aritméticas |
| IV. | Motivo e exposição dos factos que implicam o recurso a métodos indiretos |
| V. | Crítérios de cálculo dos valores corrigidos com recurso a métodos indiretos |
| VI. | Regularizações efetuadas pelo SP no decurso da ação de inspeção |
| VII. | Infrações verificadas |
| VIII. | Outros elementos relevantes |

| I CONCLUSÕES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | |
|--|--|--------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|
| 1.1 MAPA RESUMO DAS CORREÇÕES RESULTANTES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | |
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício 2008 | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório |
| 1.1.1 | Com recurso a métodos indiretos | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | |
| 1.1.2 | De natureza meramente aritmética resultante de imposição legal | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | RFIRS | 142,50 | | | | | | |
| 1.1.3 | Montantes Sujeitos a Juros | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| 1.1.4 | Penalidades | Diploma | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel |
| Legislação Aplicável | | RGIT | 114 e 116 | | | | | | | |
| 1.2 MAPA RESUMO DAS REGULARIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | |
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício 2008 | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório |
| 1.2.1 | Regularizações Voluntárias | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | |
| 1.3 AÇÃO DE INSPEÇÃO SEM CORREÇÕES | | | | | | | | | | |
| Da presente ação de inspeção não resultaram quaisquer correções <input type="checkbox"/> | | | | | | | | | | |

Enquadramentos:

1. Em IVA – Regime normal trimestral
2. Em IRC – Regime Geral por Opção em 2008

Projecto de Correções

(Elaborado nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 60º da LGT e 60.º do RCPIT)

No âmbito de acção credenciada pela OI 201000999 verificaram-se os seguintes factos:

1 - Da pesquisa efectuada aos elementos constantes das bases de dados da DGCI, nomeadamente ao "menu" do Cruzamentos Anexo J/Modelo 10 e à Gestão dos Fluxos Financeiros constatou-se que as retenções de IR efectuadas pelo s.p. em 2008, conforme consta da declaração Modelo10 que apresentaram, ascenderam a € 262,50 e que para esse ano as guias de pagamento atingem apenas € 120,00 existindo uma divergência de € 142,50.

2 - O montante das retenções na referida Mod 10 dizem respeito a € 240,00 relativo a retenções em sede de Trabalho Dependente e € 22,50 para trabalho Independente. A Guia de Pagamento nº 80190356359 referente ao período 2008/Outubro, no montante de € 120,00, a título de retenções sobre o Trabalho Dependente.

3 – Assim sendo, o s.p. não cumpriu com o disposto nos artigos 94º do CIRC e 98º do CIRS, dado que não procedeu à entrega da prestação tributária relativa retenções sobre o trabalho dependente (€120,00) e sobre o trabalho Independente (€ 22,50), que se irá atribuir ao mês de Dezembro de 2008.

Por não ter entregue prestações tributárias no montante de €142,50, o s.p. praticou infracções previstas e puníveis nos termos dos artigos 114.º e 116.º do Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT).

Face ao exposto notifica-se o SP, nos termos e para os efeitos dos artigos 60.º da Lei Geral Tributária (LGT) e 60.º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT), para no **prazo de 15 dias**, regularizar a sua situação tributária, apresentando a(s) guia(s) de retenção correspondente(s) aos valores em falta (€142,50) ou, exercer, querendo, direito de audição.

Caso não sejam supridas as faltas antes descritas, irão ser promovidas as necessárias correcções por estes serviços de inspecção e, lavrado o respectivo Auto de Notícia para aplicação das coimas que se mostrem devidas.

Porto, 12 de Janeiro de 2012

A ITII

PARECER DO CHEFE DE EQUIPA

PARECER DO CHEFE DE DIVISÃO

PROJETO DE CORREÇÕES
(Art.s 60º da LGT e 60º do RCPIT)

Ordem de Serviço Nº **OI201000999**

| 1 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) | |
|---|--------------|
| NIF/NIPC | |
| C.A.E | |
| Morada | |
| Localidade | gas PENAFIEL |
| Ano / Exerc | |

| 2 DECLARAÇÃO(ÕES) ANALISADA(S) | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Modelo 22 de IRC | <input type="checkbox"/> Modelo 3 de IRS |
| <input type="checkbox"/> IVA - Declaração Periódica | <input type="checkbox"/> Outros: _____ |

| 3 ELABORADO POR | |
|-----------------|------------------------------|
| Nº Técnico | 13470 Nome |
| Categoria | Inspector Tributario Nivel 2 |
| Nº Técnico | Nome |
| Categoria | |
| Nº Técnico | Nome |
| Categoria | |
| Data | / / |

ÍNDICE DO PROJETO DE CORREÇÕES

| Capítulo | Títulos |
|----------|---|
| I. | Conclusões da ação inspetiva |
| II. | Objetivos, âmbito e extensão da ação de inspeção |
| II.1. | Credencial e período em que decorreu a ação |
| II.2. | Motivo, âmbito e incidência temporal |
| II.3. | Outras Situações |
| III. | Descrição dos factos e fundamentos das correções meramente aritméticas |
| IV. | Motivo e exposição dos factos que implicam o recurso a métodos indiretos |
| V. | Critérios de cálculo dos valores corrigidos com recurso a métodos indiretos |
| VI. | Regularizações efetuadas pelo SP no decurso da ação de inspeção |
| VII. | Infrações verificadas |
| VIII. | Outros elementos relevantes |

| I CONCLUSÕES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | | |
|--|--|--------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------|
| L1 MAPA RESUMO DAS CORREÇÕES RESULTANTES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | | |
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício 2008 | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | |
| L1.1 | Com recurso a métodos indiretos | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | | |
| L1.2 | De natureza meramente aritmética resultante de imposição legal | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | RFIRS | 142,50 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.3 | | Montantes Sujeitos a Juros | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.4 | | Penalidades | Diploma | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel |
| | | Legislação Aplicável | RGIT | 114 e 116 | | | | | | | |

| L2 MAPA RESUMO DAS REGULARIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | |
|---|----------------------------|--------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício 2008 | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório |
| L2.1 | Regularizações Voluntárias | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |

| L3 AÇÃO DE INSPEÇÃO SEM CORREÇÕES | |
|--|--|
| Da presente ação de inspeção não resultaram quaisquer correções <input type="checkbox"/> | |

| I CONCLUSÕES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | | |
|--|--|--------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------|
| L1 MAPA RESUMO DAS CORREÇÕES RESULTANTES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | | |
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício 2008 | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | |
| L1.1 | Com recurso a métodos indiretos | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | | |
| L1.2 | De natureza meramente aritmética resultante de imposição legal | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | RFIRS | 142,50 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.3 | | Montantes Sujeitos a Juros | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.4 | | Penalidades | Diploma | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel |
| | | Legislação Aplicável | RGIT | 114 e 116 | | | | | | | |

| L2 MAPA RESUMO DAS REGULARIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | |
|---|----------------------------|--------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício 2008 | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório |
| L2.1 | Regularizações Voluntárias | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |

| L3 AÇÃO DE INSPEÇÃO SEM CORREÇÕES | |
|--|--|
| Da presente ação de inspeção não resultaram quaisquer correções <input type="checkbox"/> | |

| I CONCLUSÕES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | | |
|--|--|--------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------|
| L1 MAPA RESUMO DAS CORREÇÕES RESULTANTES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | | |
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício 2008 | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | |
| L1.1 | Com recurso a métodos indiretos | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | | |
| L1.2 | De natureza meramente aritmética resultante de imposição legal | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | RFIRS | 142,50 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.3 | | Montantes Sujeitos a Juros | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.4 | | Penalidades | Diploma | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel |
| | | Legislação Aplicável | RGIT | 114 e 116 | | | | | | | |

| L2 MAPA RESUMO DAS REGULARIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | |
|---|----------------------------|--------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício 2008 | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório |
| L2.1 | Regularizações Voluntárias | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |

| L3 AÇÃO DE INSPEÇÃO SEM CORREÇÕES | |
|--|--|
| Da presente ação de inspeção não resultaram quaisquer correções <input type="checkbox"/> | |

| I CONCLUSÕES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | | |
|--|--|--------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------|
| L1 MAPA RESUMO DAS CORREÇÕES RESULTANTES DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | | |
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício 2008 | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | |
| L1.1 | Com recurso a métodos indiretos | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | | |
| L1.2 | De natureza meramente aritmética resultante de imposição legal | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | RFIRS | 142,50 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.3 | | Montantes Sujeitos a Juros | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| L1.4 | | Penalidades | Diploma | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel | Punitivo | Refº Rel |
| | | Legislação Aplicável | RGIT | 114 e 116 | | | | | | | |

| L2 MAPA RESUMO DAS REGULARIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS DA AÇÃO DE INSPEÇÃO | | | | | | | | | | |
|---|----------------------------|--------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|
| Método de determinação da matéria tributável | | Natureza do Imposto | Ano /Exercício 2008 | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | | Ano /Exercício | |
| | | | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório | Valor | Ref. Item Relatório |
| L2.1 | Regularizações Voluntárias | Correções à Matéria Tributável | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | Imposto em falta | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |

| L3 AÇÃO DE INSPEÇÃO SEM CORREÇÕES | |
|--|--|
| Da presente ação de inspeção não resultaram quaisquer correções <input type="checkbox"/> | |

N/ REFERÊNCIA _____

Ofício nº / Data: _____

NIPC/NIF: _____

Nº Ordem de _____

Divisão: DIVISAO III _____

Equipa: EQ6410 _____

Registado

Assunto: PROJETO DE CORREÇÕES DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO - ARTIGO 60.º DA LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT)
E ARTIGO 60.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT)

Exm.º(s) Senhor(es)

Notifica(m)-se de que, no prazo de 15 dias poderá(ão), querendo, exercer o **direito de audição**, por escrito ou oralmente, sobre o **Projeto de Correções do Relatório de Inspeção**, que se anexa, nos termos previstos no artigo 60.º da LGT e artigo 60.º do RCPIT.

Optando pela primeira forma, o documento que concretize o direito de audição deverá ser enviado para este Serviço fazendo menção dos elementos constantes na N/ Referência.

No caso de pretender pronunciar-se oralmente deverá comparecer, dentro do mesmo prazo, neste Serviço, a fim de ser lavrado o termo de declarações.

Acrescenta-se, a título informativo que, em caso de contraordenação, poderá(ão) beneficiar da redução das coimas para 75% do montante mínimo legal, devendo para o efeito apresentar o respetivo pedido de pagamento no Serviço de Finanças competente, nos termos do art.º 5º do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT), e dar conhecimento do facto a este Serviço dentro do prazo acima indicado, a fim de ser considerado no respetivo relatório de inspeção - al. c) do n.º 1 e nº3 do art.º 29º do RGIT.

O pedido de pagamento de coimas com redução implica a regularização da situação tributária, pelo que sendo entregue(s) declaração(ões) de substituição ou guias de pagamento, conforme faculta o artigo 59.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) e o artigo 58.º do RCPIT, será(ão) de enviar a(s) respetiva(s) cópia(s) a este Serviço, juntamente com o documento referido no parágrafo anterior.

Com os melhores cumprimentos,

Anexo: Projeto de Correções do Relatório com 3 folhas.

Nos seus contactos com a Administração Fiscal, por favor mencione sempre o nome, a referência do documento, o N.º de Identificação Fiscal (NIF) e o domicílio fiscal

RUA DE SANTA CATARINA 1011 - 4049-050 PORTO
Email: dfporto@at.gov.pt

Tel: 22-3398000

Fax: 22-3398041

N/ REFERÊNCIA

Ofício nº / Data:

NIPC/NIF: :

Nº Ordem de

Divisão: DIVISAO III

Equipa: EQ6410

Registado

Assunto: CORREÇÕES RESULTANTES DE ANÁLISE INTERNA - ART.º 77 DA LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT) E ARTIGO 62.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT)

Exm.º(s) Senhor(es)

Fica(m) por este meio notificado(s), nos termos do artigo 77.º da LGT e do artigo 62.º do RCPIT, das **correções resultantes da ação de inspeção**, cujo relatório/conclusões se anexa como parte integrante da presente notificação, respeitante à Ordem de Serviço acima referenciada:

Das correções meramente aritméticas efectuadas à matéria tributável e/ou imposto, sem recurso a avaliação indireta, cujos fundamentos constam do referido Relatório. A breve prazo, os serviços da AT procederão à notificação da liquidação respetiva, a qual conterà os meios de defesa, bem como o prazo de pagamento, se a ele houver lugar.

Da presente notificação e respectiva fundamentação não cabe reclamação ou impugnação.

Com os melhores cumprimentos,

Anexo: Relatório com 3 folhas.

**Anexo H – Cruzamento da declaração Modelo 3 de IRS com Anexo
J/Modelo 10**

NIF:
Nº Proposta:

Denominação: MANUEL DOMINGUES DOS SANTOS
Número: 01201001192

| | | | | | |
|--------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|---------|
| Dados Gerais | Fases Associadas | Dados Adicionais | Dados Contribuinte | Evidência Trabalho | Eventos |
|--------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|---------|

CRITÉRIO DE SELECÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Data: 2010-02-28 Unidade Orgânica: Porto

DESPACHO SUPERIOR

Data Despacho: 2010-03-02

CÓDIGO DA ACTIVIDADE:

| | | | |
|----------------|-------------------------|------------------|-------------|
| Tipo de Acção: | Comprovação/Verificação | Origem: | Distrital |
| Local: | Interna | Sujeito Passivo: | P. Singular |

EXTENSÃO E ÂMBITO

| Exercício | Actividade | Âmbito |
|-----------|-------------------------------------|---------|
| 2008 | 019 - Acção de controlo declarativo | Parcial |

ATRIBUIÇÃO A EQUIPATECNICOS

Divisão: DIV/SAO III Equipa: EQ0410

| Número | Nome | Chefe/Técnico |
|--------|-------------------------------|------------------|
| 11143 | PALMIRA MARIA CONCEICAO GOMES | Chefe Equipa |
| 1682 | MARIA OLGA OLIVEIRA PROENÇA | Técnico Inspeção |

| | |
|-------------|--|
| NOME (S.P.) | |
| NIF/NIPC | |
| ASSUNTO | |

PROJECTO DE CORRECÇÕES

(Elaborado nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 60.º da LGT e 60.º do RCPIT)

1 – Descrição Sucinta das Conclusões da Acção de Inspeção

A correcção proposta tem por base os factos referidos no ponto 3 deste relatório e traduz-se na arrecadação de imposto deduzido e não entregue no montante de € 742,50

2 - Credencial, Âmbito e Incidência Temporal

A presente acção de âmbito parcial visa o cruzamento da declaração Modelo 3 de IRS com Anexo J/Modelo 10 e Guias de pagamento do exercício de 2009 e tem por base a Ordem de Serviço Interna n.º OI201101901

3 - Descrição dos factos e fundamentos das correcções de natureza aritmética

De acordo com a metodologia adoptada para esta acção, verifica-se através da consulta ao sistema informático, no que diz respeito aos valores constantes das declarações Modelo 3 de IRS do exercício de 2009, que os Sujeitos Passivos Maria Manuela de Carvalho Alvares com NIF 161198198 e Sílvia Alcina de Carvalho Alvares com NIF 156124238, declararam "IRS RETIDO" de € 742,50 (€ 371,25 cada), pela empresa ISCAVIL-INSTALAÇÕES DE SERRALHARIA MADEIRAS E VIDRARIA LDA com NIPC 508 857 759, não constando do "Anexo J" da Declaração Anual da referida empresa retenções da categoria "F".

Segundo a) do nº1 do art. 101.º do CIRS, "as entidades que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada são obrigadas a reter o imposto, mediante a aplicação, aos rendimentos ilíquidos de que sejam devedoras (...), à taxa 15 % tratando-se de rendimentos da categoria "F". Referindo o nº 2 e 3 do Artigo 98.º do mesmo diploma legal que " As quantias retidas devem ser entregues em qualquer dos locais a que se refere o artigo 105.º (...) até ao dia 20 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas".

2 – Direito de Audição

Poderá, querendo, exercer direito de audição, por escrito ou oralmente, nos termos previstos nos artigos 60º da Lei Geral Tributária e 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária, ou regularizar a situação apresentando declaração de substituição (Modelo 10) e guias de pagamento.

Se não for dado cumprimento, ao projecto de correcções, propõe-se:

- Emissão DC, a fim de arrecadar o imposto em falta;
- Levantamento de auto para aplicação da coima prevista no artigo 114 n.ºs 2 e 3 e 26 n.º 4 “Falta de entrega da prestação tributária” do REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS (RGIT) Aprovado pelo artigo 1.º n.º1 da Lei n.º 15/2001 de 5 de Junho.

Porto, 16 de Janeiro de 2012

IT-II

Poderá utilizar na resposta o seguinte e-mail: dfporto-dit3@at.gov.pt; com conhecimento a: Olga.Oliveira.Proenca@at.gov.pt ou contactar através do telefone 223398163

N/ REFERÊNCIA

Ofício nº / Data:

NIPC/NIF:

Nº Ordem

Divisão: DIVISAO III

Equipa: EQ6410

Registado

Assunto: PROJETO DE CORREÇÕES DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO - ARTIGO 60.º DA LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT)
E ARTIGO 60.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT)

Exm.º(s) Senhor(es)

Notifica(m)-se de que, no prazo de 15 dias poderá(ão), querendo, exercer o **direito de audição**, por escrito ou oralmente, sobre o **Projeto de Correções do Relatório de Inspeção**, que se anexa, nos termos previstos no artigo 60.º da LGT e artigo 60.º do RCPIT.

Optando pela primeira forma, o documento que concretize o direito de audição deverá ser enviado para este Serviço fazendo menção dos elementos constantes na N/ Referência.

No caso de pretender pronunciar-se oralmente deverá comparecer, dentro do mesmo prazo, neste Serviço, a fim de ser lavrado o termo de declarações.

Acrescenta-se, a título informativo que, em caso de contraordenação, poderá(ão) beneficiar da redução das coimas para 75% do montante mínimo legal, devendo para o efeito apresentar o respetivo pedido de pagamento no Serviço de Finanças competente, nos termos do art.º 5º do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT), e dar conhecimento do facto a este Serviço dentro do prazo acima indicado, a fim de ser considerado no respetivo relatório de inspeção - al. c) do n.º 1 e n.º3 do art.º 29º do RGIT.

O pedido de pagamento de coimas com redução implica a regularização da situação tributária, pelo que sendo entregue(s) declaração(ões) de substituição ou guias de pagamento, conforme faculta o artigo 59.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) e o artigo 58.º do RCPIT, será(ão) de enviar a(s) respetiva(s) cópia(s) a este Serviço, juntamente com o documento referido no parágrafo anterior.

Com os melhores cumprimentos,

Anexo: Projeto de Correções do Relatório com 3 folhas.

| | |
|-------------|--|
| NOME (S.P.) | |
| NIF/NIPC | |
| ASSUNTO | |

RELATÓRIO DE CONCLUSÃO

1 – Descrição Sucinta das Conclusões da Acção de Inspeção

A correcção proposta tem por base os factos referidos no ponto 3 deste relatório e traduz-se na arrecadação de imposto deduzido e não entregue no montante de € 742,50

2 - Credencial, Âmbito e Incidência Temporal

A presente acção de âmbito parcial visa o cruzamento da declaração Modelo 3 de IRS com Anexo J/Modelo 10 e Guias de pagamento do exercício de 2009 e tem por base a Ordem de Serviço Interna n.º OI201101901

3 - Descrição dos factos e fundamentos das correcções de natureza aritmética

De acordo com a metodologia adoptada para esta acção, verifica-se através da consulta ao sistema informático, no que diz respeito aos valores constantes das declarações Modelo 3 de IRS do exercício de 2009, que os Sujeitos Passivos Maria Manuela de Carvalho Alvares com NIF 161198198 e Sílvia Alcina de Carvalho Alvares com NIF 156124238, declararam "IRS RETIDO" de € 742,50 (€ 371,25 cada), pela empresa ISCAVIL-INSTALAÇÕES DE SERRALHARIA MADEIRAS E VIDRARIA LDA NIPC 508 857 759, tendo os referidos S. Passivos, exibido os seguintes recibos:

| Mês | Valor Renda | Retenção na Fonte | Data Recibo |
|------------|-------------|-------------------|-------------|
| Maio/Junho | 1.100,00 € | 165,00 € | 01-04-2009 |
| Julho | 550,00 € | 82,50 € | 01-06-2009 |
| Agosto | 550,00 € | 82,50 € | 01-07-2009 |
| Setembro | 550,00 € | 82,50 € | 01-08-2009 |
| Outubro | 550,00 € | 82,50 € | 01-09-2009 |
| Novembro | 550,00 € | 82,50 € | 01-10-2009 |
| Dezembro | 550,00 € | 82,50 € | 01-11-2009 |
| Janeiro | 550,00 € | 82,50 € | 01-12-2010 |
| TOTAL | 4.950,00 € | 742,50 € | |

Do "Anexo J" apresentado em 2010-02-24 (lote-I514-68) pela empresa ISCAVIL-INSTALAÇÕES DE SERRALHARIA MADEIRAS E VIDRARIA LDA consta o valor das rendas recebidas sem valores respeitantes à retenção na fonte.

Segundo a) do nº1 do art. 101º do CIRS, “as entidades que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada são obrigadas a reter o imposto, mediante a aplicação, aos rendimentos ilíquidos de que sejam devedoras (...), à taxa 15 % tratando-se de rendimentos da categoria “F”. Referindo o nº 2 e 3 do Artigo 98.º do mesmo diploma legal que “ As quantias retidas devem ser entregues em qualquer dos locais a que se refere o artigo 105.º (...) até ao dia 20 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas”.

Face ao referido, verifica-se que foi deduzido imposto (IRS) e não entregue no montante de € 742,50.

4 – Direito de Audição

Em 2012-01-18 através do ofício nº 3342, foi o S. Passivo notificado, nos termos previstos nos artigos 60º da Lei Geral Tributária e 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária, para exercer direito de audição ou regularizar a situação tributária, apresentando declaração de substituição (Modelo 10) e guias de pagamento em falta.

A carta foi devolvida com indicação de “não atendeu”, sendo que o S. Passivo se considera notificado, nos termos do nº1 do art. 43º do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária (RCPIT).

5 – Conclusão

Não se encontrando regularizada a situação tributária, nesta data foi:

- Emitido DC nº 100504795, a fim de arrecadar o imposto em falta;
- Levantado de auto para aplicação da coima prevista no artigo 114º nºs 2 e 3 e 26º nº 4 “Falta de entrega da prestação tributária” do REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS (RGIT) Aprovado pelo artigo 1.º nº1 da Lei n.º 15/2001 de 5 de Junho.

Porto, 7 de Fevereiro de 2012

IT-II

Direcção de Finanças: PORTO

01 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

Designação:

Sede:

NIPC:

CAE:

Serviço Finanças:

Enquadramento: Regime Geral

Responsáveis solidários e subsidiários (art.ºs 7º e 8º do RGIT)

02 ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A(S) INFRACÇÃO(ÕES)

| Normas Infringidas | | Normas Punitivas | | Data Infracção | Período Tributação | Valor Imposto |
|--------------------|---|------------------|---|----------------|--------------------|---------------|
| Código | Artigo | Código | Artigo | | | |
| 1 CIRS | Artº 98 nº 3 CIRS-Falta de entrega dentro do prazo de imposto retido na fonte | RGIT | Artº 114 nº 2, 5 a), 24 nº 2 e 26 nº 4 do RGIT-Falta de entrega de prestação tributária | 2009-05-20 | 200904 | € 165,00 |
| 2 CIRS | Artº 98 nº 3 CIRS-Entrega fora do prazo de imposto retido na fonte | RGIT | Artº 114 nº 2, 5 a), 24 nº 2 e 26 nº 4 do RGIT-Falta de entrega de prestação tributária | 2009-07-20 | 200906 | € 82,50 |
| 3 CIRS | Artº 98 nº 3 CIRS-Entrega fora do prazo de imposto retido na fonte | RGIT | Artº 114 nº 2, 5 a), 24 nº 2 e 26 nº 4 do RGIT-Falta de entrega de prestação tributária | 2009-08-20 | 200907 | € 82,50 |
| 4 CIRS | Artº 98 nº 3 CIRS-Falta de entrega dentro do prazo de imposto retido na fonte | RGIT | Artº 114 nº 2, 5 a), 24 nº 2 e 26 nº 4 do RGIT-Falta de entrega de prestação tributária | 2009-09-20 | 200908 | € 82,50 |
| 5 CIRS | Artº 98 nº 3 CIRS-Falta de entrega dentro do prazo de imposto retido na fonte | RGIT | Artº 114 nº 2, 5 a), 24 nº 2 e 26 nº 4 do RGIT-Falta de entrega de prestação tributária | 2009-10-20 | 200909 | € 82,50 |
| 6 CIRS | Artº 98 nº 3 CIRS-Falta de entrega dentro do prazo de imposto retido na fonte | RGIT | Artº 114 nº 2, 5 a), 24 nº 2 e 26 nº 4 do RGIT-Falta de entrega de prestação tributária | 2009-11-20 | 200910 | € 82,50 |
| 7 CIRS | Artº 98 nº 3 CIRS-Entrega fora do prazo de imposto retido na fonte | RGIT | Artº 114 nº 2, 5 a), 24 nº 2 e 26 nº 4 do RGIT-Falta de entrega de prestação tributária | 2009-12-20 | 200911 | € 82,50 |
| 8 CIRS | Artº 98 nº 3 CIRS-Falta de entrega dentro do prazo de imposto retido na fonte | RGIT | Artº 114 nº 2, 5 a), 24 nº 2 e 26 nº 4 do RGIT-Falta de entrega de prestação tributária | 2010-01-20 | 200912 | € 82,50 |

03 DESCRIÇÃO DOS FACTOS, DATA E LOCAL DA VERIFICAÇÃO DA INFRACÇÃO

Aos sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e doze, pelas quinze horas, encontrando-me eu Maria Olga de Oliveira Proença, Inspectora Tributária Nível II, em Serviço na III Divisão de Inspeção Tributária da Direcção de Finanças do Porto, no exercício das funções do meu cargo, verifiquei pessoalmente, em resultado da análise interna o seguinte:

1 Descrição Sucinta das Conclusões da Acção de Inspeção

A correcção proposta tem por base os factos referidos no ponto 3 deste relatório e traduz-se na arrecadação de imposto deduzido e não entregue no montante de 742,50

2 - Credencial, Âmbito e Incidência Temporal

AUTO DE NOTÍCIA

(Nº 1 do Artº 57º do RGIT)

Nº Ordem Serviço: _____

Direcção de Finanças: PORTO

A presente acção de âmbito parcial visa o cruzamento da declaração Modelo 3 de IRS com Anexo J/Modelo 10 e Guias de pagamento do exercício de 2009 e tem por base a Ordem de Serviço Interna n.º OI201101901

3 - Descrição dos factos e fundamentos das correcções de natureza aritmética

De acordo com a metodologia adoptada para esta acção, verifica-se através da consulta ao sistema informático, no que diz respeito aos valores constantes das declarações Modelo 3 de IRS do exercício de 2009, que os Sujeitos Passivos Maria Manuela de Carvalho Alvares com NIF 161198198 e Sílvia Alcina de Carvalho Alvares com NIF 156124238, declararam IRS RETIDO de 742,50 (371,25 cada), pela empresa ISCAVIL-INSTALAÇÕES DE SERRALHARIA MADEIRAS E VIDRARIA LDA NIPC 508 857 759, tendo os referidos S. Passivos, exibido os recibos.

Do Anexo J apresentado em 2010-02-24 (lote-1514-68) pela empresa ISCAVIL-INSTALAÇÕES DE SERRALHARIA MADEIRAS E VIDRARIA LDA consta o valor das rendas recebidas sem valores respeitantes à retenção na fonte.

Segundo a) do nº1 do art. 101º do CIRS, as entidades que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada são obrigadas a reter o imposto, mediante a aplicação, aos rendimentos ilíquidos de que sejam devedoras (), à taxa 15 % tratando-se de rendimentos da categoria F. Referindo o nº 2 e 3 do Artigo 98.º do mesmo diploma legal que As quantias retidas devem ser entregues em qualquer dos locais a que se refere o artigo 105.º () até ao dia 20 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas.

Face ao referido, verifica-se que foi deduzido imposto (IRS) e não entregue no montante de 742,50.

4 Direito de Audição

Em 2012-01-18 através do ofício nº 3342, foi o S. Passivo notificado, nos termos previstos nos artigos 60º da Lei Geral Tributária e 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária, para exercer direito de audição ou regularizar a situação tributária, apresentando declaração de substituição (Modelo 10) e guias de pagamento em falta.

A carta foi devolvida com indicação de não atendeu, sendo que o S. Passivo se considera notificado, nos termos do nº1 do art. 43º do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária (RCPIT).

5 Conclusão

Nesta data foi emitido DC nº 100504795, a fim de arrecadar o imposto em falta.

04

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUANTE

Nome do Autuante: Maria Olga Oliveira Proença

Verifiquei pessoalmente, no exercício das minhas funções, que o sujeito passivo acima identificado, infringiu a(s) norma(s) descrita(s) no quadro 2, a(s) qual(uais) é(são) punível(veis) de acordo com a(s) norma(s) descrita(s) no mesmo quadro. Para os devidos e legais efeitos, levantei o presente auto da notícia, que vai por mim assinado, não o fazendo o Sujeito Passivo ou qualquer representante, por não se encontrar presente neste acto, dado o mesmo ter sido levantado neste serviço.

O Autuante

N/ REFERÊNCIA

Ofício nº / Data:

NIPC/NIF:

Nº Ordem d

Divisão: D/VISAO III

Equipa: EQ6410

Registado

Assunto: CORREÇÕES RESULTANTES DE ANÁLISE INTERNA - ART.º 77 DA LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT) E ARTIGO 62.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT)

Exm.º(s) Senhor(es)

Fica(m) por este meio notificado(s), nos termos do artigo 77.º da LGT e do artigo 62.º do RCPIT, das **correções resultantes da ação de inspeção**, cujo relatório/conclusões se anexa como parte integrante da presente notificação, respeitante à Ordem de Serviço acima referenciada:

Das correções meramente aritméticas efectuadas à matéria tributável e/ou imposto, sem recurso a avaliação indireta, cujos fundamentos constam do referido Relatório. A breve prazo, os serviços da AT procederão à notificação da liquidação respetiva, a qual conterà os meios de defesa, bem como o prazo de pagamento, se a ele houver lugar.

Da presente notificação e respectiva fundamentação não cabe reclamação ou impugnação.

Com os melhores cumprimentos,

Anexo: Relatório com 3 folhas.

| | |
|--------------|-------------------------|
| NIF: | |
| Nº Proposta: | Denominação: Número: |

Parte superior ao titular

| | | | | | |
|--------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|---------|
| Dados Gerais | Fases Associadas | Dados Adicionais | Dados Contribuinte | Evidência Trabalho | Eventos |
|--------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|---------|

CRITÉRIO DE SELECÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

| | | | |
|-------|------------|-------------------|-------|
| Data: | 2011-04-01 | Unidade Orgânica: | Porto |
|-------|------------|-------------------|-------|

DESPACHO SUPERIOR

| | |
|----------------|------------|
| Data Despacho: | 2011-04-01 |
|----------------|------------|

CÓDIGO DA ACTIVIDADE:

| | | | |
|-----------------|-------------------------|------------------|--------------|
| Tipo de Aopção: | Comprovação/Verificação | Origem: | Distrital |
| Local: | Interna | Sujeito Passivo: | P. Colectiva |

EXTENSÃO E ÂMBITO

| | | |
|-----------|---|---------|
| Exercício | Actividade | Âmbito |
| 2009 | 003 - Ações de controlo da entrega de retenções na fonte de IR e Selo | Parcial |

ATRIBUIÇÃO À EQUIPATÉCNICOS

| | | | |
|----------|-------------------------------|------------------|--------|
| Divisão: | DIVISAO III | Equipa: | EQ0410 |
| Número | Nome | Chefe/Técnico | |
| 11143 | PALMIRA MARIA CONCEICAO GOMES | Chefe Equipa | |
| 1082 | MARIA OLGA OLIVEIRA PROENÇA | Técnico Inspeção | |

| | |
|-------------|--|
| NOME (S.P.) | |
| NIF/NIPC | |
| ASSUNTO | |

PROJECTO DE CORRECÇÕES

(Elaborado nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 60.º da LGT e 60.º do RCPIT)

1 – Descrição Sucinta das Conclusões da Acção de Inspeção

A correcção proposta tem por base os factos referidos no ponto 3 deste relatório e traduz-se na arrecadação de imposto deduzido e não entregue no montante de € 742,50

2 - Credencial, Âmbito e Incidência Temporal

A presente acção de âmbito parcial visa o cruzamento da declaração Modelo 3 de IRS com Anexo J/Modelo 10 e Guias de pagamento do exercício de 2009 e tem por base a Ordem de Serviço Interna n.º OI201101901

3 - Descrição dos factos e fundamentos das correcções de natureza aritmética

De acordo com a metodologia adoptada para esta acção, verifica-se através da consulta ao sistema informático, no que diz respeito aos valores constantes das declarações Modelo 3 de IRS do exercício de 2009, que os Sujeitos Passivos Maria Manuela de Carvalho Alvares com NIF 161198198 e Sílvia Alcina de Carvalho Alvares com NIF 156124238, declararam "IRS RETIDO" de € 742,50 (€ 371,25 cada), pela empresa ISCAVIL-INSTALAÇÕES DE SERRALHARIA MADEIRAS E VIDRARIA LDA com NIPC 508 857 759, não constando do "Anexo J" da Declaração Anual da referida empresa retenções da categoria "F".

Segundo a) do nº1 do art. 101.º do CIRS, *"as entidades que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada são obrigadas a reter o imposto, mediante a aplicação, aos rendimentos ilíquidos de que sejam devedoras (...), à taxa 15 % tratando-se de rendimentos da categoria "F". Referindo o nº 2 e 3 do Artigo 98.º do mesmo diploma legal que " As quantias retidas devem ser entregues em qualquer dos locais a que se refere o artigo 105.º (...) até ao dia 20 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas".*

2 – Direito de Audição

Poderá, querendo, exercer direito de audição, por escrito ou oralmente, nos termos previstos nos artigos 60º da Lei Geral Tributária e 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária, ou regularizar a situação apresentando declaração de substituição (Modelo 10) e guias de pagamento.

Se não for dado cumprimento, ao projecto de correcções, propõe-se:

- Emissão DC, a fim de arrecadar o imposto em falta;
- Levantamento de auto para aplicação da coima prevista no artigo 114 nºs 2 e 3 e 26 nº 4 “Falta de entrega da prestação tributária” do REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS (RGIT) Aprovado pelo artigo 1.º nº1 da Lei n.º 15/2001 de 5 de Junho.

Porto, 16 de Janeiro de 2012

IT-II

Poderá utilizar na resposta o seguinte e-mail: dfporto-dit3@at.gov.pt; com conhecimento a: Olga.Oliveira.Proenca@at.gov.pt ou contactar através do telefone 223398163

N/ REFERÊNCIA _____

Ofício nº / Data: _____

NIPC/NIF: _____

Nº Ordem de _____

Divisão: DIVISAO III _____

Equipa: EQ6410 _____

Registado

Assunto: PROJETO DE CORREÇÕES DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO - ARTIGO 60.º DA LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT)
E ARTIGO 60.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT)

Exm.º(s) Senhor(es)

Notifica(m)-se de que, no prazo de 15 dias poderá(ão), querendo, exercer o **direito de audição**, por escrito ou oralmente, sobre o **Projeto de Correções do Relatório de Inspeção**, que se anexa, nos termos previstos no artigo 60.º da LGT e artigo 60.º do RCPIT.

Optando pela primeira forma, o documento que concretize o direito de audição deverá ser enviado para este Serviço fazendo menção dos elementos constantes na N/ Referência.

No caso de pretender pronunciar-se oralmente deverá comparecer, dentro do mesmo prazo, neste Serviço, a fim de ser lavrado o termo de declarações.

Acrescenta-se, a título informativo que, em caso de contraordenação, poderá(ão) beneficiar da redução das coimas para 75% do montante mínimo legal, devendo para o efeito apresentar o respetivo pedido de pagamento no Serviço de Finanças competente, nos termos do art.º 5º do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT), e dar conhecimento do facto a este Serviço dentro do prazo acima indicado, a fim de ser considerado no respetivo relatório de inspeção - al. c) do n.º 1 e nº3 do art.º 29º do RGIT.

O pedido de pagamento de coimas com redução implica a regularização da situação tributária, pelo que sendo entregue(s) declaração(ões) de substituição ou guias de pagamento, conforme faculta o artigo 59.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) e o artigo 58.º do RCPIT, será(ão) de enviar a(s) respetiva(s) cópia(s) a este Serviço, juntamente com o documento referido no parágrafo anterior.

Com os melhores cumprimentos,

Anexo: Projeto de Correções do Relatório com 3 folhas.

Nos seus contactos com a Administração Fiscal, por favor mencione sempre o nome, a referência do documento, o N.º de Identificação Fiscal (NIF) e o domicílio fiscal

RUA DE SANTA CATARINA 1011 - 4049-050 PORTO
Email: dfporto@at.gov.pt

Tel: 22-3398000

Fax: 22-3398041

| |
|-------------|
| NOME (S.P.) |
| NIF/NIPC |
| ASSUNTO |

| |
|--|
| |
| |
| |

RELATÓRIO DE CONCLUSÃO

1 – Descrição Sucinta das Conclusões da Acção de Inspeção

A correcção proposta tem por base os factos referidos no ponto 3 deste relatório e traduz-se na arrecadação de imposto deduzido e não entregue no montante de € 742,50

2 - Credencial, Âmbito e Incidência Temporal

A presente acção de âmbito parcial visa o cruzamento da declaração Modelo 3 de IRS com Anexo J/Modelo 10 e Guias de pagamento do exercício de 2009 e tem por base a Ordem de Serviço Interna n.º OI201101901

3 - Descrição dos factos e fundamentos das correcções de natureza aritmética

De acordo com a metodologia adoptada para esta acção, verifica-se através da consulta ao sistema informático, no que diz respeito aos valores constantes das declarações Modelo 3 de IRS do exercício de 2009, que os Sujeitos Passivos Maria Manuela de Carvalho Alvares com NIF 161198198 e Sílvia Alcina de Carvalho Alvares com NIF 156124238, declararam "IRS RETIDO" de € 742,50 (€ 371,25 cada), pela empresa ISCAVIL-INSTALAÇÕES DE SERRALHARIA MADEIRAS E VIDRARIA LDA NIPC 508 857 759, tendo os referidos S. Passivos, exibido os seguintes recibos:

| Mês | Valor Renda | Retenção na Fonte | Data Recibo |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------|
| Maio/Junho | 1.100,00 € | 165,00 € | 01-04-2009 |
| Julho | 550,00 € | 82,50 € | 01-06-2009 |
| Agosto | 550,00 € | 82,50 € | 01-07-2009 |
| Setembro | 550,00 € | 82,50 € | 01-08-2009 |
| Outubro | 550,00 € | 82,50 € | 01-09-2009 |
| Novembro | 550,00 € | 82,50 € | 01-10-2009 |
| Dezembro | 550,00 € | 82,50 € | 01-11-2009 |
| Janeiro | 550,00 € | 82,50 € | 01-12-2010 |
| TOTAL | 4.950,00 € | 742,50 € | |

Do "Anexo J" apresentado em 2010-02-24 (lote-I514-68) pela empresa ISCAVIL-INSTALAÇÕES DE SERRALHARIA MADEIRAS E VIDRARIA LDA consta o valor das rendas recebidas sem valores respeitantes à retenção na fonte.

Segundo a) do nº1 do art. 101º do CIRS, “as entidades que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada são obrigadas a reter o imposto, mediante a aplicação, aos rendimentos ilíquidos de que sejam devedoras (...), à taxa 15 % tratando-se de rendimentos da categoria “F”. Referindo o nº 2 e 3 do Artigo 98.º do mesmo diploma legal que “ As quantias retidas devem ser entregues em qualquer dos locais a que se refere o artigo 105.º (...) até ao dia 20 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas”.

Face ao referido, verifica-se que foi deduzido imposto (IRS) e não entregue no montante de € 742,50.

4 – Direito de Audição

Em 2012-01-18 através do ofício nº 3342, foi o S. Passivo notificado, nos termos previstos nos artigos 60º da Lei Geral Tributária e 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária, para exercer direito de audição ou regularizar a situação tributária, apresentando declaração de substituição (Modelo 10) e guias de pagamento em falta.

A carta foi devolvida com indicação de “não atendeu”, sendo que o S. Passivo se considera notificado, nos termos do nº1 do art. 43º do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária (RCPIT).

5 – Conclusão

Não se encontrando regularizada a situação tributária, nesta data foi:

- Emitido DC nº 100504795, a fim de arrecadar o imposto em falta;
- Levantado de auto para aplicação da coima prevista no artigo 114º nºs 2 e 3 e 26 nº 4 “Falta de entrega da prestação tributária” do REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS (RGIT) Aprovado pelo artigo 1.º nº1 da Lei n.º 15/2001 de 5 de Junho.

Porto, 7 de Fevereiro de 2012

IT-II

N/ REFERÊNCIA

Ofício nº / Data:

NIPC/NIF:

Nº Ordem di

Divisão: DIVISAO III

Equipa: EQ6410

Registado

Assunto: CORREÇÕES RESULTANTES DE ANÁLISE INTERNA - ART.º 77 DA LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT) E ARTIGO 62.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT)

Exm.º(s) Senhor(es)

Fica(m) por este meio notificado(s), nos termos do artigo 77.º da LGT e do artigo 62.º do RCPIT, das **correções resultantes da ação de inspeção**, cujo relatório/conclusões se anexa como parte integrante da presente notificação, respeitante à Ordem de Serviço acima referenciada:

Das correções meramente aritméticas efectuadas à matéria tributável e/ou imposto, sem recurso a avaliação indireta, cujos fundamentos constam do referido Relatório. A breve prazo, os serviços da AT procederão à notificação da liquidação respetiva, a qual conterà os meios de defesa, bem como o prazo de pagamento, se a ele houver lugar.

Da presente notificação e respectiva fundamentação não cabe reclamação ou impugnação.

Com os melhores cumprimentos,

Anexo: Relatório com 3 folhas.

Anexo I – Ações de controlo declarativo

NIF:
Nº Proposta:

| | | | | | |
|--------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|---------|
| Dados Gerais | Fases Associadas | Dados Adicionais | Dados Contribuinte | Evidência Trabalho | Eventos |
|--------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------|---------|

CRITÉRIO DE SELECÇÃO / IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Data: 2010-02-26 Unidade Orgânica: Porto

DESPACHO SUPERIOR

Data Despacho: 2010-03-02

CODIGO DA ACTIVIDADE:

| | | | |
|----------------|-------------------------|------------------|-------------|
| Tipo de Acção: | Comprovação/Verificação | Origem: | Distrital |
| Local: | Interna | Sujeito Passivo: | P. Singular |

EXTENSÃO E AMBITO

| Exercício | Actividade | Ambito |
|-----------|-------------------------------------|---------|
| 2008 | 019 - Acção de controlo declarativo | Parcial |

ATRIBUIÇÃO A EQUIPATECNICOS

Divisão: DIVISAO III Equipa: EQ0410

| Número | Nome | Chefe/Técnico |
|--------|-------------------------------|------------------|
| 11143 | PALMIRA MARIA CONCEICAO GOMES | Chefe Equipa |
| 1692 | MARIA OLGA OLIVEIRA PROENÇA | Técnico Inspeção |

| | |
|---------------|--|
| NOME (S.P.) : | |
| NIF (S.P.) : | |

PROJECTO DE CORRECÇÕES

(Elaborado nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 60º da LGT e 60.º do RCPIT)

I - RESUMO

Falta de envio da declaração periódica de IVA – 2008-03T

Falta de entrega de IVA no montante de € 10 857,00

Omissão Rendimentos declaração de IRS 2008 - € 51 700,00

II – OBJECTIVOS, ÂMBITO E EXTENSÃO DA ACÇÃO INSPECTIVA

II- 1. Credencial, Âmbito e Incidência Temporal

Ação de controlo declarativo, âmbito parcial e tem por base na

II- 2. Enquadramento do Sujeito Passivo

Pela análise dos elementos constantes no cadastro do IVA, verificou-se que o sujeito passivo se encontra enquadrado em IVA no Regime Normal Trimestral, desde [2006-05-12](#) pelo exercício da actividade de “CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E PISTA CAE: 042110”

III – DESCRIÇÃO DOS FACTOS E FUNDAMENTOS DAS CORRECÇÕES DE NATUREZA ARITMÉTICA

No âmbito do CIVA

III – 1 Faltas Declarativas - Falta de entrega das declarações periódicas de IVA, 08-03T, 08-06T, 08-09T e 08-12T.

III – 2 Falta de entrega de IVA Liquidado

Feita circularização aos clientes do S. Passivo, verifica-se que a empresa Habilavra Imobiliária Lda. NIPC 506800278 declarou no Anexo P da declaração anual a que se refere alínea c) do nº1 do artigo 117º do CIRC compras/serviços no montante de € 62 557,00.

Após pedido de extracto da conta “22.1 – fornecedores c/c” e cópia das facturas emitidas pelo S. Passivo em análise, à empresa Habilavra Imobiliária Lda., constata – se que emitiu em 2008-02-25 venda a dinheiro nº 1 no montante de € 51 700,00 com IVA liquidado de €10 857,00.

Segundo disposto no nº1 do artigo 27º do CIVA, os sujeitos passivos são obrigados a entregar o montante do imposto exigível, apurado nos termos dos artigos 19.º a 26.º e 78.º, no prazo previsto no artigo 41.º, nos locais de cobrança legalmente autorizados

Até à presente data não foi a apresentado:

- Declarações periódica do 1º Trimestre de 2008
- IVA liquidado de conformidade com o disposto no artigo 27º do CIVA, a entregar conjuntamente com as declarações a que se refere o artigo 41º, até ao dia 15 do 2º mês seguinte ao trimestre do ano civil a que respeitam as operações.

III-3 No âmbito do CIRS

Em 2009-10-28, apresentou Declaração Modelo 3 de IRS, não tendo indicado no anexo “B” o valor dos serviços prestados em 2008, de 51 700,00.

IV -APURAMENTO DO RENDIMENTO TRIBUTÁVEL

Assim, e de acordo com o estipulado nos artigos 28º e 31º do Código do IRS, tendo em conta que se trata de um S. Passivo enquadrado no Regime Simplificado para efeitos de IRS, o apuramento do Rendimento Tributável da Categoria B, é efectuado com base na aplicação do coeficiente de 0,70 sobre o rendimento bruto conhecido, donde resulta o rendimento Global para efeitos de IRS de € 36 190,00.[51 700,00 x 0,70]

V – DIREITO DE AUDIÇÃO

Poderá, querendo, exercer direito de audição, por escrito ou oralmente, nos termos previstos nos artigos 60º da Lei Geral Tributária e 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária, ou regularizar a situação apresentando as declarações em falta e de substituição.

Se não for dado cumprimento, ao projecto de correcções, propõe-se:

- Emissão DC para arrecadar IVA e IRS em falta.
- Levantamento de auto para aplicação da coima prevista no artigo 114.º e 119º do REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS (Aprovado pela Lei n.º 15/2001 de 5 de Junho)

Compras/Vendas Declaradas

| | |
|---------------------|-------------------|
| NIF | |
| Denominação | |
| CAE Subclasse | |
| Ano de Exercício | 2008 |
| Data de Cálculo | 2012/01/26 |
| Serviço de Finanças | 1821 MATOSINHOS-1 |
| Unidade Orgânica | 13 PORTO |

| NIF Titular | Denominação | CAE Subclasse | Anexo C | Anexo P |
|-------------|---------------------------|---|---------|-----------|
| | HABILAVRA IMOBILIARIA LDA | 4200 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO) | 0,00 | 62.557,00 |

N/ REFERÊNCIA

Ofício nº / Data:

NIPC/NIF: 1

Nº Ordem de

Divisão: DIVISAO III

Equipa: EQ6410

Registado

Assunto: PROJETO DE CORREÇÕES DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO - ARTIGO 60.º DA LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT)
E ARTIGO 60.º DO REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA (RCPIT)

Exm.º(s) Senhor(es)

Notifica(m)-se de que, no prazo de 15 dias poderá(ão), querendo, exercer o **direito de audição**, por escrito ou oralmente, sobre o **Projeto de Correções do Relatório de Inspeção**, que se anexa, nos termos previstos no artigo 60.º da LGT e artigo 60.º do RCPIT.

Optando pela primeira forma, o documento que concretize o direito de audição deverá ser enviado para este Serviço fazendo menção dos elementos constantes na N/ Referência.

No caso de pretender pronunciar-se oralmente deverá comparecer, dentro do mesmo prazo, neste Serviço, a fim de ser lavrado o termo de declarações.

Acrescenta-se, a título informativo que, em caso de contraordenação, poderá(ão) beneficiar da redução das coimas para 75% do montante mínimo legal, devendo para o efeito apresentar o respetivo pedido de pagamento no Serviço de Finanças competente, nos termos do art.º 5º do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT), e dar conhecimento do facto a este Serviço dentro do prazo acima indicado, a fim de ser considerado no respetivo relatório de inspeção - al. c) do n.º 1 e nº3 do art.º 29º do RGIT.

O pedido de pagamento de coimas com redução implica a regularização da situação tributária, pelo que sendo entregue(s) declaração(ões) de substituição ou guias de pagamento, conforme faculta o artigo 59.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) e o artigo 58.º do RCPIT, será(ão) de enviar a(s) respetiva(s) cópia(s) a este Serviço, juntamente com o documento referido no parágrafo anterior.

Com os melhores cumprimentos,

Anexo: Projeto de Correções do Relatório com 4 folhas.

Nos seus contactos com a Administração Fiscal, por favor mencione sempre o nome, a referência do documento, o N.º de Identificação Fiscal (NIF) e o domicílio fiscal

RUA DE SANTA CATARINA 1011 - 4049-050 PORTO
Email: dfporto@at.gov.pt

Tel: 22-3398000

Fax: 22-3398041